

Novembro de 2000

Permitida a distribuição

Visite nosso [site: www.ciberfil.org](http://www.ciberfil.org)  
ou mande-nos um [e-mail: editor@ciberfil.org](mailto:editor@ciberfil.org)

## *Livro I*

Nosso tratado se propõe encontrar um método de investigação graças ao qual possamos raciocinar, partindo de opiniões geralmente aceitas, sobre qualquer problema que nos seja proposto, e sejamos também capazes, quando replicamos a um argumento, de evitar dizer alguma coisa que nos cause embaraços. Em primeiro lugar, pois, devemos explicar o que é o raciocínio e quais são as suas variedades, a fim de entender o raciocínio dialético: pois tal é o objeto de nossa pesquisa no tratado que temos diante de nós.

Ora, o raciocínio é um argumento em que, estabelecidas certas coisas, outras coisas diferentes se deduzem necessariamente das primeiras. (a) O raciocínio é uma "demonstração" quando as premissas das quais parte são verdadeiras e primeiras, ou quando o conhecimento que delas temos provém originariamente de premissas primeiras e verdadeiras: e, por outro lado (b), o raciocínio é "dialético" quando parte de opiniões geralmente aceitas. São "verdadeiras" e "primeiras" aquelas coisas nas quais acreditamos em virtude de nenhuma outra coisa que não seja elas próprias; pois, no tocante aos primeiros princípios da ciência, é descabido buscar mais além o porquê e as razões dos mesmos; cada um dos primeiros princípios deve impor a convicção da sua verdade em si mesmo e por si mesmo. São, por outro lado, opiniões "geralmente aceitas" aquelas que todo mundo admite, ou a maioria das pessoas, ou os filósofos em outras palavras: todos, ou a maioria, ou os mais notáveis e eminentes.

O raciocínio (c) é "contencioso" ou "erístico" quando parte de opiniões que parecem ser geralmente aceitas, mas não o são realmente, ou, então, se apenas parece raciocinar a partir de opiniões que são ou parecem ser geralmente aceitas. Pois nem toda opinião que parece ser geralmente aceita o é na realidade. Com efeito, em nenhuma das opiniões que chamamos geralmente aceitas a ilusão é claramente visível, como acontece com os princípios dos argumentos contenciosos, nos quais a natureza da falácia é de uma evidência imediata, e em geral até mesmo para as pessoas de pouco entendimento. Assim, pois, dos argumentos erísticos que mencionamos, os primeiros merecem realmente ser chamados "raciocínios", mas aos segundos devemos reservar o nome de "raciocínios erísticos" ou "contenciosos", e não simplesmente "raciocínios", visto que parecem raciocinar, mas na realidade não o fazem.

Mais ainda (d): além de todos os raciocínios que mencionamos existem os paralogismos ou falsos raciocínios, que partem de premissas peculiares às

ciências especiais, como acontece, por exemplo, na geometria e em suas ciências irmãs. Com efeito, esta forma de raciocínio parece diferir das que indicamos acima; o homem que traça uma figura falsa raciocina a partir de coisas que nem são primeiras e verdadeiras, nem tampouco geralmente aceitas. Com efeito, o modo de proceder desse homem não se ajusta à definição; ele não pressupõe opiniões que sejam admitidas por todos, ou pela maioria, ou pelos filósofos - isto é, por todos, pela maioria ou pelos mais eminentes -, mas conduz o seu raciocínio com base em pressupostos que, embora apropriados à ciência em causa, não são verdadeiros; e seu paralogismo se fundamenta ou numa falsa descrição dos semicírculos, ou no traçado errôneo de certas linhas.

O que precede deve entender-se como uma visão sinóptica das espécies de raciocínio. De um modo geral, tanto no que se refere às que já discutimos como às que discutiremos mais tarde, podemos dizer que as distinções já feitas entre elas serão suficientes, pois não é nosso propósito dar a definição exata de cada uma delas. Desejamos apenas descrevê-las em linhas gerais, e cremos que, do ponto de vista do nosso método de investigação, basta que possamos reconhecer de algum modo cada uma delas.

Depois do que precede, devemos dizer para quantos e quais fins é útil este tratado. Esses fins são três: o adestramento do intelecto, as disputas casuais e as ciências filosóficas. Que ele é útil como forma de exercício ou adestramento, é evidente à primeira vista. A posse de um plano de investigação nos capacitará para argumentar mais facilmente sobre o tema proposto. Para as conversações e disputas casuais, é útil porque, depois de havermos considerado as opiniões defendidas pela maioria das pessoas, nós as enfrentaremos não nos apoiando em convicções alheias, mas nas delas próprias, e abalando as bases de qualquer argumento que nos pareça mal formulado. Para o estudo das ciências filosóficas é útil porque a capacidade de suscitar dificuldades significativas sobre ambas as faces de um assunto nos permitirá detectar mais facilmente a verdade e o erro nos diversos pontos e questões que surgirem. Tem ainda utilidade em relação às bases últimas dos princípios usados nas diversas ciências, pois é completamente impossível discuti-los a partir dos princípios peculiares à ciência particular que temos diante de nós, visto que os princípios são anteriores a tudo mais; é à luz das opiniões geralmente aceitas sobre as questões particulares que eles devem ser discutidos, e essa tarefa compete propriamente, ou mais apropriadamente, à dialética, pois esta é um processo de crítica onde se encontra o caminho que conduz aos princípios de todas as investigações.

Estaremos em plena posse da maneira como devemos proceder quando nos encontrarmos numa posição semelhante à que ocupamos face à retórica, à medicina e outras ciências ou artes desse tipo: refiro-me à capacidade de fazer o que nos propomos mediante o uso dos materiais disponíveis. Pois o retórico não lançará mão de qualquer método para persuadir, nem o médico para curar; entretanto, se não omite nenhum dos meios disponíveis, diremos que o seu domínio da ciência é adequado.

Em primeiro lugar, pois, devemos ver de que partes consta a nossa investigação. Se compreendêssemos (a) a respeito de quantas coisas e que espécie de coisas se argumenta, e de que materiais partem as argumentações, e (b) de que maneira poderemos estar bem supridos desses materiais, teríamos alcançado suficientemente a nossa meta.

Pois bem: os materiais de que partem os argumentos são iguais em número e idênticos aos temas sobre os quais versam os raciocínios. Com efeito, os argumentos partem de "proposições", enquanto os temas sobre os quais versam os raciocínios são "problemas". Ora, toda proposição e todo problema indicam ou um gênero, ou uma peculiaridade, ou um acidente - já que também a diferença, aplicando-se como se aplica a uma classe (ou gênero), deve ser equiparada aqui ao gênero. Entretanto, como daquilo que é peculiar a uma coisa qualquer uma parte significa a sua essência e outra parte não, vamos dividir o "peculiar" nas duas partes mencionadas e chamar "definição" a que indica a essência, e quanto ao restante adotaremos a terminologia geralmente usada a respeito dessas coisas, referindo-nos a ele como uma "propriedade". O que acabamos de dizer torna pois claro que, de acordo com nossa presente divisão, os elementos são quatro ao todo, a saber: definição, propriedade, gênero e acidente.

Não se suponha que com isto queiramos dizer que cada um desses elementos enunciado isoladamente constitua por si mesmo uma proposição ou um problema, mas apenas que é deles que se formam tanto os problemas como as proposições. A diferença entre um problema e uma proposição é uma diferença na construção da frase. Porque, se nos expressarmos assim: "'um animal que caminha com dois pés' é a definição do homem, não é?", ou: "'animal' é o gênero do homem, não é?", o resultado é uma proposição; mas se dissermos. "'é animal que caminha com dois pés' a definição do homem ou não é?", ou: "'é 'animal' o seu gênero ou não?", o resultado é um problema. E do mesmo modo em todos os outros casos. Naturalmente, pois, os problemas e proposições são iguais em número, pois de cada proposição poderemos fazer um problema se mudarmos a estrutura da frase.

Devemos dizer agora o que sejam "definição", "propriedade", "gênero" e "acidente". Uma definição é uma frase que significa a essência de uma coisa. Apresenta-se ou sob a forma de uma frase em lugar de um termo, ou de uma frase em lugar de outra frase; pois às vezes também é possível definir o significado de uma frase. Aqueles cuja explicação consiste apenas num termo, por mais que façam, não conseguem dar a definição da coisa em apreço, porque uma definição é sempre um certo tipo de frase. Pode-se, contudo, aplicar o qualificativo "definitório" a uma observação como "o 'decoroso' é 'belo'", bem assim como à pergunta: "são a mesma coisa ou coisas distintas o conhecimento e a sensação?", pois os debates a respeito de definições se ocupam as mais das vezes com questões de identidade e diferença. Em suma, podemos chamar "definitório" tudo aquilo que pertença ao mesmo ramo de pesquisa que as definições; e que todos os exemplos mencionados acima possuem esse caráter é evidente à primeira vista. Porque, se estamos em condições de afirmar que duas coisas são idênticas ou diferentes, estamos munidos, pela mesma forma de argumento, de linhas de ataque no que se refere às suas definições: com efeito, quando houvermos mostrado que elas não são idênticas, teremos demolido a definição. Note-se, porém, que o contrário desta última afirmação não é válido, porquanto mostrar que as coisas são idênticas não basta para estabelecer uma definição. Demonstrar, por outro lado, que não são idênticas é suficiente para lançá-la por terra.

Uma "propriedade" é um predicado que não indica a essência de uma coisa, e todavia pertence exclusivamente a ela e dela se predica de maneira conversível. Assim, é uma propriedade do homem o ser capaz de aprender gramática: porque, se A é um homem, é capaz de aprender gramática, e, se é capaz de aprender gramática, é um homem. Com efeito, ninguém chama de "propriedade" uma coisa que pode pertencer a algo diferente, por exemplo, o "sono" no caso do homem, ainda que, em dado momento, só se possa predicar dele. Quer dizer, se a alguma coisa desse tipo se chamasse atualmente "propriedade", ela não receberia tal nome em sentido absoluto, mas como uma propriedade "temporária" ou "relativa", pois "estar ao lado direito" é uma propriedade temporária, enquanto "bípede" e, em suma, atribuído como propriedade em certas relações: constitui, por exemplo, uma propriedade do homem em relação a um cavalo ou a um cão. É evidente que nada que possa pertencer a alguma outra coisa que não seja A é um predicado conversível de A, pois do fato de alguma coisa estar adormecida não se segue necessariamente que seja um homem.



Um "gênero" é aquilo que se predica, na categoria de essência, de várias coisas que apresentam diferenças específicas. Devemos tratar como predicados na categoria de essência todas aquelas coisas que seria apropriado mencionar em resposta à pergunta: "que é o objeto que tens diante de ti?"; como por exemplo, no caso do homem, se nos fizessem tal pergunta, seria apropriado dizer "e um animal". A pergunta: "uma coisa pertence ao mesmo gênero que outra ou a um gênero diferente?" também é uma pergunta "genérica", pois uma questão desse tipo também se inclui no mesmo ramo de investigação que o gênero: com efeito, ao afirmar que "animal" é o gênero do homem assim como do boi, teremos afirmado que eles pertencem ao mesmo gênero; e se mostrarmos, ao contrário, que é o gênero de um, porém não do outro, teremos afirmado que essas coisas não pertencem ao mesmo gênero.

Um "acidente" é (1) alguma coisa que, não sendo nada do que precede - isto é, nem uma definição, nem uma propriedade, nem um gênero - pertence, no entanto, à coisa; (2) algo que pode pertencer ou não pertencer a alguma coisa, sem que por isso a coisa deixe de ser ela mesma, como, por exemplo, a "posição sentada" pode pertencer ou deixar de pertencer a uma coisa idêntica a si mesma. E do mesmo modo a "brancura", pois nada impede que uma mesma coisa seja branca em dado momento e em outro momento não o seja. Das definições de acidente, a segunda é a melhor, pois todo aquele que adotar a primeira deverá saber de antemão, a fim de compreendê-la, o que sejam "definição", "gênero" e "propriedade", ao passo que a segunda é por si mesma suficiente para nos instruir sobre o significado essencial do termo em questão. À classe de "acidente" devem ser também referidas todas as comparações de coisas entre si, quando expressas numa linguagem que, de um modo qualquer, diga respeito ao que "sucede" ser verdadeiro delas, como, por exemplo, a pergunta: "é preferível o honroso ou o vantajoso?", ou "é mais agradável a vida virtuosa ou a vida dos prazeres?" e qualquer outro problema que seja formulado em termos semelhantes. Pois em todos esses casos a questão é: "a qual dos dois sucede que o predicado em apreço se aplique mais estreitamente?" É evidente, desde logo, que nada impede que um acidente venha a ser uma propriedade temporária ou relativa. Assim, a posição sentada é um acidente, mas será uma propriedade temporária sempre que um homem seja a única pessoa sentada; e, embora ele não seja o único que esteja sentado, é ainda assim uma propriedade relativamente aos que não estão. Nada impede, por conseguinte, que um acidente se torne uma propriedade tanto relativa como temporária; porém jamais será uma propriedade no sentido absoluto.

Não deve escapar à nossa atenção que todas as observações críticas que se fizerem sobre uma "propriedade", "gênero" ou "acidente" serão também aplicáveis às "definições". Pois, quando houvermos mostrado que o atributo em apreço não pertence unicamente ao termo definido, e do mesmo modo se se tratar de uma propriedade, ou que o gênero indicado na definição não é o verdadeiro gênero, ou ainda que alguma das coisas mencionadas na frase não lhe pertencem, como também observaríamos no caso de um acidente, teremos demolido a definição; de modo que, para usar a expressão empregada anteriormente, todos os pontos que enumeramos poderiam, em certo sentido, ser chamados "definitórios". Mas nem por isso devemos esperar encontrar um método único de investigação que se aplique a todos eles; pois não é coisa fácil de encontrar, e, mesmo que o encontrássemos, seria algo extremamente obscuro e de pouca utilidade para o tratado que temos diante de nós. Devemos, pelo contrário, traçar um plano especial de investigação para cada uma das classes que distinguimos, e então, firmados nas regras apropriadas a cada caso, será provavelmente mais fácil dar conta da tarefa que nos propusemos. E assim, como dissemos atrás, devemos esboçar uma divisão do nosso assunto e relegar outras questões ao ramo particular que mais naturalmente corresponda a cada uma delas, tratando-as como questões "definitórias" ou "genéricas". As questões a que me refiro já foram praticamente classificadas em seus diferentes ramos.

Em primeiro lugar, devemos definir os diversos sentidos da palavra "identidade". A identidade se poderia considerar de maneira geral, e falando sumariamente, como incluída em três divisões. Em geral, aplicamos o termo ou em sentido numérico, ou específico, ou genérico - numericamente, nos casos em que há mais de um nome, mas uma coisa só, como "manto" e "capa"; especificamente, quando há mais de uma coisa, mas estas não apresentam diferenças no tocante à sua espécie, como um homem e outro homem, ou um cavalo e outro cavalo, pois coisas assim pertencem à mesma classe, e delas se diz que são "especificamente idênticas". E, do mesmo modo, chamam-se genericamente idênticas aquelas coisas que pertencem ao mesmo gênero, como um cavalo e um homem.

Poderia parecer que o sentido em que a água proveniente da mesma fonte se chama "a mesma água" difere de certo modo e se afasta dos sentidos que mencionamos acima; mas, em realidade, um caso como esse deveria ser incluído na mesma classe com aquelas coisas que, de um modo ou de outro, são chamadas "idênticas" em virtude de uma unidade de espécie. Todas essas coisas, com efeito, se assemelham entre si como se fossem membros da mesma família. E a razão pela qual se diz que toda água é especificamente idêntica a qualquer outra água é uma certa semelhança que existe entre as duas, e a única diferença no caso da água proveniente da mesma fonte é que aqui a semelhança é mais pronunciada: por isso mesmo não a distinguimos das coisas que, de um modo ou de outro, são chamadas idênticas devido à unidade de espécie.

Supõe-se geralmente que o termo "o mesmo se emprega sobretudo, num sentido aceito por todo mundo, quando aplicado ao que é numericamente uno. Mas, mesmo assim, pode ser empregado em mais de um sentido; vamos encontrar seu uso mais literal e primeiro sempre que a identidade diz respeito a um nome ou definição duplos, como quando se diz que um manto é o mesmo que uma capa, ou que um animal que anda com dois pés é a mesma coisa que um homem; um segundo sentido é aquele que se refere a uma propriedade, como quando se diz que aquilo que é capaz de adquirir conhecimento é o mesmo que um homem, e aquilo que naturalmente se move para cima é o mesmo que o fogo; e encontramos ainda um terceiro sentido do termo quando diz respeito a um acidente, como quando se diz que aquele que está sentado ou que é músico é o mesmo que Sócrates. Todos estes usos, com efeito, significam identidade numérica.

A verdade do que acabo de dizer pode ver-se mais claramente quando uma forma de apelação é substituída por outra. Muitas vezes, com efeito, quando damos ordem de chamar uma das pessoas que estão sentadas, designando-a pelo seu nome, mudamos de descrição sempre que aquele a quem damos a ordem não nos entende; parece-nos que ele nos compreenderá melhor se indicarmos a pessoa por algum aspecto accidental, e assim mandamo-lo chamar "o homem que está sentado", ou "aquele que está conversando ali" - na suposição evidente de que estamos designando o mesmo indivíduo pelo seu nome e pelo seu acidente.

É preciso, pois, distinguir, como já se disse, três sentidos da palavra "identidade". Ora, uma das maneiras de confirmar que os elementos mencionados acima são aqueles a partir dos quais, por meio dos quais e para os quais procedem os argumentos é por indução: porque, se alguém examinasse as proposições e os problemas um por um, veria que cada um deles parte ou da definição de alguma coisa, ou de uma propriedade sua, ou do seu gênero, ou de um seu acidente. Outra maneira de confirmá-lo é pelo raciocínio. Com efeito, todo predicado de um sujeito deve necessariamente ser ou não ser conversível com ele: e, se é conversível, será a sua definição ou uma propriedade sua, porque, se significa a essência, é a definição; do contrário, é uma propriedade, pois foi assim que definimos a propriedade, a saber: o que se predica de maneira conversível, porém não significa a essência. Se, por outro lado, não se predica da coisa de maneira conversível, ou é, ou não é um dos termos contidos na definição do sujeito; e se é um desses termos, será o gênero ou a diferença, porquanto a definição consiste no gênero e nas diferenças; e se, por outro lado, não é um desses termos, evidentemente será um acidente, pois já dissemos que o acidente é aquilo que pertence como atributo a um sujeito sem ser nem a sua definição, nem o seu gênero, nem uma propriedade.

A seguir, pois, devemos distinguir entre as classes de predicados em que se encontram as quatro ordens de predicação em apreço. São elas em número de dez: Essência, Quantidade, Qualidade, Relação, Lugar, Tempo, Posição, Estado, Ação, Paixão. Porquanto o acidente, o gênero, a propriedade e a definição do que quer que seja sempre caberão numa destas categorias: pois todas as proposições que por meio delas se efetuarem ou significarão a essência de alguma coisa, ou sua qualidade ou quantidade, ou algum dos outros tipos de predicado. Parece pois evidente que o homem que expressa a essência de alguma coisa expressa às vezes uma substância, outras vezes uma qualidade, outras ainda algum dos outros tipos de predicado. Pois quando se coloca um homem à sua frente e ele diz que o que ali está colocado é "um homem" ou "um animal", afirma a sua essência e significa uma substância; mas quando uma cor branca é posta diante dos seus olhos e ele diz que o que ali está é "branco" ou "uma cor", afirma a sua essência e significa uma qualidade. E também do mesmo modo, se se coloca diante dele uma grandeza de um côvado e ele diz que o que tem diante de si é "uma grandeza de um côvado", estará descrevendo a sua essência e significando uma quantidade. E por igual em todos os outros casos: pois cada uma dessas espécies de predicados, tanto quando é afirmada de si mesma como quando o seu gênero é afirmado dela, significa uma essência; se, por outro lado, uma espécie de predicado é afirmada de outra espécie, não significa uma essência, mas uma quantidade, uma qualidade ou qualquer das outras espécies de predicado. Tais e tantos são, pois, os sujeitos em tomo dos quais giram os argumentos, e os materiais de que se formam. Como devemos adquiri-los e por que meios chegaremos a estar bem providos deles é o que nos caberá dizer agora.

Em primeiro lugar, pois, devemos definir o que seja uma "proposição dialética" e um "problema dialético". Pois nem toda proposição, nem tampouco todo problema podem ser apresentados como dialéticos: com efeito, ninguém que estivesse no seu juízo perfeito faria uma proposição de algo que ninguém admite, nem tampouco faria um problema do que é evidente para todo mundo ou para a maioria das pessoas: pois este último não admite dúvida, enquanto à primeira ninguém daria assentimento.

Ora, uma proposição dialética consiste em perguntar alguma coisa que é admitida por todos os homens, pela maioria deles ou pelos filósofos, isto é, ou por todos. ou pela maioria, ou pelos mais eminentes, contanto que não seja contrária à opinião geral; pois um homem assentirá provavelmente ao ponto de vista dos filósofos se este não contrariar as opiniões da maioria das pessoas. As proposições dialéticas também incluem opiniões que são semelhantes às geralmente aceitas; e também proposições que contradizem os contrários das opiniões que se consideram geralmente aceitas, assim como todas as opiniões que estão em harmonia com as artes acreditadas.

Assim, supondo-se seja opinião geral que o conhecimento dos contrários é o mesmo, é provável que também pudesse passar por uma opinião geral que a percepção dos contrários é a mesma; e do mesmo modo, supondo-se seja opinião geral que há uma só ciência da gramática, poderia passar por uma opinião geral que há uma só ciência de tocar flauta; e, por outro lado, se for opinião geral que há mais de uma ciência da gramática, poderia passar por uma opinião geral que há igualmente mais de uma ciência de tocar flauta; porque todas essas coisas parecem assemelhar-se e têm entre si um certo ar de parentesco.

Do mesmo modo, também as opiniões que contradizem os contrários das opiniões gerais passarão por opiniões gerais; porque, se é opinião geral que se deve fazer bem aos seus amigos, será também opinião geral que não se deve fazer nada que os prejudique. Aqui, que se deva causar dano aos seus amigos é contrário à opinião geral, e que não se deve causar-lhes dano é a contraditória desse contrário. E da mesma forma, se se deve fazer bem aos amigos, não se deve fazer bem aos inimigos; esta é também a contraditória da opinião contrária à opinião geral: a contrária seria que se devesse fazer bem aos inimigos. E analogamente nos demais casos.

Comparando entre si estas razões, parecerá também uma opinião geral que o predicado contrário pertence ao sujeito contrário; por exemplo, se se deve fazer bem aos amigos, deve-se também fazer mal aos inimigos, talvez pareça também que fazer bem aos amigos seja o contrário de fazer mal aos inimigos; mas se isso é ou não assim em realidade se decidirá durante nossa discussão acerca dos contrários.

É também evidente que todas as proposições que se harmonizam com as artes são proposições dialéticas; pois os homens estão predispostos a dar seu assentimento aos pontos de vista daqueles que estudaram essas coisas: por exemplo, numa questão de medicina concordarão com o médico, numa questão de geometria, com o geômetra; e da mesma forma nos outros casos.



Um problema de dialética é um tema de investigação que contribui para a escolha ou a rejeição de alguma coisa, ou ainda para a verdade e o conhecimento, e isso quer por si mesmo, quer como ajuda para a solução de algum outro problema do mesmo tipo.

Deve, além disso, ser algo a cujo respeito os homens não tenham opinião num sentido ou noutro, ou o vulgo tenha uma opinião contrária à dos filósofos, ou a destes seja contrária à daquele, ou a de alguns filósofos seja contrária à de outros. Quanto a alguns problemas, com efeito, é útil conhecê-los com vistas na escolha ou na rejeição - como, por exemplo, se o prazer deve ou não ser escolhido -, enquanto a outros é útil conhecer tendo unicamente em mira o próprio conhecimento - por exemplo, se o universo é ou não eterno; e outros, finalmente, não são úteis em si e por si mesmos para qualquer desses fins, mas nos ajudam a solucionar outros problemas da mesma espécie; pois há muitas coisas que não desejamos conhecer em si e por si mesmas, porém com a mira em outras coisas e a fim de que, através delas, possamos vir a conhecer essas outras.

Os problemas também incluem questões em relação às quais os raciocínios se chocam (consiste então a dificuldade em se tal ou tal coisa é ou não assim, havendo argumentos convincentes a favor de ambos os pontos de vista); e há outros, realmente, a respeito dos quais não possuímos nenhum argumento, por serem extremamente vastos, e temos dificuldade em expor nossas razões, como a questão sobre se o universo é eterno ou não: pois também é possível investigar questões desta classe.

Os problemas, pois, e as proposições devem ser definidos como acima. Uma tese e uma suposição de algum filósofo eminente que esteja em conflito com a opinião geral: por exemplo, a idéia de que a contradição é impossível, como disse Antístenes; ou o ponto de vista de Heráclito, de que todas as coisas estão em movimento; ou de que o ser é um, como afirma Melisso; pois ocupar-nos com uma pessoa comum quando expressa pontos de vista contrários às opiniões usuais dos homens seria tolice. Ou talvez se trate de uma concepção sobre a qual tenhamos uma teoria raciocinada contrária às opiniões usuais dos homens, por exemplo, a concepção defendida pelos sofistas, de acordo com a qual o que é nem sempre necessita ter sido gerado ou ser eterno, pois, um músico que é também gramático "é" tal sem jamais ter "vindo a ser" tal nem ser tal eternamente. Porquanto, mesmo que um homem não aceite tal teoria, poderia aceitá-la fundando-se em que é razoável.

Ora, uma "tese" e também um problema, embora um problema nem sempre seja uma tese, visto serem certos problemas de tal espécie que não temos sobre eles nenhuma opinião num sentido ou noutro. Que uma tese, por outro lado, também constitui um problema, é evidente: pois do que dissemos acima deduz-se necessariamente que ou a grande maioria dos homens discorda dos filósofos no tocante à tese, ou uma ou a outra classe está em desacordo consigo mesma, já que a tese é uma suposição em conflito com a opinião geral. Em verdade, quase todos os problemas dialéticos são hoje em dia chamados "teses". Mas não se deve dar muita importância à denominação que se usar, pois o nosso objetivo ao distingui-los não foi criar uma terminologia, e sim reconhecer as diferenças que podem ser encontradas entre essas duas formas.

Não se deve examinar todo problema nem toda tese, mas apenas aqueles que possam causar embaraço aos que necessitam de argumento, e não de castigo ou percepção. Pois um homem que não sabe se devemos ou não honrar os deuses e amar nossos genitores necessita de castigo, e aqueles que não sabem se a neve é ou não é branca necessitam de percepção. Os temas não devem aproximar-se demasiadamente da esfera da demonstração, nem tampouco estar excessivamente afastados dela, pois os primeiros não admitem nenhuma dúvida, enquanto os segundos envolvem dificuldades demasiado grandes para a arte do instrutor.

Estabelecidas estas distinções, devemos distinguir agora quantas são as espécies de argumentos dialéticos. Temos por um lado a indução e por outro o raciocínio. Já dissemos antes o que é o raciocínio; quanto à indução, é a passagem dos individuais aos universais, por exemplo, o argumento seguinte: supondo-se que o piloto adestrado seja o mais eficiente, e da mesma forma o auriga adestrado, segue-se que, de um modo geral, o homem adestrado é o melhor na sua profissão. A indução é, dos dois, a mais convincente e mais clara; aprende-se mais facilmente pelo uso dos sentidos e é aplicável à grande massa dos homens em geral, embora o raciocínio seja mais potente e eficaz contra as pessoas inclinadas a contradizer.

Assim, pois, as classes de coisas a respeito das quais e a partir das quais se constroem os argumentos devem ser distinguidas da maneira que indicamos atrás. Os meios pelos quais lograremos estar bem supridos de raciocínios são quatro: (1) prover-nos de proposições; (2) a capacidade de discernir em quantos sentidos se emprega uma determinada expressão; (3) descobrir as diferenças das coisas, e (4) a investigação da semelhança. Os últimos três são também, em certo sentido, proposições, pois é possível formar uma proposição correspondente a cada um deles, por exemplo: (1) "o desejável pode significar tanto o honroso como o agradável ou o vantajoso"; (2) "a sensação difere do conhecimento em que o segundo pode ser recuperado depois que o perdemos, enquanto a primeira não o pode"; e (3) "a relação entre o saudável e a saúde é semelhante à que existe entre o vigoroso e o vigor". A primeira proposição depende do uso do termo em diferentes sentidos, a segunda das diferenças entre as coisas, e a terceira da sua semelhança.

As proposições devem ser escolhidas de um número de maneiras correspondente ao número de distinções estabelecidas no tocante à proposição: assim, podem-se tomar primeiro as opiniões sustentadas pela totalidade dos homens, pela maioria deles, ou pelos filósofos, isto é, por todos, pela maioria ou pelos mais eminentes; ou opiniões contrárias àquelas que parecem ser geralmente admitidas; e, finalmente, todas as opiniões que estão em harmonia com as artes. Devemos também formar proposições com as contraditórias das opiniões contrárias às que parecem ser geralmente aceitas, segundo se estabeleceu anteriormente. É igualmente útil formá-las selecionando não apenas aquelas opiniões que são atualmente aceitas, mas também as que se assemelham a estas, por exemplo: "a percepção dos contrários é a mesma" (já que o conhecimento deles é o mesmo), e "vemos pela admissão de alguma coisa em nós mesmos, e não por uma emissão" - pois assim acontece no que se refere aos outros sentidos: ao ouvir, admitimos alguma coisa dentro de nós mesmos, não emitimos nada; e é da mesma maneira que sentimos o gosto das coisas. E analogamente nos demais casos.

Além disso, todos os juízos que parecem ser verdadeiros em todos ou na maioria dos casos devem tomar-se como um princípio ou posição aceita, pois são emitidos por aqueles que não vêem ao mesmo tempo nenhuma exceção. Devemos fazer também nossa escolha nos manuais escritos de argumentação e organizar listas sumárias de tais argumentos sobre cada espécie de assunto, classificando-os em capítulos separados, como: "Do Bem" ou "Da Vida" - e esse "Do Bem" deve tratar de toda forma de bem, começando pela categoria da essência. E convém indicar também, à margem, as opiniões de diversos pensadores, como, por exemplo: "Empédocles disse que os elementos dos corpos são quatro", pois qualquer um pode dar seu assentimento ao que disse alguma autoridade geralmente aceita.

Das proposições e problemas - encarando-se a questão em linhas gerais - existem três grupos: algumas são proposições éticas, outras versam sobre a filosofia natural e outras, enfim, são lógicas. Proposições como a seguinte são éticas: "deve um homem obedecer antes aos seus genitores ou às leis, quando estão em desacordo?"; um exemplo de proposição lógica é. "o conhecimento dos opostos é ou não é o mesmo?", enquanto proposições como esta dizem respeito à filosofia natural: "é ou não é eterno o universo?" E do mesmo modo no que tange aos problemas. A natureza de cada uma das supraditas espécies de proposição não se expressa facilmente numa definição, mas devemos esforçar-nos por reconhecer cada uma delas graças a uma familiaridade

conquistada através da indução, examinando-as à luz dos exemplos dados acima.

Para os fins da filosofia devemos tratar dessas coisas de acordo com a sua verdade, mas para a dialética basta que tenhamos em vista a opinião geral. Todas as proposições devem ser tomadas em sua forma mais universal, convertendo-se, depois, uma em muitas. Por exemplo: "o conhecimento dos opostos é o mesmo", e a seguir: "o conhecimento dos contrários é o mesmo", e depois, "dos termos relativos". E, do mesmo modo, estes dois devem ser novamente divididos até onde possa ir a divisão, por exemplo: o conhecimento "do bem e do mal", "do branco e do preto" ou "do frio e do quente". E de maneira análoga em todos os outros casos.

Sobre a formação das proposições, são suficientes as observações feitas acima. No tocante ao número de sentidos que um termo comporta, não devemos limitar-nos a tratar daqueles termos que possuem diferentes sentidos, mas também esforçar-nos por defini-los; por exemplo, não devemos dizer apenas que a justiça e a coragem são chamadas "bens" num sentido e o que favorece o vigor e o que favorece a saúde são assim chamados em outro sentido, mas também que as primeiras recebem essa denominação em virtude de uma qualidade intrínseca que possuem em si mesmas e os segundos porque produzem um certo resultado e não por possuírem em si mesmos alguma qualidade intrínseca. E de modo análogo nos demais casos.

Se um termo comporta vários significados específicos ou apenas um, deve ser considerado pelos meios seguintes. Procure-se ver primeiro, caso o seu contrário tenha vários significados, se a discrepância entre estes é de espécie ou de nomes. Pois em alguns casos a diferença se manifesta imediatamente nos próprios nomes: por exemplo, o contrário de "agudo", tratando-se de uma nota, é "grave"; e, tratando-se de um ângulo sólido, é "obtusos". É evidente, pois, que o contrário de "agudo" tem vários significados, e, assim sendo, o mesmo acontece com "agudo", pois, correspondendo a cada um dos termos acima, o significado do seu contrário será diferente. Com efeito, "agudo" não será a mesma coisa quando contrário a grave e quando contrário a "obtusos", embora "agudo" seja o contrário de ambos. E também (grave, pesado) no caso de uma nota tem como contrário "agudo", mas no caso de uma massa sólida, "leve", de modo que é usado em várias acepções, já que isso acontece também com o seu contrário. E, do mesmo modo, "belo" aplicado a uma pintura tem como contrário "feio", mas, aplicado a uma casa, "arruinada"; portanto, "belo" é também um termo ambíguo.

Em certos casos não há nenhuma discrepância nos termos usados, mas uma diferença de espécie entre as acepções é evidente à primeira vista: por exemplo, no uso de "claro" e escuro pois tanto um som como uma cor são chamados "claros ou escuros. Quanto aos nomes, portanto, não há discrepância, mas a diferença de espécie entre os significados é óbvia: pois não chamamos uma cor de "clara" no mesmo sentido que um som. Isto se manifesta também por meio da sensação: porque, das coisas que são idênticas em espécie temos a mesma sensação, ao passo que não aquilatamos a clareza pela mesma sensação no caso do som e da cor, uma vez que a segunda é julgada pela visão e a primeira pela audição. E da mesma forma com "agudo" e "obtusos" no tocante aos sabores e aos ângulos sólidos: aqui, no segundo caso

julgamos pelo tato, e no primeiro pelo paladar. Também neste caso não há qualquer discrepância nos nomes usados, tanto no que toca aos termos originais como aos seus contrários, pois o contrário de "agudo" é também, em qualquer das acepções, "obtuso".

É preciso verificar, além disso, se uma acepção de um termo tem um contrário, enquanto outra não tem absolutamente nenhum; por exemplo, o prazer de beber tem seu contrário no desprazer da sede, enquanto o prazer de descobrir que a diagonal é incomensurável com o lado não tem nenhum contrário, de modo que "prazer" é usado em mais de um sentido. Também "amar", quando se refere ao estado de ânimo, tem como contrário "odiar", ao passo que quando se aplica à atividade física não tem nenhum; evidentemente, pois, "amar" é um termo ambíguo.

Mais ainda: no tocante aos intermediários, é preciso ver se alguns significados e seus contrários têm um intermediário, enquanto outros não os têm, ou se ambos têm um intermediário, porém não o mesmo, como, por exemplo, "claro" e "escuro" no concernente a cores têm como intermediário "cinzento", embora no caso dos sons não tenham nenhum, a menos que se considere como tal "áspero", pois algumas pessoas dizem que um som áspero é intermediário. "Claro" é, pois, um termo ambíguo, como também o é o termo "escuro". Veja-se, igualmente, se alguns deles têm mais de um intermediário enquanto outros não têm nenhum, como sucede com "claro" e "escuro", que em referência a cores têm muitos intermediários, ao passo que no capítulo dos sons só existe um, a saber: "áspero".

No caso de um oposto contraditório, é preciso ver igualmente se ele tem mais de um significado. Porque, se assim for, o seu oposto será também usado em mais de uma acepção: por exemplo, "não ver" é uma expressão que tem mais de um significado, a saber: (1) não possuir o sentido da vista, e (2) não fazer uso ativo dessa capacidade. Mas, se "não ver" tem mais de um significado, segue-se necessariamente que "ver" também tem mais de um, pois haverá um oposto para cada sentido de "não ver"; por exemplo, o oposto de "não possuir o sentido da visão" é possuí-lo, enquanto o oposto de "não fazer uso ativo do sentido da visão" é fazer uso ativo dele.

Examine-se, além disso, o caso dos termos que denotam a privação ou a presença de um certo estado: porque, se um dos termos tem mais de uma acepção, o mesmo acontecerá com o outro: por exemplo, se "ter sensibilidade" se usa em mais de um sentido, conforme se aplique à alma ou ao corpo, "estar privado de sensibilidade" também será usado em mais de um sentido, segundo



se referir à alma ou ao corpo. Que a oposição entre os termos agora examinados depende da presença ou privação de um certo estado é evidente, pois os animais possuem naturalmente ambas as espécies de "sensibilidade", tanto no que se refere à alma como ao corpo.

Examinem-se igualmente as formas derivadas. Pois, se "justamente" tem mais de um sentido, "justo" também será usado em mais de um significado, porquanto haverá um acepção de "justo" correspondente a cada acepção de "justamente"; por exemplo, se a palavra "justamente" se emprega no sentido de julgar de acordo com a sua própria opinião, e também no de julgar como se deve, então "justo" será usado de igual maneira. Analogamente, se "saudável" tem mais de um significado, "saudavelmente" também será usado em mais de uma acepção; por exemplo, se "saudável" significa tanto o que produz saúde e o que a conserva como o que dá mostras de saúde, "saudavelmente" também será usado nos sentidos: "de maneira a produzir", ou a "conservar", ou a "dar mostras de" saúde. E do mesmo modo nos outros casos, sempre que o termo original comporte mais de um significado, o termo que dele se deriva será usado em mais de um significado, e vice-versa.

Considerem-se também as classes de predicados que o termo significa, procurando ver se são as mesmas em todos os casos. Porquanto, se não forem as mesmas, o termo será evidentemente ambíguo; por exemplo: "bom", no caso de alimentos, significa "que causa prazer"; e, no caso de medicamentos, "que promove a saúde", ao passo que, se o aplicarmos à alma, significará a posse de certa qualidade, como a de ser temperante, corajoso ou justo; e do mesmo modo quando aplicado a "homem". Por vezes significa o que acontece em determinada ocasião, como, por exemplo, o "bom" que acontece na ocasião oportuna, pois ao que acontece na ocasião oportuna chamamos "bom". Não raro significa o que existe em determinada quantidade, por exemplo; quando se aplica à quantidade apropriada; pois a quantidade apropriada também é chamada boa. Por tudo isso se vê que o termo "bom" é ambíguo. E, analogamente, "claro", quando aplicado a um corpo, significa uma cor, mas em referência a uma nota designa o que é fácil de ouvir. "Agudo" é também um caso que tem estreita semelhança com este, pois o mesmo termo não possui o mesmo significado em todas as suas aplicações; com efeito, uma nota aguda é uma nota rápida, como nos ensinam todos os teóricos matemáticos da harmonia, ao passo que um ângulo agudo é aquele que é menor do que um ângulo reto, enquanto um punhal agudo é o que possui uma ponta penetrante (pontiagudo).

Atenda-se também aos gêneros dos objetos designados pelo mesmo termo, e veja-se se são diferentes sem ser subordinados um ao outro, como, por exemplo, "gato", que designa tanto o animal como o utensílio. Com efeito, as definições correspondentes ao nome são diferentes em cada caso: num deles se dirá que é um animal de determinada espécie, e no outro um utensílio usado para certo fim. Se, contudo, houver subordinação entre os gêneros, não é necessário que as definições sejam diferentes. Assim, por exemplo, "animal" é o gênero de "corvo" e também de "ave". Por conseguinte, sempre que dizemos que o corvo é uma ave, também dizemos que ele é uma determinada espécie de animal, de modo que ambos os gêneros se predicam dele. E igualmente, sempre que dizemos que o corvo é um "animal bípede voador", classificamo-lo como ave; e assim, também desta maneira ambos os gêneros se predicam de corvo, bem como a sua definição. Isso, porém, não acontece no caso dos gêneros que são subalternos, pois sempre que chamamos uma coisa de "utensílio" não a chamamos de animal, e vice-versa.

É também preciso prestar atenção e ver se não somente os gêneros dos termos que temos diante de nós são diferentes sem ser subalternos, mas também se isso acontece com os seus contrários: pois, se o contrário comporta diversas acepções, evidentemente o termo que temos diante de nós também as comporta.

É igualmente útil examinar a definição que cabe ao termo usado em combinação, por exemplo, de um "corpo claro" e de uma "nota clara". Porque se abstrairmos aqui o que é peculiar a cada caso, a mesma expressão deve permanecer. Isso não acontece no caso dos termos ambíguos como os que acabamos de mencionar. Porque o primeiro será "um corpo que possui tal e tal cor", enquanto o segundo será "uma nota fácil de ouvir". Retiremos, pois, "um corpo" e "uma nota", e o que resta não é o mesmo em cada caso. Deveria, contudo, ser o mesmo se as acepções de "claro" fossem sinônimas em ambos os casos.

Muitas vezes a ambiguidade também se insinua sem ser notada nas próprias definições, motivo pelo qual cumpre examinar também estas. Se, por exemplo, alguém definir o que dá mostras de saúde e o que a promove como "relacionado comensuravelmente com a saúde", não devemos dar isso de barato, mas examinar em que sentido nosso adversário usou o termo "comensuravelmente" em cada caso, por exemplo, se no segundo significa "que é em quantidade adequada para promover a saúde", e no primeiro "que é de índole a manifestar que espécie de estado prevalece".

Além disso, é preciso ver se os termos não podem ser comparados como "mais ou menos" ou "de igual maneira", como sucede, por exemplo, com um som "claro" e uma roupa "clara", ou uma nota "aguda" e um sabor "agudo" (isto é, picante). Com efeito, não se diz que essas coisas sejam "claras" ou "agudas" em grau igual, nem que uma é mais clara ou mais aguda do que a outra. Donde se segue que "claro" e "agudo" são ambíguos, dado que os sinônimos são sempre comparáveis: sempre se empregam da mesma maneira, ou então em grau maior num dos casos.

Ora bem: como nos gêneros que são diferentes sem ser subalternos as diferenças também são diferentes em espécie, por exemplo, as de "animal" e de "conhecimento" (pois as diferenças destes dois gêneros são, com efeito, diferentes), é preciso ver se os significados compreendidos sob o mesmo termo são diferenças de gêneros que diferem entre si sem ser subalternos, como, por exemplo, "agudo" o é de uma nota e de um sólido. Porque o ser "agudo" diferencia uma nota de outra, e de igual modo um sólido de outro. "Agudo e, pois, um termo ambíguo, por expressar diferenças de gêneros que diferem entre si sem ser subalternos.

É preciso ver também se os próprios significados incluídos sob o mesmo termo têm diferenças distintas, como a "cor" nos corpos e a "cor" ou "cromatismo" nas melodias, pois as diferenças da "cor" nos corpos se distinguem e se comparam por meio da vista, ao passo que a "cor" nas melodias não possui as mesmas diferenças.

Além disso, como a espécie nunca é a diferença de coisa alguma, deve-se examinar atentamente se um dos significados incluídos sob o mesmo termo é uma espécie e o outro uma diferença, como, por exemplo "claro" (isto é, "branco") aplicado a um corpo é uma espécie de cor, ao passo que no caso de uma nota é uma diferença, pois uma nota se diferencia de outra pelo fato de ser "clara".

A presença de vários significados num termo pode, pois, ser investigada por estes meios e outros semelhantes. As diferenças que as coisas apresentam entre si devem ser examinadas dentro do mesmo gênero, por exemplo: "em que a justiça difere da coragem e a sabedoria da temperança?" - pois todas essas coisas pertencem ao mesmo gênero; e também um gênero de outro, contanto que não estejam muito afastados, por exemplo: "em que a sensação difere do conhecimento?", pois no caso dos gêneros muito afastados um do outro as diferenças são perfeitamente óbvias.

A semelhança deve ser estudada, em primeiro lugar, nas coisas que pertencem a gêneros diferentes, segundo a fórmula:  $A:B = C:D$  (por exemplo, o conhecimento relaciona-se com o objeto de conhecimento assim como a sensação se relaciona com o objeto de sensação), e "assim como A está em B, do mesmo modo C está em D" (por exemplo, assim como a visão está no olho, a razão está na alma, e assim como a calma está no mar, está a falta de vento no ar). A prática se faz especialmente necessária quando os termos estão muito afastados entre si, pois nos outros poderemos ver mais facilmente, de um relance, os pontos de semelhança. Devemos também examinar as coisas que pertencem a um mesmo gênero para ver se todas elas possuem um atributo idêntico - por exemplo, um homem, um cavalo e um cão -, pois, na medida em que possuem algum atributo idêntico, são semelhantes entre si.

É útil ter examinado a pluralidade de significados de um termo, tanto no interesse da clareza (pois um homem está mais apto a saber o que afirma quando tem uma noção nítida do número de significados que a coisa pode comportar), como para nos certificarmos de que o nosso raciocínio estará de acordo com os fatos reais e não se referirá apenas aos termos usados. Pois, enquanto não ficar bem claro em quantos sentidos se usa um termo, pode acontecer que o que responde e o que interroga não tenham suas mentes dirigidas para a mesma coisa; ao passo que, depois de se haver esclarecido quantos são os significados, e também qual deles o primeiro tem em mente quando faz a sua asserção, o que pergunta pareceria ridículo se deixasse de dirigir seus argumentos a esse ponto.

Isso também nos ajuda a evitar que nos enganem e que enganemos os outros com falsos raciocínios; porque, se conhecemos o número de significados de um termo, certamente nunca nos deixaremos enganar por um falso raciocínio, pois perceberemos facilmente quando o que interroga deixa de encaminhar seus argumentos ao mesmo ponto: e, quando somos nós mesmos que interrogamos, poderemos induzir nosso adversário em erro se ele não conhece o número de significados do termo. Isso, todavia, não é sempre possível, mas somente quando, dos múltiplos sentidos, alguns são verdadeiros e outros são falsos. Entretanto, essa forma de argumentar não pertence propriamente à dialética; os dialéticos devem abster-se por todos os meios desse tipo de discussão verbal, a não ser que alguém seja absolutamente incapaz de discutir de qualquer outra maneira o tema que tem diante de si.

Descobrir as diferenças das coisas nos ajuda tanto nos raciocínios sobre a identidade e a diferença, como também a reconhecer a essência de cada coisa particular. Que nos ajuda a raciocinar sobre a identidade e a diferença, é evidente: pois, após descobrirmos uma diferença qualquer entre os objetos que temos diante de nós, já teremos mostrado que eles não são o mesmo; e ajuda-nos a reconhecer o que é uma coisa, porque geralmente distinguimos a expressão própria da essência de cada coisa particular por meio das diferenças que lhe são próprias.

O exame da semelhança é útil tanto para os argumentos indutivos como para os raciocínios hipotéticos, bem assim como para a formulação de definições. É útil para os argumentos indutivos, porque é por meio de uma indução de casos individuais semelhantes que pretendemos pôr em evidência o universal; e isso não é fácil quando ignoramos os pontos de semelhança. É útil

para os raciocínios hipotéticos porque, entre semelhantes, de acordo com a opinião geral, o que é verdadeiro de um é também verdadeiro dos demais. Se, pois, em relação a qualquer deles estivermos bem supridos de materiais para discussão, garantiremos a aceitação preliminar de que, como quer que seja nesses casos, também assim será no caso que temos diante de nós; portanto, quando tivermos demonstrado o primeiro, teremos também demonstrado, em virtude da hipótese, o caso que nos interessa particularmente; pois primeiro havíamos estabelecido a hipótese de que, como quer que fosse nesses casos, também seria no caso que tínhamos diante de nós, e a seguir provamos nossa tese no tocante àqueles casos. E é útil na formulação de definições porque, se podemos ver num relance de olhos o que é idêntico em cada caso individual do sujeito, não nos dará nenhum trabalho determinar o gênero em que deve ser incluído o objeto que temos diante de nós quando se tratar de defini-lo: com efeito, dentre os predicados comuns, o que pertence de maneira mais definida à categoria da essência é provavelmente o gênero. E, do mesmo modo, também no caso de objetos que divergem largamente uns dos outros<sup>1</sup> o exame da semelhança é útil para os fins da definição, como, por exemplo, a identidade da calma no mar e da ausência de vento no ar (pois cada uma delas é uma forma de repouso), e de um ponto na linha e da unidade num número, por ser cada um deles um ponto de origem. Se, pois, dermos como o gênero o que é comum a todos os casos, ninguém poderá objetar que definimos de maneira inadequada. É, aliás, dessa maneira que os amigos de definições as fazem quase sempre, afirmando, por exemplo, que a unidade é o ponto de partida do número e que o ponto é o ponto de origem da linha. É evidente, pois, que tomam como gênero dessas coisas aquilo que é comum a ambas.

São estes, por conseguinte, os meios pelos quais se efetuam os raciocínios; os tópicos, ou lugares para cuja observância são úteis os argumentos mencionados acima são os seguintes.

## *Livro II*



# 1

Dos problemas, alguns são universais e outros são particulares. Problemas universais são, por exemplo: "todo prazer é bom" e "nenhum prazer é bom"; e problemas particulares: "alguns prazeres são bons" e "alguns prazeres não são bons".

Os métodos para estabelecer e lançar por terra universalmente uma opinião são comuns a ambas as espécies de problemas; pois, quando demonstramos que um predicado se aplica a todos os casos de um sujeito, também demonstramos que ele se aplica a alguns casos. E do mesmo modo, quando demonstramos que ele não se aplica a algum caso, também demonstramos que não se aplica a todos os casos. Em primeiro lugar, pois, falaremos dos métodos de rebater universalmente um ponto de vista, pois esses são comuns tanto aos problemas universais como aos particulares, e porque as pessoas mais comumente estabelecem teses afirmando predicados do que negando-os, enquanto os que discutem com elas procuram rebatê-los.

A conversão de um nome apropriado que se deriva do elemento "acidente" é uma coisa extremamente precária, pois no caso do acidente, e em nenhum outro, é possível que uma coisa seja condicional e não universalmente verdadeira. Os nomes derivados dos elementos "definição", "propriedade" e "gênero" são necessariamente conversíveis; por exemplo, se "ser um animal que anda com dois pés é um atributo de S", também será verdadeiro dizer, por conversão, que "S é um animal que anda com dois pés". E do mesmo modo quando se deriva do gênero; porque, se "ser um animal é um atributo de S", então "S é um animal". E igualmente no caso de uma propriedade, pois se "ser capaz de aprender gramática é um atributo de S", então "S será capaz de aprender gramática". Com efeito, nenhum destes atributos pode pertencer ou deixar de pertencer ao seu sujeito em parte: devem pertencer ou não pertencer de forma absoluta. No caso dos acidentes, por outro lado, nada impede que um atributo (a brancura ou a justiça, por exemplo) pertença em parte ao seu sujeito, de modo que não basta mostrar que a brancura ou a justiça é um atributo de um homem para provar que ele é branco ou justo, pois isso fica sujeito a contestação e a dizer-se que ele é branco ou justo apenas em parte. A conversão, por conseguinte, não se dá necessariamente no caso dos acidentes.

Devemos também definir os erros que ocorrem nos problemas. São eles de duas espécies, causados ou por um juízo falso, ou por uma transgressão da linguagem corrente. Porquanto aqueles que formulam juízos falsos, afirmando que um atributo pertence a uma coisa quando não lhe pertence, cometem um

erro; e aquele que chama os objetos pelos nomes de outros objetos (por exemplo, chamando homem a um plátano) transgride a terminologia estabelecida.

Ora bem: uma regra ou tópicos é examinar se um homem atribuiu como acidente o que pertence ao sujeito de alguma outra maneira. Esse erro se comete mais comumente no que se refere aos gêneros das coisas, como, por exemplo, se alguém dissesse que o branco é acidentalmente uma cor, pois ser uma cor não é um acidente do branco, mas sim o seu gênero. O que afirma pode, naturalmente, defini-lo assim, usando essas mesmas palavras e dizendo, por exemplo, que "a justiça é acidentalmente uma virtude"; muitas vezes, porém, mesmo sem tais definições, é evidente que ele apresentou o gênero como se fosse um acidente; suponha-se, por exemplo, que alguém dissesse que a brancura é colorida ou que o passear está em movimento. Com efeito, um predicado derivado do gênero nunca se aplica à espécie sob uma forma derivada ou inflectida, mas os gêneros sempre se predicam literalmente das espécies, já que as espécies assumem tanto o nome como a definição de seus gêneros. Portanto, o homem que diz que o branco é "colorido" não apresentou "colorido" como o gênero do branco, visto ter usado uma forma derivada, nem tampouco como uma propriedade sua ou como a sua definição; pois a definição e a propriedade de uma coisa pertencem a ela e a nada mais, ao passo que há muitas coisas, além do branco, que são coloridas, como um lenho, uma pedra, um homem, um cavalo. É evidente, pois, que ele o expressa como um acidente.

Outra regra é examinar todos os casos em que se afirmou ou se negou universalmente que um predicado pertence a alguma coisa. É preciso encará-las espécie por espécie, e não em sua infinita multidão, pois assim a pesquisa será mais direta e mais rápida. Deve-se considerar primeiro os grupos mais primários e começar por eles, avançando em ordem até aqueles que já não são divisíveis. Se, por exemplo, um homem disse que o conhecimento dos opostos é o mesmo, deve-se examinar se assim é no tocante aos opostos relativos, aos contrários, aos termos que significam a privação ou a presença de certos estados, e aos termos contraditórios. Depois, se a consideração desses casos não nos forneceu nenhum resultado evidente, devemos dividi-los novamente até chegar aos que já não são divisíveis, e examinar, por exemplo, se assim acontece com os atos justos e injustos, ou com o dobro e a metade, ou com a cegueira e a visão, ou com o ser e o não-ser; porque, se em qualquer desses casos se demonstra que o conhecimento que se tem dos opostos não é o mesmo, teremos demolido o problema. E com tanto mais razão se o predicado não pertence ao sujeito em nenhum caso.

Esta regra é conversível com fins tanto destrutivos como construtivos; porque, se depois de termos sugerido uma divisão, o predicado parece ser válido em todos os casos ou em grande número deles, podemos exigir que o outro o afirme universalmente, ou então apresente um exemplo negativo para mostrar em que caso o predicado não é válido, já que, se ele não fizer nenhuma dessas coisas, o negar-se a afirmar o colocará numa posição absurda.

Outra regra é dar definições tanto de um acidente como do seu sujeito, quer de ambos separadamente, quer de um deles só, e depois examinar se alguma falsidade foi admitida como verdadeira nas definições. Assim, por exemplo, para ver se é possível fazer injustiça a um deus, pergunte-se o que é "fazer injustiça". Porque, se é "causar dano deliberadamente", é evidente que não se pode fazer injustiça a um deus, porque Deus não é passível de qualquer espécie de dano. Ou, então, para ver se o homem bom é invejoso, pergunte-se quem é o homem "invejoso" e o que é "inveja". Porque, se a inveja é a dor causada pelo êxito aparente de uma pessoa de boa conduta, evidentemente o homem bom não é invejoso, porque, nesse caso, seria mau. Ou ainda, para ver se o homem indignado é invejoso, pergunte-se o que é cada um deles, pois desse modo será posto em evidência se a afirmação é verdadeira ou falsa: por exemplo, se é "invejoso" aquele que se desgosta com os êxitos dos bons e fica "indignado" o que se magoa com os êxitos dos maus, é evidente que o homem indignado não será invejoso.

Devemos também substituir os termos contidos em nossas definições por outras definições, e não nos determos até que cheguemos a um termo familiar; porque muitas vezes, se a definição se formula inteira, o ponto em questão não fica aclarado, mas, se substituirmos um dos termos usados na definição pela sua própria definição, ele se tornará evidente.

Além disso, devemos nós mesmos apresentar o problema sob a forma de uma proposição e depois aduzir um exemplo negativo contra ela, pois esse exemplo negativo será uma base de ataque à asserção. Esta regra é quase idêntica àquela que nos manda examinar os casos em que um predicado foi afirmado ou negado universalmente, mas difere dela no arranjo do argumento.

Deve-se, também, definir que espécies de coisas devem ser chamadas como as chama a maioria dos homens, e quais as que devem receber outro nome. Porque isso é útil tanto para estabelecer como para rebater um ponto de vista: por exemplo, diríamos que nossos termos devem ser usados para significar as mesmas coisas que a maioria das pessoas significam com eles, mas quando perguntamos que classe de coisas são de tal ou tal espécie, não

devemos acompanhar aqui a multidão: por exemplo, é acertado chamar de "saudável" tudo que tende a promover a saúde, como faz a maioria dos homens; mas ao dizer se o objeto que temos diante de nós tende ou não a promover a saúde, já não convém adotar a linguagem da multidão, e sim a do médico.

Além disso, se o termo é usado em diversos sentidos e se estabeleceu que ele é ou não é um atributo de S, deve-se demonstrar o argumento pelo menos num dos vários sentidos, se não é possível fazê-lo em todos. Esta regra deve ser observada nos casos em que a diferença de significados passa despercebida; pois, supondo-se que ela seja evidente, o adversário objetará que o ponto que ele pôs em questão não foi discutido, mas sim um outro ponto. Este tópico ou lugar é conversível tanto com o fim de estabelecer um ponto de vista como de lançá-lo por terra. Porque, se queremos estabelecer uma afirmação, mostraremos que num dos sentidos o atributo pertence ao sujeito, se não pudermos demonstrá-lo em ambos os sentidos: e, se estivermos rebatendo uma afirmação, demonstraremos que num sentido o atributo não corresponde ao sujeito, se não pudermos demonstrá-lo em ambos os sentidos. É claro que ao rebater um juízo não há nenhuma necessidade de começar a discussão levando o interlocutor a admitir o que quer que seja, tanto se o juízo afirma como se nega o atributo universalmente; porque, se mostrarmos que num caso qualquer o atributo não pertence ao sujeito, teremos demolido a afirmação universal, e, do mesmo modo, se mostrarmos que ele pertence num só caso que seja, teremos demolido a negação universal. Ao estabelecer uma proposição, pelo contrário, teremos de garantir a admissão preliminar de que, se ele é atribuível num caso qualquer, é atribuível universalmente, contanto que essa pretensão seja razoável. Porquanto não basta discutir um caso único para demonstrar que um atributo se predica universalmente: para argumentar, por exemplo, que se a alma do homem é imortal, toda alma é imortal, é preciso ter obtido a admissão prévia de que, se uma alma qualquer é imortal, toda alma é imortal. Isto não se deve fazer em todos os casos, mas apenas naqueles em que não podemos apontar facilmente um argumento único que seja aplicável a todos os casos em comum, como, por exemplo, o geômetra pode argumentar que o triângulo tem seus ângulos iguais a dois ângulos retos.

Se, por outro lado, a variedade de acepções do termo é evidente, cumpre distinguir quantos significados ele tem antes de passar a refutar ou a estabelecer: supondo-se, por exemplo, que "o correto" signifique "o conveniente" ou "o honroso", procurar-se-á estabelecer ou rebater ambas as descrições do sujeito em questão, mostrando, por exemplo, que ele é honroso e conveniente, ou que nem é honroso, nem conveniente. Mas, na eventualidade de que seja impossível demonstrar ambas as coisas, deve-se demonstrar uma delas, acrescentando que a predicação é verdadeira num

sentido e não no outro. A mesma regra vale também para quando o número de acepções em que se divide o termo é superior a dois.

Considerem-se, por outro lado, aquelas expressões cujos significados são muitos, porém não diferem devido à ambigüidade de um termo e sim de outra maneira. Por exemplo: "a ciência de muitas coisas é uma só"; aqui, "muitas coisas" pode significar tanto o fim como os meios que conduzem a esse fim, como, por exemplo, a medicina tanto é a ciência de produzir a saúde como da maneira de observar uma dieta; ou ambas podem ser fins, como quando se diz que a ciência dos contrários é a mesma (pois, entre os contrários, um deles não é mais fim do que o outro); ou, então, pode tratar-se de um atributo essencial e de outro accidental, como, por exemplo, o fato essencial de que o triângulo tem seus ângulos iguais a dois ângulos retos, e o fato accidental de que a figura equilátera também possua essa propriedade, pois é devido ao acidente de ser o equilátero um triângulo que sabemos que ele tem seus ângulos iguais a dois ângulos retos. Se, pois, não é possível em qualquer sentido do termo que a ciência de muitas coisas seja a mesma, evidentemente é de todo impossível que seja assim; ou, se é possível em algum sentido, então evidentemente é possível. Distingam-se tantos significados quantos forem necessários: por exemplo, se queremos estabelecer um ponto de vista, devemos pôr em evidência todos aqueles significados que admitam esse ponto de vista, e dividi-lo apenas naqueles significados que são necessários para estabelecer a nossa tese; ao passo que, se queremos rebater um ponto de vista, devemos trazer á luz todos os que não admitem esse ponto de vista e deixar o resto de lado. Nesses casos é também necessário levar em conta qualquer incerteza a respeito do número de significados envolvidos. Além disso, que uma coisa é ou não é "de" outra deve ser estabelecido por meio das mesmas normas ou lugares: por exemplo que uma determinada ciência é de uma determinada coisa, tratada como um fim, como meio para alcançar um fim ou como acidentalmente relacionada com ela; ou, então, que não é "de" tal coisa em nenhum dos sentidos ou maneira indicados acima. A mesma regra vale também para o desejo e todos os outros termos que têm mais de um objeto. Porquanto o "desejo de X" pode significar o desejo dele como um fim (como o desejo da saúde), ou como um meio para a consecução de um fim (como o desejo de ser medicado), ou como uma coisa desejada acidentalmente, como acontece no caso do vinho, que a pessoa gulosa deseja não por ser vinho, mas por ser doce. Com efeito, essa pessoa deseja essencialmente o doce, e apenas acidentalmente o vinho: porque, se este for seco, já não o desejará. Seu desejo pelo vinho é, portanto, accidental. Esta regra é útil ao tratar com termos relativos, pois os casos deste tipo são geralmente casos de termos relativos.

É bom, além disso, trocar um termo por outro mais familiar substituir, por exemplo, "exato" por "claro" ao descrever uma concepção, e "estar ocupado" por "estar atrapalhado", pois quando a expressão é mais familiar torna-se mais fácil atacar a tese. Esta norma é também utilizável para ambos os fins, isto é, tanto para estabelecer como para lançar por terra um ponto de vista.

A fim de mostrar que atributos contrários pertencem à mesma coisa, atente-se no seu gênero; por exemplo, se queremos demonstrar que a exatidão e o erro são possíveis no que se refere à percepção sensível, e perceber é julgar, dado que é possível julgar exata ou erroneamente, também no tocante à percepção devem ser possíveis a exatidão e o erro. No exemplo presente a prova procede do gênero e passa deste à espécie, porquanto "julgar" é o gênero de "perceber", e o homem que percebe julga de certa maneira. Mas pode seguir a direção contrária e ir da espécie para o gênero, pois todos os atributos que pertencem à espécie pertencem igualmente ao gênero; por exemplo, se há um conhecimento mau e um conhecimento bom, há também uma boa e uma má disposição, porquanto "disposição" é o gênero de conhecimento. Ora, o primeiro argumento tópico é falaz quando se trata de estabelecer um ponto de vista, ao passo que o segundo é verdadeiro. Com efeito, não é necessário que todos os atributos pertencentes ao gênero também pertençam à espécie: "animal", por exemplo, é volátil e quadrúpede, porém não assim "homem". Por outro lado, todos os atributos que pertencem à espécie devem necessariamente pertencer também ao gênero; porque, se "homem" é bom, então "animal" também é bom. E, ao contrário, para o fim de demolir uma opinião, o primeiro tópico é verdadeiro, enquanto o segundo é falaz, já que todos os atributos que não pertencem ao gênero não pertencem tampouco à espécie, ao passo que todos os que faltam à espécie não faltam necessariamente ao gênero.

Como aquelas coisas das quais se predica o gênero devem necessariamente ter também uma das espécies deste que se predique delas, e como aquelas coisas que estão na posse do gênero em questão ou são descritas por termos derivados desse gênero devem também necessariamente estar na posse de uma de suas espécies e ser descritas por termos derivados de uma dessas espécies (por exemplo, se a alguma coisa se aplica o termo "conhecimento científico", então se aplicará também a ela o conhecimento "gramatical" ou "musical", ou o conhecimento de uma das outras ciências; e se alguém possui conhecimento científico ou é descrito por um termo derivado de "ciência", esse alguém também possuirá o conhecimento gramatical, o musical, ou o conhecimento de



alguma das demais ciências, ou será descrito por um termo derivado de uma delas, como, por exemplo, "gramático" ou "músico") - por conseguinte, se se afirma que uma expressão qualquer é de algum modo derivada do gênero (por exemplo, que a alma está em movimento), procure-se ver se a alma pode ser movida com alguma das espécies de movimento - se, por exemplo, ela pode crescer, ser destruída ou gerar-se, e do mesmo modo com respeito a todas as demais espécies de movimento. Porque, se a alma não se move de nenhuma dessas maneiras, evidentemente não se move em absoluto. Este tópico serve para ambos os propósitos, tanto para desbaratar como para estabelecer uma opinião: pois, se a alma se move com alguma das espécies de movimento, é evidente que se move; e, se não se move com nenhuma das espécies de movimentos, é evidente que não se move.

Se alguém não estiver bem provido de um argumento contra a afirmação, procure entre as definições, reais ou aparentes, da coisa que tem diante de si, e se uma não for suficiente, lance mão de várias. Com efeito, será mais fácil rebater uma pessoa quando presa a uma definição, pois as definições são sempre mais fáceis de atacar.

Examine-se além disso, com respeito à coisa em questão, que é aquilo cuja realidade condiciona a realidade da mesma, ou cuja realidade se segue necessariamente da realidade da coisa em questão: se se deseja estabelecer um ponto de vista ou opinião, é preciso investigar que coisa existe de cuja realidade se seguirá a realidade da coisa em questão porque, se demonstrarmos que a primeira é real, também teremos demonstrado que a coisa em questão é real). Se, pelo contrário, se deseja dismantelar uma opinião, deve-se perguntar que coisa é real se a coisa em questão é real, porque, se demonstrarmos que o que se segue da coisa em questão é irreal, teremos rebatido essa mesma coisa.

Considere-se também o tempo implicado, para ver se há discrepância em alguma parte: suponha-se, por exemplo, que um homem afirmou que o que é alimentado cresce necessariamente: pois os animais estão sempre sendo necessariamente alimentados, mas nem sempre crescem. E também da mesma forma se ele disse que conhecer é lembrar-se: porque uma dessas coisas diz respeito ao tempo passado, enquanto a outra tem que ver igualmente com o presente e com o futuro. Diz-se, com efeito, que conhecemos as coisas presentes e futuras (por exemplo, que haverá um eclipse), ao passo que é impossível lembrar-se de nada que não pertença ao passado.

Existe, além disso, o desvio sofisticado do argumento, mediante o qual levamos nosso adversário a fazer a espécie de afirmação contra a qual estamos bem providos de linhas de argumentação. Esse procedimento é por vezes uma necessidade real, outras vezes uma necessidade aparente e outras, ainda, não é uma necessidade em absoluto, nem aparente, nem real. É realmente necessário sempre que o que responde tenha negado algum ponto de vista que seja útil no ataque à tese, e o que pergunta dirige então os seus argumentos no sentido de apoiar o seu ponto de vista, sendo este um daqueles sobre os quais ele está bem provido de tópicos. É também realmente necessário sempre que ele (o que interroga), tendo chegado previamente a uma certa afirmação por meio de uma indução feita a partir da opinião expressa, procure depois demolir essa afirmação: porque, uma vez demolida esta, a opinião expressa originalmente fica também refutada.

É uma necessidade aparente quando o ponto para o qual passa a dirigir-se a discussão parece ser útil e relevante para a tese sem o ser realmente, quer porque o homem que se opõe ao argumento se tenha recusado a conceder alguma coisa, quer porque ele (o que pergunta) tenha previamente chegado a ela por uma indução plausível baseada na tese, e trate então de demoli-la.

O caso restante é quando o ponto a que a discussão passou a dirigir-se não é nem realmente, nem aparentemente necessário, e, por sorte do contendente, é refutado numa simples questão secundária. Deve-se ter cautela com o último dos métodos mencionados, pois parece estar completamente desvinculado da arte da dialética e ser totalmente estranho a ela. Por essa mesma razão, o contendente não deve perder a calma, mas dar seu assentimento a afirmações que nenhuma utilidade têm no ataque à tese, acrescentando uma indicação sempre que assente, embora não esteja concorde com o ponto de vista. Porquanto, em via de regra, a confusão dos que perguntam torna-se maior se, depois de lhes terem sido concedidas todas as proposições dessa espécie, não podem chegar a conclusão alguma.

Além disso, quem tenha feito uma afirmação qualquer fez, em certo sentido, várias afirmações, dado que cada afirmação tem um número de conseqüências necessárias: por exemplo, quem disse "X é um homem" também disse que ele é um animal, que é um ser animado e um bípede, e que é capaz de adquirir razão e conhecimento, de forma que, pela demolição de uma só destas conseqüências, seja ela qual for, a afirmação original é igualmente demolida. Mas aqui também é preciso acautelar-se para não passar a um

argumento mais difícil: pois às vezes é a consequência e outras vezes a tese original a mais fácil de refutar.

Com respeito aos sujeitos que devem ter um, e apenas um, dentre dois predicados, como, por exemplo, um homem deve ter ou bem doença, ou bem saúde, supondo-se que no tocante a um deles estejamos bem providos de argumentos para afirmar a sua presença ou ausência, estaremos igualmente bem documentados no que se refere ao outro. Este tópico é conversível para ambos os fins: pois, quando houvermos demonstrado que um dos argumentos pertence ao sujeito, teremos demonstrado também que o outro não lhe pertence; e, se demonstrarmos que um deles não lhe pertence, teremos demonstrado a predicabilidade do outro. Evidentemente, pois, a regra é útil para ambos os fins.

Além disso, pode-se adotar uma linha de ataque que consiste em reinterpretar um termo no seu sentido literal, implicando que é mais adequado tomá-lo assim do que no sentido estabelecido: por exemplo, a expressão "de coração forte" não sugerirá o homem corajoso, de acordo com o uso presentemente estabelecido, mas o homem cujo coração se acha em ótimo estado; assim como também a expressão "de boa esperança" se pode entender no sentido de um homem que espera boas coisas. E analogamente, "de boa estrela" se pode tomar no significado do homem cuja estrela é boa, como diz Xenócrates: "de boa estrela é aquele que possui uma alma nobre". Pois a estrela de um homem é a sua alma.

Algumas coisas acontecem por necessidade, outras habitualmente, outras por acaso; se, portanto, se afirmou que um acontecimento necessário ocorre habitualmente, ou que um acontecimento usual (ou, na falta de tal acontecimento, o seu contrário) ocorre necessariamente, isso sempre fornece um ensejo para atacar. Porque, se alguém afirmou que um acontecimento necessário ocorre habitualmente, é claro que esse homem negou a universalidade de um atributo universal, cometendo, pois, um erro; e da mesma forma se declarou que o atributo usual é necessário, pois então declara que ele se predica universalmente, quando não é assim. E analogamente se sustenta ser necessário o contrário do que é habitual. Porque o contrário de um atributo usual é sempre um atributo relativamente raro: por exemplo se os homens são habitualmente maus, é relativamente raro encontrar um homem bom, de modo que o erro do contendor é ainda pior se afirmou que eles são necessariamente bons. O mesmo é verdadeiro se ele afirmou que uma simples questão de acaso ocorre necessária ou habitualmente, pois um fato eventual não acontece nem necessária, nem habitualmente. Se a coisa acontece habitualmente, então, mesmo supondo-se que sua afirmação não deixe bem

claro se ele entende que a coisa em questão sucede habitualmente ou de forma necessária, dá margem a que a contestemos na suposição de que o caso seja este último; por exemplo, se ele afirmou, sem fazer distinção alguma, que as pessoas deserdadas são más, podemos supor, na discussão, que ele quis dizer que tais pessoas são assim necessariamente.

É preciso também verificar se ele por acaso afirmou que uma coisa é um acidente de si mesma, tomando-a por algo diferente porque tem um nome distinto, como Pródico, que dividia os prazeres em alegria, deleite e regozijo, pois todos estes são sinônimos da mesma coisa, isto é, prazer. Se, pois, alguém disser que a alegria é um atributo accidental de regozijo, estará dizendo que ela é um atributo accidental de si mesma.

Visto que os contrários podem ser ligados uns aos outros de seis maneiras e quatro dessas uniões formam uma contrariedade, devemos entender o assunto dos contrários a fim de que isso nos possa ajudar tanto a estabelecer como a demolir uma opinião.

Ora bem: que os modos de conjunção são seis é evidente: pois (1) ou cada um dos verbos contrários será ligado a cada um dos objetos contrários, e isso nos fornece dois modos, por exemplo: fazer bem aos amigos e fazer mal aos inimigos, ou, inversamente, fazer mal aos amigos e bem aos inimigos; ou, então, (2) ambos os verbos podem ser unidos a um só objeto, e isto também nos fornece dois modos, por exemplo: fazer bem aos amigos e fazer mal aos amigos, ou fazer bem aos inimigos e fazer mal aos inimigos. Ou, ainda, (3) um só verbo pode ser ligado a ambos os objetos, e isto nos fornece igualmente dois modos, por exemplo: fazer bem aos amigos e fazer bem aos inimigos, ou fazer mal aos amigos e fazer mal aos inimigos.

As duas primeiras das conjunções supramencionadas não constituem, pois, nenhuma contrariedade, porquanto fazer bem aos amigos não é contrário a fazer mal aos inimigos, uma vez que ambas essas maneiras de proceder são desejáveis e correspondem a uma mesma disposição. Nem tampouco fazer mal aos amigos é contrário a fazer bem aos inimigos, pois ambas essas coisas são reprováveis e pertencem à mesma disposição; e não se pensa geralmente que uma coisa reprovável seja contrária a outra, a menos que uma denote um excesso e a outra uma deficiência; pois um excesso é geralmente incluído na classe das coisas reprováveis, e da mesma forma uma deficiência. Mas todas as outras quatro constituem uma contrariedade. Com efeito, fazer bem aos amigos é o contrário de fazer mal aos amigos, pois essas coisas procedem de disposições contrárias, e uma delas é desejável enquanto a outra é reprovável. O caso é semelhante no que tange às outras conjunções, pois em cada uma dessas combinações um modo de proceder é desejável e o outro reprovável, e um corresponde a uma disposição razoável e o outro a uma má disposição. Pelo que ficou dito torna-se, pois, claro que o mesmo modo de proceder tem mais de um contrário. Com efeito, fazer bem aos amigos tem como contrários tanto fazer mal aos amigos como fazer bem aos inimigos. E, se os examinarmos do mesmo ângulo, veremos que os contrários de cada um dos outros também são em número de dois. Escolha-se, portanto, qualquer dos dois contrários que seja útil para atacar uma tese.

Além disso, se o acidente de uma coisa tem um contrário, é preciso verificar se este pertence ao sujeito a que foi atribuído o acidente em apreço; porque, se o segundo lhe pertence, não pode pertencer-lhe o primeiro, visto ser impossível que predicados contrários pertençam simultaneamente à mesma coisa.

Deve-se examinar, por outro lado, se de alguma coisa foi dita outra coisa de tal índole que, se for verdadeira, predicados contrários devem necessariamente pertencer à primeira: por exemplo, se o contendor afirmou que as "idéias" existem em nós. Pois daí resultará que elas estão ao mesmo tempo em movimento e em repouso, e, além disso, que são objetos tanto de sensação como de conhecimento. Com efeito, de acordo com as opiniões dos que afirmam a existência de idéias, essas idéias estão em repouso e são objetos de conhecimento; ora, se elas existem em nós, é impossível que estejam imóveis; pois quando nos movemos, segue-se necessariamente que tudo que em nós existe se move juntamente conosco. Não é menos evidente que também são objetos de sensação, se existem em nós, pois é pela sensação da vista que reconhecemos a forma presente em cada indivíduo.

Se se afirmou um acidente que tem um contrário, é preciso ver se aquilo que admite o acidente admite também o seu contrário; pois uma mesma coisa admite contrários. Assim, por exemplo, se o contendor afirmou que o ódio se segue à cólera, o ódio pertenceria, nesse caso, à "faculdade emotiva", pois é a essa que pertence a cólera. Deve-se, por conseguinte, verificar se o seu contrário, a saber, a amizade, também pertence à "faculdade emotiva"; porque se assim não for - se a amizade pertence à faculdade do desejo, então o ódio não pode seguir-se à cólera. E de maneira análoga se o outro afirmou que o desejo é ignorante. Porque, se ele fosse capaz de ignorância, seria também capaz de conhecimento, e não é esta a opinião geral - isto é, que a faculdade do desejo seja capaz de conhecimento. A fim, pois, de rebater uma opinião, como já se disse, deve-se observar esta regra; mas quando, pelo contrário, se trata de estabelecer um ponto de vista, embora a regra não ajude a afirmar que o acidente pertence atualmente ao sujeito, ajuda a defender a possibilidade de tal predicação. Pois ao demonstrar que a coisa em questão não admite o acidente que lhe foi atribuído, teremos demonstrado que o acidente não lhe pertence, nem é possível que lhe pertença; e, por outro lado, se demonstrarmos que o contrário lhe pertence, ou que a coisa comporta o contrário, não teremos, em verdade, demonstrado ainda que o acidente afirmado também lhe pertence; nossa prova não terá ido além desse ponto. a possibilidade de que ele lhe pertença.

Dado que os modos de oposição são em número de quatro, devemos procurar argumentos entre as contraditórias de nossos termos, invertendo a ordem de sua seqüência, tanto ao rebater uma opinião como ao estabelecê-la. Nós os obteremos por meio da indução - argumentos tais como, por exemplo, "se o homem é um animal, o que não é um animal não é um homem"; e de maneira análoga nos outros casos de contraditórias. Com efeito, nestes casos a seqüência é invertida, porque "animal" se segue de "homem", mas "não-animal" não se segue de "não-homem", antes, pelo contrário, "não-homem" segue-se de "não-animal". Em todos os casos, por conseguinte, deve-se fazer um postulado desta espécie, por exemplo, que "se o honroso é agradável, o que não é agradável não é honroso: e, se este último é falso, também o será o primeiro". E, do mesmo modo: "se o que não é agradável não é honroso, então o que é honroso é agradável". Evidentemente, pois, a inversão da seqüência formada pela contradição dos termos é um método conversível para ambos os fins.

Examine-se, a seguir, o caso dos contrários de S e P na tese para ver se o contrário de um se segue ao contrário do outro, quer diretamente, quer por conversão, tanto quando se rebate como quando se estabelece uma opinião; convém munir-se de argumentos desta espécie também por meio da indução, na medida em que isso for necessário. Ora, a seqüência é direta num caso como o da coragem e da covardia, pois de uma delas se segue a virtude e da outra o vício; e de uma se segue que é desejável, enquanto da outra se segue que é reprovável. Portanto, a seqüência é também direta no segundo caso, pois o desejável é o contrário do reprovável. E do mesmo modo nos outros casos. Por outro lado, a seqüência é inversa num caso como o seguinte: a saúde é consequência do vigor, mas a doença não é consequência da fraqueza; seria mais certo dizer que a fraqueza é consequência da doença. Neste caso, pois, é evidente que a seqüência é inversa. Esta é, todavia, rara no caso dos contrários: aí, habitualmente, a seqüência é direta. Se, pois, o contrário de um dos termos não se segue do contrário do outro nem direta, nem inversamente, é evidente que tampouco um dos termos se segue do outro na afirmação feita, ao passo que, se um é consequência do outro no caso dos contrários, também deve necessariamente ser assim na afirmação inicial.

Devem-se também examinar os casos de privação ou presença de um estado do mesmo modo que no caso dos contrários. Acontece, apenas, que em tais casos não ocorre a seqüência inversa; ela é, forçosamente, sempre direta: por exemplo, a sensação é consequência da vista, ao passo que a ausência de



sensação é consequência da cegueira. Com efeito, a oposição entre sensação e ausência de sensação é uma oposição entre a presença e a privação de um estado: pois um deles é um estado, e o outro é a privação do mesmo.

O caso dos termos relativos também deve ser estudado da mesma maneira que o de um estado e da sua privação, pois aqui a seqüência também é direta: por exemplo, se  $3/1$  é um múltiplo, então  $1/3$  é uma fração, pois  $3/1$  é relativo a  $1/3$  assim como um múltiplo é relativo a uma fração. E igualmente, se o conhecimento é um modo de conceber, o objeto do conhecimento também será um objeto de concepção; e se a vista é uma sensação, também o objeto da vista será um objeto de sensação.

Poder-se-ia levantar aqui a objeção de que, no caso dos termos relativos, não há nenhuma necessidade de ocorrer a seqüência da maneira descrita, pois o objeto de sensação é um objeto de conhecimento, ao passo que a sensação não é conhecimento. Essa objeção, contudo, não se admite em geral como realmente válida, pois muitos negam que haja um conhecimento de objetos de sensação. Além disso, o princípio formulado não tem menos utilidade para o propósito contrário, isto é, para demonstrar que o objeto de sensação não é um objeto de conhecimento, apoiando-se em que tampouco a sensação é conhecimento.

Convém examinar também os coordenados e as formas derivadas dos termos que constituem a tese, tanto ao refutá-la como ao estabelecê-la. Entendem-se por "coordenados" termos como os seguintes: "ações justas" e "homem justo" são coordenados de "justiça", e "atos corajosos" e "homem corajoso" são coordenados de "coragem". Analogamente, também as coisas que tendem para produzir e conservar alguma coisa chamam-se coordenadas daquilo que tendem a produzir ou conservar, como, por exemplo, "hábitos saudáveis são coordenados de "saúde", e um "exercício vigoroso" de uma "constituição vigorosa", e de modo análogo também em outros casos. "Coordenado", pois, designa geralmente casos como os que acabamos de mencionar, enquanto "formas derivadas" são "justamente", "corajosamente", "saudavelmente" e outras formadas da mesma maneira. Em geral se admite que as palavras usadas em suas formas derivadas são também coordenadas, como, por exemplo, "justamente" em relação a "justiça" e "corajosamente" a "coragem"; segundo este ponto de vista, "coordenado" designa todos os membros da mesma série de termos afins, como, por exemplo, "justiça", "justo" aplicado a um homem ou a um ato, "justamente". É evidente, pois, que quando se demonstra que é bom e digno de louvor um membro qualquer de uma série de termos afins o mesmo fica demonstrado de todos os demais. Por exemplo: se "justiça" é algo digno de louvor, também "justo", tanto aplicado a um homem como a um ato, e "justamente", conotarão algo digno de louvor. Portanto, "justamente" será também expresso por "louvavelmente", derivado de "louvável" por meio da mesma inflexão que de "justiça" formou "justamente".

Deve-se procurar o predicado contrário não apenas no caso do sujeito mencionado, como também no do sujeito contrário. Sustente-se, por exemplo, que o bem não é necessariamente agradável, pois tampouco o mal é doloroso; ou, se este último é assim, também será agradável o primeiro. Por outro lado, se a justiça é conhecimento, então a injustiça é ignorância; e, se "justamente" significa "sabidamente" e "habilmente", então "injustamente" significa "ignorantemente" e "inabilmente"; ao passo que, se o último não é verdadeiro, tampouco o será o primeiro, como no exemplo dado acima; pois é mais provável que "injustamente" pareça equivaler a "habilmente" do que a "inabilmente". Este tópico já foi explanado atrás, quando tratamos da seqüência dos contrários; pois tudo o que pretendemos agora é que o contrário de P se siga ao contrário de S.

Examinem-se, além disso, os modos de geração de uma coisa, e aquelas coisas que tendem a produzi-la ou a corrompê-la, tanto ao refutar como ao estabelecer uma opinião. Porque aquelas coisas cujos modos de geração se classificam entre as coisas boas são também boas elas mesmas; e, se elas mesmas são boas, também o são os seus modos de geração. Se, por outro lado, seus modos de geração forem maus, elas próprias também serão más. Quanto aos modos de corrupção, o inverso é verdadeiro; porque, se os modos de corrupção se classificam como coisas boas, então as coisas mesmas se classificarão como más, ao passo que, se os modos de corrupção são considerados maus, elas mesmas aparecem como boas. O mesmo argumento se aplica também ao que tende a produzir e a corromper: porque as coisas produzidas por causas boas são também boas elas mesmas; ao passo que, se as causas que as corrompem são boas, elas mesmas se classificam como más.

Devem-se examinar também as coisas que se assemelham ao sujeito em questão e ver se se encontram num caso semelhante; por exemplo, se um ramo de conhecimento tem mais de um objeto, também o terá uma opinião; e, se possuir visão é ver, então possuir audição é ouvir. E de maneira análoga com as demais coisas, tanto as que são semelhantes como as que são geralmente consideradas como tais. O tópico de que falamos é comum para os dois fins, porque, se se afirmou algo de alguma coisa particular, a mesma afirmação se aplicará também às outras coisas semelhantes, ao passo que, se afirmação não é verdadeira de uma delas, também não o será das outras.

Procure-se ver também se os casos são semelhantes com respeito a uma só coisa e com respeito a várias coisas, pois às vezes deparamos com uma discrepância. Assim, se "conhecer" alguma coisa é "pensar" nela, então "conhecer muitas coisas" e "estar pensando em muitas coisas"; mas isto não é verdadeiro, pois se pode conhecer muitas coisas sem estar pensando nelas. Se, pois, a última proposição não é verdadeira, tampouco o era a primeira, que se referia a uma coisa só, a saber: que "conhecer" uma coisa é "pensar" nela.

Argumente-se, além disso, partindo dos graus maiores ou menores. No que toca aos graus maiores, existem quatro regras ou tópicos. Uma delas é: examinar se a um grau maior do predicado se segue um grau maior do sujeito; por exemplo, se o prazer é um bem, veja-se também se um prazer maior é um bem maior; e, se fazer uma injustiça é um mal, veja-se se fazer uma injustiça maior é um mal maior. Esta regra é útil para ambos os fins, pois, se um acréscimo do acidente se segue a um incremento do sujeito, como dissemos, evidentemente o acidente pertence ao sujeito, ao passo que se uma coisa não se segue da outra, o acidente não pertence ao sujeito. Isto deve ser estabelecido por indução.

Outra regra é: se um predicado é atribuído a dois sujeitos, supondo-se que ele não pertença ao sujeito ao qual é mais provável que pertença, tampouco deverá pertencer àquele a que é menos provável que pertença; e, inversamente, se pertence ao sujeito a que é menos provável que pertença, deverá pertencer igualmente ao outro. E, por outro lado: se dois predicados são atribuídos a um sujeito, então, se acontece não lhe pertencer o que mais geralmente se acredita que lhe pertença, tampouco lhe pertencerá o outro; ou, se lhe pertence o que menos geralmente se acredita que lhe pertença, com mais forte razão lhe pertencerá o outro. Mais ainda: se dois predicados são atribuídos a dois sujeitos, então, se aquele que mais geralmente se acredita

pertencer a um dos sujeitos não lhe pertence, tampouco o predicado restante pertence ao sujeito restante; ou, se o que menos geralmente se acredita pertencer a um dos sujeitos lhe pertence, com maior razão pertencerá o outro ao sujeito restante.

Além disso, pode-se argumentar partindo do fato de que um atributo pertence (ou se supõe geralmente que pertença) em grau igual ao sujeito, de três maneiras, correspondentes aos três últimos tópicos dados em relação a um grau maior. Porque, admitindo-se que um predicado pertence, ou supõe-se que pertença a dois sujeitos em grau igual, então, se ele não pertence a um deles, tampouco pertence ao outro; ao passo que, se pertence a um dos dois, deverá pertencer também ao outro. Ou, supondo-se que dois predicados pertencem em grau igual ao mesmo sujeito, então, se um deles não lhe pertence, tampouco e pertencerá o outro; ao passo que, se um dos dois realmente lhe pertence, o outro também lhe pertencerá. O caso também é o mesmo se dois predicados pertencem em grau igual a dois sujeitos, porque, se um dos predicados não pertence a um dos sujeitos, tampouco o outro predicado pertencerá ao outro sujeito, ao passo que se um dos predicados pertence a um dos sujeitos, o outro predicado também pertencerá ao outro sujeito.

Pode-se, pois, argumentar partindo de graus maiores, menores ou iguais de verdade, do número de maneiras que acabamos de indicar. Deve-se, além disso, argumentar partindo da adição de uma coisa a outra.

Se a adição de uma coisa a outra faz com que esta outra se torne boa ou branca, quando anteriormente não era boa nem branca, então a coisa acrescentada será branca ou boa - isto é, possuirá o caráter que comunica ao todo. Por outro lado, se a adição de alguma coisa a um dado objeto intensifica o caráter que ele possuía tal como foi dado, então a coisa acrescentada possuirá, ela mesma, esse caráter. E analogamente quanto aos demais atributos. Esta regra não é aplicável a todos os casos, mas apenas àqueles em que se veja realmente que ocorre o excesso descrito por nós como "intensidade aumentada". Não é esta regra, no entanto, conversível para o fim de refutar uma opinião. Porque, se a coisa acrescentada não torna a outra boa, nem por isso é evidente que ela mesma não seja boa: com efeito, a adição do bom ao mau não faz necessariamente com que o mau se torne bom, como a adição do branco ao preto não faz com que o preto se torne branco.

Por outro lado, qualquer predicado de que possamos expressar graus maiores ou menores de inerência pertence também absolutamente ao sujeito, pois graus maiores de bom ou branco não se atribuirão ao que não é bom ou

branco: de uma coisa má nunca se dirá que possui um grau maior ou menor de bondade do que outra, mas sempre de maldade. Esta regra tampouco é conversível para o fim de refutar uma predicação, porquanto vários predicados dos quais não podemos expressar um grau maior pertencem aos seus sujeitos de maneira absoluta: o termo "homem", por exemplo, não é atribuído em grau maior ou menor, mas um homem é um homem de maneira absoluta.

Devem-se examinar do mesmo modo os predicados que se atribuem sob um aspecto determinado e num tempo e lugar dados: porque, se o predicado é possível sob determinado aspecto, é também possível absolutamente. E do mesmo modo quanto ao que é predicado num tempo ou lugar dado; pois aquilo que é absolutamente impossível tampouco é possível sob qualquer aspecto, nem em qualquer tempo ou lugar. Neste ponto pode-se levantar uma objeção, dizendo que sob um determinado aspecto as pessoas podem ser boas por natureza, por exemplo, podem ser inclinadas à generosidade ou à temperança, mas de um modo absoluto não são boas por natureza, pois ninguém é prudente por natureza. E, do mesmo modo, também é possível que uma coisa escape à corrupção numa ocasião determinada, não sendo, todavia, possível que escape absolutamente a ela. E, por outro lado, também é uma boa coisa, em certos lugares, observar tal ou tal dieta ou regime, como, por exemplo, em zonas contaminadas, embora não seja uma coisa boa em sentido absoluto. Além disso, em certos lugares é possível viver isolado e só, mas, falando de modo absoluto, não é possível viver isolado e só. Do mesmo modo, também em certos lugares é honroso sacrificar o próprio pai, como entre os Tribalos, ao passo que falando de modo absoluto, isso não é honroso. Ou talvez isso indique uma relatividade não a lugares, mas a pessoas, pois onde quer que elas se encontrem acontece o mesmo. Em toda parte esse ato será considerado honroso entre os Tribalos, simplesmente porque são Tribalos.

Mais ainda: em certas ocasiões é uma boa coisa tomar medicamentos, por exemplo, quando se está doente, mas não é assim de modo absoluto. Ou talvez isso possa indicar uma relatividade não a uma ocasião determinada, mas a um determinado estado de saúde, pois não importa quando isso ocorra, se a pessoa se encontra em tal estado.

Uma coisa é "absolutamente" assim se estamos dispostos a dizer dela, sem qualquer adição, que é honrosa ou o contrário. Negaremos, por exemplo, que seja honroso sacrificar o próprio pai: isso só é honroso para determinada gente; não é, por conseguinte, honroso em sentido absoluto. Em compensação, diremos que honrar os deuses é honroso sem acrescentar mais nada, porque é honroso em sentido absoluto. E assim, de tudo aquilo que, sem qualquer

adição, se considere geralmente honroso ou desonroso, ou ss de qualquer outra coisa da mesma espécie, se dirá que é assim "absolutamente".

*Livro III*



# 1

A questão sobre qual é a mais desejável ou a melhor entre duas ou mais coisas deve ser examinada da maneira seguinte; mas, antes de mais nada, devemos deixar bem claro que a investigação que estamos fazendo não diz respeito a coisas que divergem largamente e mostram grandes diferenças umas das outras (pois ninguém expressa a menor dúvida sobre se é mais desejável a felicidade ou a riqueza), mas a coisas que se relacionam estreitamente entre si e sobre as quais costumamos discutir para saber qual das duas deveremos preferir, por não vermos nenhuma vantagem de um lado ou de outro ao compará-las. É evidente, pois, que se em tais casos pudermos mostrar uma única vantagem, ou mais de uma, nosso juízo será o nosso assentimento àquela parte que possui a vantagem, como sendo a mais desejável.

Em primeiro lugar, pois, o que é mais duradouro e seguro é preferível àquilo que o é menos; e, do mesmo modo, o que tem mais probabilidades de ser escolhido pelo homem sábio ou prudente, pelo homem bom ou pela lei justa, por homens que são hábeis num campo qualquer, quando fazem sua escolha como tais, e pelos peritos em determinadas classes de coisas: isto é, o que a maioria ou o que todos eles escolheriam; por exemplo, em medicina ou em carpintaria, são mais desejáveis as coisas que escolheria a maioria dos médicos ou carpinteiros, ou todos eles; ou, de modo geral, o que escolheria a maioria dos homens, ou todos os homens, ou todas as coisas - pois todas as coisas tendem para o bem. Deve-se orientar o argumento que se pretende empregar para qualquer fim que se necessite. O padrão absoluto do que é "melhor ou mais desejável" é o ditame da melhor ciência, se bem que relativamente a um indivíduo dado o padrão possa ser a sua ciência particular.

Em segundo lugar, aquilo que é conhecido como "um X" é mais desejável do que aquilo que não se inclui no gênero "X": por exemplo, a justiça é mais desejável do que um homem justo, porque a primeira se inclui no gênero "bem", o que não acontece com o segundo, e a primeira é chamada "um bem", ao passo que o segundo não o é; pois nada que não pertença ao gênero em causa é chamado pelo nome genérico, como, por exemplo, um "homem branco" não é uma cor. E analogamente nos demais casos.

E também o que se deseja por si mesmo é preferível àquilo que se deseja com vistas noutra coisa: por exemplo, a saúde é preferível à ginástica, porque a primeira é desejada por si mesma, enquanto a segunda é desejada com vistas noutra coisa. E do mesmo modo, o que é desejável por si mesmo é mais desejável do que aquilo que se deseja por acidente; por exemplo, a justiça é

mais desejável em nossos amigos do que em nossos inimigos, pois a primeira é desejável em si mesma e a segunda por acidente: com efeito, desejamos que nossos inimigos sejam justos por acidente, a fim de que não nos causem dano. Este principio é o mesmo que o precedente, embora expresso de outro modo. Porquanto desejamos a justiça em nossos amigos por si própria, mesmo que isso não faça nenhuma diferença para nós e ainda que eles estejam na Índia, ao passo que em nossos inimigos nós a desejamos por outra coisa e a fim de que eles não nos causem dano.

Por outro lado, aquilo que em si mesmo é causa do bem é mais desejável do que aquilo que o é por acidente, por exemplo, a virtude é mais desejável do que a sorte (pois a primeira é por si mesma causa de coisas boas, ao passo que a segunda só o é acidentalmente); e do mesmo modo nos outros casos da mesma espécie. E analogamente também no caso contrário, pois aquilo que é em si mesmo a causa do mal é mais reprovável do que aquilo que o é acidentalmente, por exemplo, o vício e o acaso, pois o primeiro é mau em si mesmo e o segundo só por acidente.

Mais ainda: o que é bom de maneira absoluta é mais desejável do que aquilo que é bom para uma pessoa particular: por exemplo, recuperar a saúde é mais desejável do que uma operação cirúrgica, pois a primeira é boa de maneira absoluta e a segunda só o é para uma pessoa particular, a saber: o homem que precisa de ser operado. Assim também, o que é um bem por natureza é mais desejável do que o bem que não é tal por natureza: por exemplo, a justiça é mais desejável do que o homem justo, pois a primeira é boa por natureza, ao passo que no segundo a bondade é adquirida. E também é mais desejável o atributo que pertence ao melhor e mais honroso sujeito; por exemplo, o que pertence a um deus é mais desejável do que o que pertence a um homem, e o que pertence à alma, mais desejável do que o que pertence ao corpo. Do mesmo modo, a propriedade de uma coisa melhor é mais desejável do que a propriedade de uma coisa pior, por exemplo: a propriedade de um deus do que a propriedade do homem; porque, assim como no tocante ao que é comum a ambos não diferem absolutamente entre si, no que respeita às suas propriedades um sobrepuja o outro. Também é melhor o que é inerente a coisas melhores, anteriores ou mais honrosas: assim, por exemplo, a saúde é preferível à força e à beleza, pois a primeira é inerente tanto ao úmido como ao seco, tanto ao quente como ao frio - em suma, a todos os constituintes primários de um animal ao passo que as outras são inerentes ao que é secundário, sendo a força uma característica dos tendões e dos músculos, enquanto a beleza, segundo se supõe geralmente, consiste numa certa simetria dos membros.

Também se supõe geralmente que o fim é mais desejável do que os meios, e, de dois meios, o que mais se aproxima do fim. E, em geral, um meio que tende para a finalidade da vida é mais desejável do que um meio que se dirige a qualquer outra coisa; por exemplo, o que contribui para a felicidade é mais desejável do que aquele que contribui para a prudência. O apto é também mais desejável do que o inepto. Do mesmo modo, de dois agentes produtores é mais desejável aquele cujo fim é melhor; ao passo que entre um agente produtor e um fim podemos decidir mediante uma soma proporcional sempre que o excesso de um dos fins sobre o outro seja maior do que o do segundo sobre o seu agente produtor; por exemplo, supondo-se que o excesso da felicidade sobre a saúde seja maior do que o da saúde sobre aquilo que a produz, então o que produz a felicidade é melhor do que a saúde. Com efeito, o que produz a felicidade excede o que produz a saúde na mesma proporção em que a felicidade excede a saúde. Mas a saúde excede aquilo que a produz por uma quantidade menor; logo, o excesso do que produz a felicidade sobre o que produz a saúde é maior do que o excesso da saúde sobre este último. É evidente, pois, que o que produz a felicidade é mais desejável do que a saúde, pois supera o mesmo termo de referência por uma quantidade maior.

Além disso, o que em si mesmo é mais nobre, mais precioso e digno de louvor é mais desejável do que aquilo que o é menos; por exemplo, a amizade é mais desejável do que a saúde e a justiça do que a força. Porquanto os primeiros pertencem em si mesmos à classe das coisas preciosas e dignas de louvor, ao passo que os segundos só pertencem a ela em virtude de outra coisa, e não por si mesmos; com efeito, ninguém dá apreço à riqueza por si mesma, mas sempre em virtude de outra coisa, enquanto a amizade nos é preciosa em si mesma, ainda quando não é provável que nos advenha dela qualquer outro proveito.

Além disso, sempre que duas coisas se assemelhem muito entre si e não podemos ver nenhuma superioridade numa delas sobre a outra, devemos examiná-las sob o ponto de vista de suas conseqüências. Porquanto a que tem como conseqüência o bem maior é a mais desejável; ou, se as conseqüências forem más, será mais desejável a que for seguida de um mal menor. Com efeito, embora ambas sejam desejáveis, pode haver entre elas alguma conseqüência desagradável que faça pender a balança. Nosso exame a partir das conseqüências segue duas direções, pois há conseqüências anteriores e conseqüências posteriores; por exemplo se um homem aprende, segue-se que antes era ignorante e depois sabe. Como regra geral, a conseqüência posterior é a que mais deve entrar em consideração. Cumpre escolher, portanto, aquela das conseqüências que melhor servir aos nossos fins.

Além disso, um grande número de boas coisas é mais desejável do que um número menor, quer absolutamente, quer quando um está incluído no outro, a saber: o número menor no maior. Pode-se levantar aqui uma objeção supondo-se que, num caso particular, uma delas seja apreciada por causa da outra, pois nesse caso as duas juntas não são mais desejáveis do que uma só; por exemplo, a recuperação da saúde e a saúde não são mais desejáveis do que a saúde por si só, visto que desejamos recuperar a saúde precisamente por causa da saúde. Também é perfeitamente possível que aquilo que não é bom, juntamente com o que o é, sejam mais desejáveis do que um grande número de boas coisas: por exemplo, a combinação da felicidade com algo que não seja bom pode ser mais desejável do que a combinação da justiça e da coragem. Além disso, as mesmas coisas são mais valiosas quando acompanhadas de prazer do que quando este está ausente, e da mesma forma quando são isentas de dor do que quando acompanhadas de dor.

Todas as coisas são também mais desejáveis na ocasião em que assumem maior importância; por exemplo, estar isento de dor é mais desejável na velhice do que na juventude, porque se reveste de maior importância na velhice. Dentro do mesmo princípio, também a prudência é mais desejável na velhice; com efeito, ninguém escolhe os jovens para guiá-los, pois não se espera que eles sejam prudentes. Com a coragem dá-se o caso inverso, pois é na mocidade que se requer de maneira mais imperativa o exercício dessa virtude. E da mesma forma no que toca à temperança, porquanto os jovens sofrem mais do que os velhos as conseqüências de suas paixões.

Além disso, é mais desejável aquilo que é mais útil em todas as ocasiões ou na maioria delas, por exemplo, a justiça e a temperança mais do que a coragem, pois as primeiras são sempre úteis, enquanto a segunda só o é em determinadas ocasiões. E dentre duas coisas, aquela que, se todos a possuíssem, tornaria desnecessária a outra é mais desejável do que aquela que todos poderiam possuir e, ainda assim, sentir falta da outra. Considere-se a esta luz o caso da justiça e da coragem: se todos fossem justos, não haveria necessidade de coragem, ao passo que, se todos fossem corajosos, ainda assim haveria necessidade de justiça.

Deve-se também julgar pelas corrupções e perdas, pelas gerações e aquisições, bem como pelo contrário das coisas: pois aquelas coisas cuja corrupção é mais reprovável são, em si mesmas, mais desejáveis. Com a geração ou a aquisição de coisas dá-se o contrário, pois aquelas cuja geração ou aquisição é mais desejável são, em si mesmas, mais desejáveis.

Outra regra ou tópico é que aquilo que está mais próximo do bem - em outras palavras, o que mais de perto se assemelha ao bem - é melhor e mais desejável; assim, a justiça é melhor do que um homem justo. E do mesmo modo, o que mais se assemelha a algo superior a ele próprio é mais desejável do que aquilo que menos se assemelha; por exemplo, dizem alguns que Ajax era um homem superior a Ulisses porque se assemelhava mais a Aquiles. A isto pode-se objetar que não é verdade, pois é bem possível que Ajax não se assemelhasse mais do que Ulisses a Aquiles naqueles pontos que faziam deste o melhor de todos eles, e que Ulisses fosse um homem de valor, embora não se parecesse com Aquiles. Examine-se também se a semelhança não é uma espécie de caricatura, como a de um macaco com um homem, enquanto um cavalo não tem qualquer semelhança com este: porque o macaco não é o mais belo desses dois animais, apesar de sua semelhança mais estreita com o homem. Por outro lado, se de duas coisas uma se assemelha mais a uma coisa melhor enquanto a outra se assemelha mais a uma coisa pior, é provável que a primeira seja melhor do que a segunda. Isto, no entanto, também admite uma objeção, pois é possível que uma só se pareça de leve com a melhor, enquanto a outra se parece fortemente com a pior: suponha-se, por exemplo, que a semelhança de Ajax com Aquiles seja pequena, ao passo que a de Ulisses com Nestor seja grande. Pode suceder também que o que se assemelha ao tipo melhor possua uma semelhança de certo modo degradante e que, pelo contrário, a semelhança da outra com o tipo pior seja no sentido de melhorá-lo, como é o caso da semelhança entre um cavalo e um jumento em comparação com a semelhança entre um homem e um macaco.

Outro tópico é que o bem mais evidente é mais desejável do que o menos evidente, e o mais difícil do que o mais fácil, pois damos maior valor à posse de coisas que não podem ser adquiridas com facilidade. Do mesmo modo, a posse mais pessoal é mais desejável do que aquela que é mais amplamente compartilhada. E também o que está mais livre de conexões com o mal, pois o que não é acompanhado de nada desagradável é mais desejável do que aquilo que possui tais conotações.

Além disso, se A é melhor do que B em sentido absoluto, também o melhor dos componentes de A é superior ao melhor dos componentes de B; por exemplo, se "homem" é melhor do que "cavalo", também o melhor dos homens é superior ao melhor dos cavalos. E inversamente, se o melhor integrante de A é superior ao melhor integrante de B, então A é melhor do que B em sentido absoluto.

Ainda mais: as coisas que nossos amigos podem compartilhar conosco são melhores do que aquelas que eles não podem compartilhar. E do mesmo modo, aquelas coisas que preferiríamos fazer a nossos amigos são melhores do que aquelas que gostaríamos de fazer a qualquer um: por exemplo, praticar a justiça e fazer o bem do que simplesmente aparentar essas coisas: pois preferiríamos fazer bem aos nossos amigos a aparentar fazê-lo, ao passo que, tratando-se de um homem qualquer a quem encontremos na rua, acontece o contrário.

Do mesmo modo, as superfluidades são melhores do que as necessidades, e com freqüência são também mais desejáveis: viver bem, com efeito, é uma superfluidade, ao passo que a simples vida é uma necessidade. Às vezes, porém, o melhor não é também mais desejável, pois do fato de ser melhor não decorre necessariamente que seja mais desejável: pelo menos, ser filósofo é melhor do que ganhar dinheiro, porém não é mais desejável para um homem que carece das coisas necessárias à vida. A expressão "superfluidade" aplica-se sempre que um homem possui o necessário para a vida e esforça-se por adquirir também outras coisas nobres. Grosso modo, talvez as coisas necessárias sejam mais desejáveis, enquanto as supérfluas são melhores.

Igualmente, o que não se pode conseguir de outrem é mais desejável do que aquilo que também se pode conseguir de outrem, como sucede, por exemplo, no caso da justiça em comparação com a coragem. Do mesmo modo, A é mais desejável se A é desejável sem B, porém não B sem A: o poder, por exemplo, não é desejável sem a prudência, mas a prudência é desejável sem o poder. Assim, também, se de duas coisas repudiamos uma a

fim de que nos considerem possuidores da outra, é mais desejável essa outra de que desejamos nos considerem possuidores; é assim, por exemplo, que repudiamos o amor ao trabalho duro a fim de que os outros nos considerem geniais.

E, por fim, são mais desejáveis aquelas coisas com cuja ausência é menos reprovável que nos aflijamos, e também aquelas com cuja ausência é mais reprovável que deixemos de nos afligir.

Além disso, de duas coisas que pertencem à mesma espécie, a que possui a virtude peculiar à espécie é mais desejável do que aquela que carece dessa virtude. Se ambas a possuem, aquela que a possui em maior grau é mais desejável.

Se uma coisa torna bom tudo aquilo em que toca, enquanto outra não o faz, a primeira é mais desejável. exatamente como aquilo que aquece as outras coisas é mais quente do que aquilo que não as aquece. Se ambas o fazem, é mais desejável aquela que o faz em grau maior, ou a que torna bom o objeto melhor e mais importante - se, por exemplo, uma torna boa a alma e a outra o corpo.

Deve-se julgar, além disso, as coisas pelos seus derivados, seus usos, suas ações e suas obras, e estes por aquelas, já que ambos andam juntos. Por exemplo, se "justamente" significa algo mais desejável do que "corajosamente", então também a justiça é algo mais desejável do que a coragem; e, se a justiça é mais desejável do que a coragem, "justamente" significa algo mais desejável do que "corajosamente". E do mesmo modo nos outros casos.

E igualmente, se uma coisa ultrapassa enquanto outra não alcança o mesmo padrão de bondade, aquela que o ultrapassa é a mais desejável, como também o é aquela que ultrapassa um padrão ainda mais elevado. Mais ainda: se duas coisas são preferíveis a uma terceira, a que é preferível em grau maior é mais desejável, e a que o é em grau menor é menos desejável. E também quando o excesso de uma coisa é mais desejável do que o excesso de outra, a primeira em si mesma é mais desejável do que a outra: por exemplo, a amizade do que o dinheiro, pois um excesso de amizade é mais desejável do que um excesso de dinheiro. E, do mesmo modo, aquilo que um homem preferiria possuir pelo seu próprio esforço é mais desejável do que aquilo que ele preferiria possuir pelo esforço alheio: assim, os amigos são mais desejáveis do que o dinheiro.

Deve-se julgar também pelo método de adição e ver se a adição de A à mesma coisa a que se adiciona B torna o todo mais desejável do que o faz a adição de B. Convém acautelá-lo, no entanto, para não aduzir algum caso em que o termo comum utilize ou de outra forma qualquer favoreça uma das coisas que lhe são acrescentadas, porém não a outra, como, por exemplo, se comparássemos uma serra e uma foice em relação à arte da carpintaria:



porquanto nessa relação a serra é a mais desejável das duas, sem que, no entanto, seja mais desejável de maneira absoluta. Uma coisa é também mais desejável se, quando acrescentada a um bem menor, faz com que o todo se torne um bem maior. E deve-se julgar igualmente pelo sistema da subtração, pois aquela coisa em resultado de cuja subtração o resto se torna um bem menor pode considerar-se como um bem maior, seja qual for essa coisa cuja subtração faz com que o resto seja um bem menor.

E também, se uma coisa é desejável por si mesma e a outra pela sua aparência a primeira é mais desejável do que a segunda; por exemplo, a saúde do que a beleza. Diz-se que uma coisa é mais desejável pela sua aparência se, na suposição de que ninguém tivesse conhecimento dela, não nos interessássemos em possuí-la. Além disso, é ainda mais desejável se o é tanto por si mesma como pela sua aparência enquanto a outra coisa só é desejável por uma dessas razões. E da mesma forma, o que é mais precioso por si mesmo e também melhor e mais desejável. Uma coisa pode ser julgada mais desejável em si mesma quando a escolhemos por ela própria, sem que daí nos advenha nenhuma outra vantagem provável.

Além disso, deve-se distinguir em quantos sentidos se usa o termo "desejável" e com que fins em vista, por exemplo: a conveniência, a honra ou o prazer. Com efeito, o que é útil para todas essas coisas ou para a maioria delas pode ser encarado como mais desejável do que aquilo que não é útil de igual maneira. Se ambas as coisas possuem essas características, deve-se examinar qual das duas as possui de maneira mais assinalada, isto é, qual das duas é mais agradável, ou mais honrosa, ou mais conveniente. É também mais desejável o que serve uma finalidade melhor, por exemplo: aquilo que contribui para promover a virtude do que aquilo que promove o prazer. E analogamente no caso das coisas reprováveis: pois é mais reprovável o que mais impede a consecução do que é desejável, por exemplo: a doença é mais reprovável ou indesejável do que a fealdade, por ser um empecilho maior tanto ao prazer como à virtude.

Deve-se argumentar, além disso, mostrando que a coisa em apreço é em igual medida desejável e reprovável, pois uma coisa de tal índole que se possa desejá-la e opor-se a ela por igual é menos desejável do que outra que seja somente desejável.

As comparações de coisas umas com as outras devem, pois, ser feitas da maneira indicada. As mesmas regras ou tópicos são também úteis para mostrar que uma coisa qualquer é simplesmente desejável ou reprovável, pois para isso basta subtrair o excesso de uma coisa sobre a outra. Com efeito, se o que é mais precioso é mais desejável, então o que é simplesmente precioso é desejável; e, se o que é mais útil é mais desejável, o que é simplesmente útil é desejável. E analogamente no caso das outras coisas que admitem comparações desta espécie. Porque, em alguns casos, já ao comparar as coisas entre si estamos afirmando que cada uma delas, ou pelo menos uma delas, é desejável: por exemplo, sempre que chamamos uma coisa "boa por natureza" e a outra "não por natureza"; pois, evidentemente, o que é bom por natureza é desejável.

Os tópicos ou lugares referentes a quantidades e graus comparativos devem tomar-se da forma mais geral possível, porque, assim tomados, serão provavelmente mais úteis num número maior de casos. É possível tornar mais universais alguns dos tópicos dados a acima alterando ligeiramente a sua expressão, por exemplo: que aquilo que por natureza mostra tal e tal qualidade manifesta-a em grau maior do que aquilo que não a manifesta por natureza. E também, se uma coisa comunica tal e tal qualidade àquilo que a possui ou a que ela pertence, enquanto outra coisa não faz tal, a primeira possui essa qualidade em maior grau do que aquela que não a comunica; e, se ambas a comunicam, então manifesta-a em grau maior aquela que a comunica em maior grau.

Além disso, se no que se refere a determinada característica uma coisa excede e a outra não alcança o mesmo padrão; e também se uma delas supera algo que supera um dado padrão, enquanto a outra não alcança esse padrão, é evidente que a primeira manifesta essa característica em maior grau. Deve-se julgar também por meio da adição e ver se A, quando acrescentado à mesma coisa que B, comunica ao todo tal e tal caráter em grau mais assinalado do que B, ou se, quando acrescentado a uma coisa que manifesta esse caráter em grau menor, o comunica ao todo em grau maior. E, de maneira análoga, também se pode julgar por meio da subtração: pois uma coisa tal que, quando subtraída, o resto manifesta tal ou tal caráter em grau menor, possui ela mesma esse caráter em grau maior. Além disso, as coisas manifestam tal ou tal caráter em grau maior quando mais isentas de mistura com os seus contrários; por exemplo, é mais branco aquilo que está mais isento de mistura com o preto. Acresce que, além das regras dadas acima, possui tal ou tal caráter em grau maior aquilo que admite em maior grau a definição própria do caráter em apreço; por exemplo, se a definição do branco é "uma cor que traspassa a visão", será mais branco aquilo que em maior grau for uma cor que traspassa a visão.

Se a questão for expressa de forma particular e não universal, podem aplicar-se em primeiro lugar os tópicos ou lugares universais, tanto construtivos como destrutivos, que já foram dados. Porque, ao refutar ou estabelecer uma coisa universalmente, também a demonstramos em particular: com efeito, se ela é verdadeira de todos, também é verdadeira de alguns; e, se é falsa de todos, é falsa de alguns. Especialmente prestimosos e de aplicação muito geral são os tópicos baseados nos opostos, coordenados e derivados de uma coisa, pois a opinião pública concede por igual que, se todo prazer é bom, então toda dor é má; e que, se algum prazer é bom, então alguma dor é má.

Além disso, se alguma forma de sensação não é uma capacidade, segue-se que alguma forma de carência de sensação não é tampouco uma carência de capacidade. E igualmente, se alguma forma de concepção é em alguns casos um objeto de conhecimento, então alguma forma de conceber é também conhecimento. Por outro lado, se o injusto é em alguns casos bom, então o que é justo também é em alguns casos mau e, se o que acontece justamente é em alguns casos mau, também o que acontece injustamente é em alguns casos bom. E, da mesma forma, se o que é agradável é em alguns casos responsável, também o prazer é em alguns casos uma coisa reprovável. E, apoiando-nos no mesmo princípio, se o agradável é em alguns casos benéfico, então o prazer também é em alguns casos uma coisa benéfica. O mesmo se aplica no que respeita às coisas destrutivas e aos processos de geração e corrupção. Porque, se alguma coisa que destrói o prazer ou o conhecimento é em alguns casos boa, então podemos admitir que o prazer ou o conhecimento é em alguns casos uma coisa má. E analogamente, se a destruição do conhecimento é em alguns casos uma boa coisa, ou sua produção uma coisa má, então o conhecimento será, em alguns casos, uma coisa má: por exemplo, se é bom para um homem esquecer a sua conduta desairosa e lembrá-la é uma coisa má, então o conhecimento da sua conduta desairosa pode ser tomado como uma coisa má. O mesmo vale para os demais casos da mesma espécie: em todos eles a premissa e a conclusão têm igual probabilidade de ser aceitas.

Deve-se julgar, além disso, por meio dos graus maiores, menores ou iguais: porque, se algum membro de outro gênero manifesta certa característica em grau mais assinalado do que o objeto que temos em vista, ao passo que nenhum membro do gênero deste manifesta em absoluto tal característica, podemos admitir que tampouco o objeto em questão a manifesta: por exemplo, se alguma forma de conhecimento é boa em maior grau do que o prazer, ao passo que nenhuma forma de conhecimento é boa,

então pode-se admitir que tampouco o prazer é bom. E da mesma maneira cabe julgar por um grau menor ou igual, pois se verá que por esse meio tanto é possível refutar como estabelecer uma opinião; só que, embora ambos sejam possíveis por meio de graus iguais, por meio de um grau menor só é possível estabelecer, porém não refutar. Porque, se uma determinada forma de capacidade é boa em grau igual ao do conhecimento e uma determinada forma de capacidade é boa, então o conhecimento também o é; ao passo que, se nenhuma forma de capacidade é boa, tampouco o é o conhecimento. E, se uma certa forma de capacidade é boa em grau menor do que o conhecimento, e uma certa forma de capacidade é boa, então o conhecimento também o é; mas, se nenhuma forma de capacidade é boa, não se infere necessariamente que também nenhuma forma de conhecimento o seja.

É evidente, pois, que só se pode estabelecer uma opinião ou ponto de vista por meio de um grau menor de predicação.

É possível refutar uma opinião não só valendo-se de outro gênero, mas também valendo-se do mesmo, quando se toma o exemplo mais assinalado da característica em apreço. Por exemplo, se se afirmar que alguma forma de conhecimento é boa, então, supondo-se tenha sido demonstrado que a prudência não é boa, nenhuma outra forma de conhecimento o será tampouco, visto não o ser aquela espécie de conhecimento a respeito da qual é mais universal a conformidade. Além disso, deve-se operar por meio de uma hipótese, afirmando que o atributo, se pertence ou deixa de pertencer ao sujeito num determinado caso, faz o mesmo em igual grau em todos os outros casos: por exemplo, se a alma do homem é imortal, igualmente o são todas as outras almas; ao passo que, se aquela não o é, tampouco o são as outras. Se, pois, o adversário sustentar que em algum exemplo o atributo pertence ao sujeito, devemos demonstrar que em outro caso ele não lhe pertence, pois daí se deduzirá, em virtude da hipótese, que não lhe pertence absolutamente em nenhum caso. Se, pelo contrário, o outro sustentar que ele não lhe pertence em algum caso, deve-se mostrar que lhe pertence num caso determinado, pois dessa maneira se chegará à conclusão de que lhe pertence em todos os casos. É evidente que o proponente da hipótese universaliza a questão que fora expressa sob uma forma particular, pois pretende que aquele que admitiu uma coisa particular admita também a correspondente universal ao afirmar que, se o atributo pertence ao sujeito em um caso, também lhe pertence por igual em todos os casos.

Se o problema é indefinido, só há um meio de refutar uma afirmação: por exemplo, se um homem afirmou que o prazer é bom ou que não é bom, sem

acrescentar nenhuma definição ulterior. Porque, se ele queria dizer com isso que um prazer particular é bom, devemos demonstrar universalmente que nenhum prazer é bom, caso nosso intento seja demolir a sua tese. E, pelo contrário, se ele queria dizer que algum prazer particular não é bom, devemos demonstrar universalmente que nenhum prazer é bom, pois é impossível refutá-lo de qualquer outro modo. Com efeito, se demonstrarmos que algum prazer particular é ou não é bom, a proposição de nosso contendor não estará ainda refutada. Evidentemente, pois, só é possível refutar de uma maneira um juízo indefinido, embora ele possa ser estabelecido de duas maneiras: pois nossa proposição ficará provada quer demonstramos universalmente que todo prazer é bom, quer que um determinado prazer particular o é. E do mesmo modo, supondo-se que tenhamos de argumentar que algum prazer particular não é bom, se demonstrarmos que nenhum prazer é bom ou que um determinado prazer particular não é bom, teremos apresentado um argumento de duas maneiras, tanto universalmente como em particular, para demonstrar que um certo prazer particular não é bom.

Se, por outro lado, o juízo expresso é definido, será possível rebatê-lo de duas maneiras; por exemplo, se alguém sustentar que é um atributo de algum prazer particular o ser bom, ao passo que de algum outro não o é: pois, quer demonstramos que todo prazer é bom, quer que nenhum deles o é, teremos demolido a proposição de nosso adversário. Se, contudo, ele afirmou que somente um único prazer determinado é bom, é possível refutá-lo de três maneiras: pois, quer demonstrando que todo prazer é bom, quer que nenhum o é, quer que alguns - mais de um - o são, teremos refutado a sua proposição. Se o juízo for ainda mais definido - por exemplo, que só a prudência, dentre as virtudes, é conhecimento -, há quatro maneiras de refutá-lo: pois, se demonstrarmos que toda virtude é conhecimento, ou que nenhuma virtude o é, ou que alguma outra virtude (como, por exemplo, a justiça) é conhecimento, ou que a própria prudência não é conhecimento, estará refutado o juízo em questão.

Também é útil examinar exemplos individuais quando se afirmou que algum atributo pertence ou não pertence a determinado sujeito, como no caso das questões universais. Além disso, convém dar uma vista de olhos aos gêneros, dividindo-os em suas espécies até chegarmos àquelas que já não são divisíveis, como dissemos atrás; pois, quer se verifique que o atributo pertence a todos os casos, quer a nenhum, deveríamos, após aduzir vários exemplos concretos, exigir que o contendor admita nosso ponto de vista universalmente, ou então objete mostrando a que caso ou casos ele não se aplica. Além disso, quando é possível tornar definido o acidente quer específica, quer

numericamente, deve-se averiguar se talvez nenhum deles pertence ao sujeito, demonstrando, por exemplo, que o tempo nem é movido, nem tampouco é movimento, mediante uma enumeração das espécies de movimento: porque, se nenhuma delas pertence ao tempo, evidentemente ele não se move, nem tampouco é um movimento. E, de maneira análoga, também se pode mostrar que a alma não é um número dividindo todos os números em pares ou ímpares: porque nesse caso, se a alma não é par nem ímpar, evidentemente não é um número.

Com respeito, pois, ao acidente, devemos operar servindo-nos de meios como estes e da maneira indicada.

*Livro IV*



Passaremos agora ao exame das questões que dizem respeito ao gênero e à propriedade. Estes são elementos das questões relativas às definições, mas os dialéticos raras vezes procuram investigar estas coisas por si mesmas.

Se, pois, for sugerido um gênero para alguma coisa existente, devemos primeiro considerar todos os objetos que pertencem ao mesmo gênero que a coisa mencionada e ver se o gênero sugerido não se predica de uma delas, como acontece no caso de um acidente: por exemplo, se o "bem" é indicado como o gênero de "prazer", deve-se verificar se algum prazer particular não é bom; porque, se assim acontecer, evidentemente o bem não é o gênero de prazer, dado que o gênero se predica de todos os membros da mesma espécie. Em segundo lugar, devemos ver se ele não se predica na categoria de essência, mas como um acidente, como "branco" se predica da neve ou "semovente" da alma. Com efeito, "neve" não é uma espécie de "branco", e portanto "branco" não é o gênero da neve, nem é a alma uma espécie de "objeto em movimento": o movimento é um acidente seu, como o é muitas vezes de um animal o andar ou estar andando. Por outro lado, "mover-se" não parece indicar a essência, mas antes um estado de atividade ou passividade. E analogamente no que se refere a "branco", pois este termo não indica a essência da neve, mas uma certa qualidade desta. Logo, nem o movimento, nem a brancura se predicam na categoria de essência.

Deve-se prestar uma atenção especial à definição de acidente e ver se ela se ajusta ao gênero mencionado, como no caso dos exemplos que acabamos de mencionar. Pois é possível que uma coisa seja e não seja semovente, como também que seja e não seja branca. E assim, nenhum destes atributos é o gênero, mas sim um acidente, pois já dissemos que um acidente é um atributo que tanto pode pertencer como não pertencer a uma coisa. Veja-se, também, se o gênero e a espécie não se encontram na mesma divisão, mas um deles é uma substância e o outro uma qualidade, ou um deles é um relativo enquanto o outro é uma qualidade, como, por exemplo, "neve" e "cisne" são ambas substâncias ao passo que "branco" não é uma substância e sim uma qualidade, de modo que "branco" não é o gênero nem de "neve", nem de "cisne". E, por outro lado, "conhecimento" é um relativo, enquanto "bom" e "nobre" são ambas qualidades, e, por conseguinte, nenhum deles é o gênero de conhecimento. Porquanto os gêneros de relativos devem ser eles mesmos também relativos, como sucede com "duplo": pois "múltiplo", que é o gênero de "duplo", é, ele próprio, também um relativo. Em termos gerais, o gênero deve incluir-se na mesma divisão que a espécie, de modo que, se a espécie é

uma substância, também deve sê-lo o gênero, e se a espécie é uma qualidade, também o gênero será uma qualidade: por exemplo, se o branco é uma qualidade, também o será a cor. E de maneira análoga nos outros casos.

Veja-se, também, se o gênero participa necessária ou possivelmente do objeto que nele foi classificado. "Participar" significa "admitir a definição" daquilo de que se participa. É evidente, pois, que as espécies participam do gênero, porém não os gêneros das espécies, já que a espécie admite a definição do gênero, mas este não admite a definição daquela. Deve-se, pois, verificar se o gênero indicado participa ou pode talvez participar da espécie, como, por exemplo, se alguém propusesse alguma coisa como sendo o gênero de "ser" ou de "unidade", pois daí resultaria que o gênero participa da espécie, uma vez que de tudo que existe se predicam o "ser" e a "unidade", e, por conseguinte, também as respectivas definições.

Veja-se, além disso, se há alguma coisa de que a espécie indicada seja verdadeira, mas não o seja o gênero: como, por exemplo, se alguém afirmasse que "ser" ou "objeto de conhecimento" e o gênero de "objeto de opinião". Com efeito, "objeto de opinião" também se predica do que não existe, pois muitas coisas que não existem são objetos de opinião, enquanto é evidente que nem "ser", nem "objeto de conhecimento" se predicam do que não existe. Por conseguinte, nem "ser", nem "objeto de conhecimento" é o gênero de "objeto de opinião", pois o gênero deve predicar-se também dos objetos de que se predica a espécie.

Examine-se, também, se o objeto incluído no gênero é totalmente incapaz de participar de qualquer espécie deste, pois é impossível que ele participe do gênero se não participa de alguma de suas espécies, salvo quando se trata de uma das espécies obtidas na primeira divisão: estas, com efeito, participam unicamente do gênero. Se, portanto, "movimento" for indicado como o gênero de prazer, deve-se verificar se o prazer não é nem locomoção, nem alteração, nem qualquer outra das modalidades de movimento que enumeramos: porque, evidentemente, se pode afirmar então que não participa de nenhuma das espécies e, em consequência, não participa tampouco do gênero, já que aquilo que participa do gênero deve necessariamente participar também de uma das espécies; de modo que o prazer não poderia ser uma espécie de movimento, nem tampouco ser um dos fenômenos individuais compreendidos sob o termo "movimento". Porque os indivíduos também participam do gênero e da espécie, como, por exemplo, um indivíduo humano participa tanto de "homem" como de "animal".

É preciso ver, além disso, se o termo incluído no gênero tem uma extensão mais ampla do que este, como tem, por exemplo, "objeto de opinião" comparado com "ser", pois tanto o que existe como o que não existe são objetos de opinião: logo, "objeto de opinião" não pode ser uma espécie de ser, dado que o gênero tem sempre uma extensão mais ampla do que a espécie. Veja-se, igualmente, se a espécie e o seu gênero têm igual extensão: se, por exemplo, dos atributos que se encontram em todas as coisas, um fosse apresentado como uma espécie e outro como o seu gênero, "ser" e "unidade"; porquanto todas as coisas possuem ser e unidade, de modo que nenhum destes dois é gênero do outro, tendo eles, como têm, uma igual extensão. E do mesmo modo se do "primeiro" de uma série e do "começo", um fosse subordinado ao outro, pois o primeiro é o começo e o começo é o primeiro, de modo que ou ambas estas expressões são idênticas, ou, de qualquer forma, nenhuma é o gênero da outra. O princípio elementar referente a todos os casos deste tipo é que o gênero tem uma extensão mais vasta do que a espécie e sua diferença, pois a diferença tem, igualmente, uma extensão mais restrita do que o gênero.

Veja-se também se o gênero mencionado não se aplica, ou pode admitir-se geralmente que não se aplique, a algum objeto que não difira especificamente da coisa em questão; ou, pelo contrário, se o nosso argumento é construtivo, veja-se se ele se aplica dessa maneira. Porquanto todas as coisas que não diferem especificamente pertencem ao mesmo gênero. Se, por conseguinte, se demonstra que este se aplica a uma delas, então é evidente que se aplica a todas; e se não se aplica a uma, é claro que não se aplica a nenhuma: por exemplo, se alguém que admitisse as "linhas indivisíveis" dissesse que "indivisível" é o gênero delas. Porque o termo mencionado não é o gênero das linhas divisíveis, e estas não diferem das indivisíveis quanto à espécie: com efeito, as linhas retas nunca diferem umas das outras no que diz respeito à espécie.

Examine-se também se existe algum outro gênero da espécie dada que nem abarque o gênero apresentado, nem, tampouco, se inclua nele. Suponha-se, por exemplo, que alguém afirmasse que "conhecimento" é o gênero de justiça. Porquanto a virtude é também o gênero desta, e nenhum destes gêneros abarca o outro, de forma que o conhecimento não pode ser o gênero da justiça, pois se admite geralmente que, sempre que uma espécie se inclui em dois gêneros, um destes é abrangido pelo outro. Entretanto, um princípio desta classe dá margem a que se suscite em certos casos uma dificuldade. Há, por exemplo, quem afirme que a justiça tanto é uma virtude como um conhecimento e que nenhum destes gêneros é abarcado pelo outro - embora, por certo, nem todos admitam que a prudência seja conhecimento. Se, todavia, alguém admitisse a verdade dessa asserção, haveria, por outro lado, o consenso geral de que os gêneros do mesmo objeto devem necessariamente ser subordinados um ao outro ou ambos a um terceiro, como em verdade sucede com a virtude e o conhecimento. Com efeito, ambos se incluem no mesmo gênero, sendo como é cada um deles um estado e uma disposição. Deve-se verificar, portanto, se nenhuma dessas coisas é verdadeira do gênero apresentado; porque, se nem os gêneros são subordinados um ao outro, nem ambos a um mesmo gênero, o que foi proposto não pode ser o gênero verdadeiro.

Examine-se, também, o gênero do gênero proposto, passando depois ao gênero próximo mais alto, para ver se todos se predicam da espécie, e se predicam na categoria de essência: pois todos os gêneros mais altos devem predicar-se das espécies nessa categoria. Se, portanto, houver algures uma discrepância, é evidente que o que se propôs não é o gênero verdadeiro. (Veja-se também se o próprio gênero ou um dos gêneros mais altos participa da espécie, pois o gênero superior não participa de nenhum dos que lhe são inferiores.) Se, pois, estamos rebatendo uma opinião, deve-se seguir a regra conforme foi dada; se, pelo contrário, se trata de estabelecer o nosso ponto de vista, então - na hipótese de que se admita que o gênero proposto pertence à espécie, porém não como gênero - basta demonstrar que um dos seus gêneros superiores se predica da espécie na categoria de essência. Porque, se um deles predica nessa categoria, todos os demais, tanto os superiores como os inferiores a ele, se de algum modo se predicam da espécie, há de ser na categoria de essência: e assim, o que se propôs como gênero também se predica na categoria de essência. A premissa de que, quando um gênero se

predica na categoria de essência, todos os demais, se de algum modo se predicarem, será nessa categoria, deve ser estabelecida por indução.

Supondo-se, por outro lado, que se conteste que aquilo que foi proposto como gênero pertença em absojuto à espécie, não basta demonstrar que um dos gêneros superiores se predica desta na categoria de essência: por exemplo, se alguém propôs "locomoção" como gênero de "passeio", não basta demonstrar que passear é um "movimento" para provar que é "locomoção", visto existirem também outras formas de movimento; mas é preciso demonstrar igualmente que o passear não participa de nenhuma das outras espécies de movimento obtidas pela mesma divisão, exceto a locomoção. Porque necessariamente o que participa do gênero também participa de uma das espécies obtidas pela primeira divisão deste. Se, portanto, o passear não participa do aumento, nem do decréscimo, nem das demais espécies de movimento, é evidente que deve participar da locomoção, e a locomoção será o gênero do passear.

Examinem-se também as coisas de que a espécie dada se predica como gênero para ver se o que é proposto como seu gênero se predica, na categoria de essência, das mesmas coisas de que a espécie é assim predicada, e também se todos os gêneros superiores a esse se predicam também assim. Porque, se houver alguma discrepância, evidentemente o que se propôs não é o verdadeiro gênero; com efeito, se o fosse, tanto os gêneros superiores a ele quanto ele próprio se predicariam todos na categoria de essência daqueles objetos de que a própria espécie é predicada em tal categoria. Se, pois, estamos rebatendo um ponto de vista, é útil verificar se o gênero não se predica na categoria de essência daquelas coisas de que também se predica a espécie. Se, por outro lado, estamos estabelecendo uma opinião, é útil verificar se ele se predica na categoria de essência, pois nesse caso teremos que o gênero e a espécie se predicam do mesmo objeto na categoria de essência, de modo que o mesmo objeto fica incluído em dois gêneros; por conseguinte, os gêneros devem necessariamente subordinar-se um ao outro; e, se demonstrarmos que aquele que desejamos estabelecer como gênero não está subordinado à espécie, evidentemente a espécie estará subordinada a ele, e pode dar-se como demonstrado que esse é o gênero.

É preciso considerar também as definições dos gêneros e ver se ambas se aplicam à espécie dada e aos objetos que participam da espécie. Porquanto as definições dos seus gêneros devem necessariamente predicar-se da espécie e dos objetos que dela participam. Se, pois, houver algures uma discrepância, é evidente que o que se propôs não é o gênero.

Veja-se, por outro lado, se o adversário apresentou como gênero a diferença: por exemplo, "imortal" como gênero de "deus". "Imortal", com efeito, é uma diferença de "ser vivente", uma vez que dos viventes alguns são mortais e outros imortais. É evidente, pois, que se cometeu aí um erro grave, dado que a diferença de uma coisa nunca é o seu gênero. E a verdade disto entra pelos olhos, pois a diferença de uma coisa jamais significa a sua essência, mas antes alguma qualidade, como "semovente" ou "bípede".

Veja-se também se o contendor colocou a diferença dentro do gênero, tomando, por exemplo, "ímpar" como diferença de número, e não uma espécie. E tampouco se admite geralmente que a diferença participe do gênero, pois o que deste participa é sempre uma espécie ou um indivíduo, ao passo que a diferença não é uma espécie nem um indivíduo. Evidentemente, pois, a diferença não participa do gênero, de modo que "ímpar" tampouco é uma espécie, mas sim uma diferença, visto que não participa do gênero.

Além disso, convém verificar se ele colocou o gênero dentro da espécie, supondo, por exemplo, que "contato" seja uma "união", que "mistura" seja uma "fusão", ou, como na definição platônica, que "locomoção" seja o mesmo que "transporte". Pois não é forçoso que um contato seja uma união; antes pelo contrário, a união é que deve ser um contato: pois o que está em contato nem sempre se une, embora o que se une esteja sempre em contato. E de maneira análoga quanto aos outros exemplos: pois a mistura nem sempre é uma "fusão" (se misturarmos coisas secas, por exemplo, não as fundiremos), nem tampouco a locomoção é sempre "transporte". Com efeito, não se pensa geralmente que caminhar seja um transporte: este termo é empregado de preferência com relação ao que muda de lugar involuntariamente, como acontece no caso das coisas inanimadas. É evidente, pois, que a espécie, nos exemplos dados acima, tem uma extensão mais ampla do que o gênero, quando o contrário é que devia acontecer.

É preciso ver também se ele colocou a diferença dentro da espécie, tomando, por exemplo, "imortal" no significado de "um deus". Pois o resultado será que a espécie tem uma extensão igual ou mais ampla; e isso é impossível, pois acontece sempre que a diferença tenha uma extensão igual ou mais ampla que a da espécie. Veja-se, além disso, se ele colocou o gênero dentro da diferença, fazendo com que a "cor", por exemplo, seja uma coisa que "traspassa", ou o "número" algo que é "ímpar". Ou, então, se ele mencionou o gênero como sendo a diferença, pois é possível que alguém formule também um juízo desta espécie, dizendo, por exemplo, que "mistura" é a diferença de "fusão", ou que "mudança de lugar" é a diferença de

"transporte". Todos os casos desta espécie devem ser examinados à luz dos mesmos princípios, pois dependem de regras ou tópicos comuns: o gênero deve ter um campo de predicação mais amplo do que a sua diferença, e, ao mesmo tempo, não deve participar dela; ao passo que, se for apresentado dessa maneira, nenhum dos requisitos mencionados será satisfeito, pois o gênero terá ao mesmo tempo um campo de predicação mais estreito do que a sua diferença e participará dela.

Por outro lado, se nenhuma diferença pertencente ao gênero se predicar da espécie dada, tampouco se predicará dela o gênero: por exemplo, se de "alma" não se predica "par" nem "ímpar", tampouco se predica "número". Veja-se, igualmente, se a espécie é naturalmente anterior ao gênero e o anula ao ser anulada, pois o ponto de vista geralmente admitido é o contrário. Além disso, se é possível que o gênero proposto ou a sua diferença estejam ausentes da espécie alegada, por exemplo, que "movimento" esteja ausente da "alma", ou "verdade e falsidade" de "opinião", então nenhum dos gêneros propostos pode ser o seu gênero ou a sua diferença; pois a opinião geral é que o gênero e a diferença acompanham a espécie enquanto esta existe.

Examine-se também se o que está colocado no gênero participa ou poderia participar também do gênero contrário. Veja-se, igualmente, se a espécie participa de algum caráter que nenhum integrante do gênero possa absolutamente possuir. Assim, por exemplo, se a alma participa da vida, e não é possível que nenhum número viva, a alma não poderá ser uma espécie de número. Deve-se também examinar se a espécie é um homônimo do gênero, e empregar como princípios elementares aqueles que já foram estabelecidos para a homonímia: pois o gênero e a espécie são sinônimos.

Uma vez que de todo gênero há mais de uma espécie, verifique-se se é impossível haver alguma outra espécie, além da apontada, que corresponda ao gênero proposto; porque, se não houver nenhuma, evidentemente o que se propôs como gênero não pode sê-lo em absoluto.

Veja-se, também, se o adversário apresentou como gênero uma expressão metafórica, descrevendo, por exemplo, a temperança como uma "harmonia"; pois um gênero sempre se predica de suas espécies no sentido literal, ao passo que "harmonia" se predica da temperança num sentido não literal, mas metafórico, pois literalmente uma harmonia consiste sempre em notas musicais.

Além disso, se houver algum contrário da espécie, convém examiná-lo. Esse exame pode assumir diferentes formas: antes de tudo, veja-se se o contrário também se encontra no mesmo gênero que a espécie, supondo-se que o gênero não tenha um contrário; pois os contrários devem encontrar-se no mesmo gênero se este não tem um contrário. Supondo-se, por outro lado, que haja um contrário do gênero, deve-se verificar se o contrário da espécie se encontra no gênero contrário: pois necessariamente a espécie contrária deve encontrar-se ali, se o gênero tem um contrário. Cada um destes pontos se evidencia por meio da indução.

Examine-se também se o contrário da espécie não se encontra absolutamente em nenhum gênero, mas é ele próprio um gênero, como, por exemplo, o "bem": porque, se ele não se encontra em nenhum gênero, tampouco o seu contrário se encontra em nenhum gênero, mas ele próprio é um gênero, como sucede no caso de "bem" e "mal", nenhum dos quais se encontra num gênero, sendo cada um deles um gênero por si mesmo.

Examine-se, além disso, se tanto o gênero como a espécie são contrários a alguma coisa, e um dos pares de contrários tem um termo intermédio, ao passo



que o outro não o tem. Porque, se os gêneros têm um intermediário, também devem tê-lo as suas espécies; e, se o têm as espécies, também seus gêneros o terão, como sucede com (1) "virtude" e "vício", e (2) "justiça" e "injustiça": pois cada um desses pares tem um intermediário. A isto se pode objetar que não há intermediário entre "saúde" e "doença", mas entre "bem" e "mal", sim. Ou veja-se, embora haja realmente um intermediário entre ambos os pares, isto é, tanto entre as espécies como entre os gêneros, se eles não se relacionam da mesma maneira, mas num caso o intermediário é uma simples negação dos extremos, enquanto no outro caso é um sujeito. Pois a opinião geral é que a relação deve ser semelhante em ambos os casos, como é nos casos da "virtude" e do "vício", por um lado e da "justiça" e da "injustiça" pelo outro: com efeito, os intermediários entre ambos os pares são simples negações.

Além disso, sempre que o gênero não tenha contrário, convém examinar não apenas se o contrário da espécie se encontra no mesmo gênero, mas também o intermediário: porque o gênero que contém os extremos contém igualmente os intermediários, como, por exemplo, no caso do "preto" e do "branco": pois "cor" é o gênero não só destes dois como também de todas as cores intermediárias. Poder-se-ia objetar aqui que "deficiência" e "excesso" se encontram no mesmo gênero (pois ambos pertencem ao gênero "mal"), ao passo que "quantidade moderada", o intermediário entre eles, não é um mal, mas um bem.

Examine-se também se, embora o gênero tenha um contrário, a espécie não o tem; porque, se o gênero é o contrário de alguma coisa, também a espécie o será, como a virtude é o contrário do vício e a justiça, da injustiça. Isto também se nos tornaria evidente se examinássemos outros casos concretos semelhantes a este. É possível levantar uma objeção no caso da saúde e da doença, pois a saúde em geral é o contrário da doença, ao passo que uma enfermidade particular, embora seja uma espécie de doença, como, por exemplo, a febre, a oftalmia e qualquer outra espécie particular de doença, não tem contrários.

Se, pois estamos refutando um ponto de vista, podemos proceder ao nosso exame de todas essas maneiras que acabamos de explicar: porque, se lhe faltam as características mencionadas, evidentemente o que foi proposto como gênero não é tal. Se, por outro lado, se trata de estabelecer um ponto de vista, há três caminhos: primeiro, verificar se o contrário da espécie se encontra no gênero proposto, supondo-se que este não tenha contrário: porque, se nele se encontra o contrário, evidentemente o mesmo sucede com a espécie em questão. Segundo, ver se a espécie intermediária se encontra no gênero

estabelecido, pois todo gênero que contenha o intermediário conterà igualmente os extremos. E terceiro, se o gênero tem um contrário, procure-se ver se a espécie contrária também se encontra neste último: porque, se assim for, é evidente que também a espécie em questão se encontra no gênero em questão.

Considere-se também, no caso dos derivados e coordenados da espécie e do gênero, se eles se seguem de igual maneira, tanto ao refutar um ponto de vista como ao estabelecê-lo: pois todo atributo que pertença ou não pertença a um deles pertence ou não pertence ao mesmo tempo a todos. Por exemplo, se a justiça é uma forma particular de conhecimento, então "justamente" é também "cientemente" e um homem justo é também um homem conhecedor: ao passo que, se uma dessas coisas não for assim, tampouco o será nenhuma das outras.

Considere-se também o caso das coisas que guardam entre si uma relação semelhante. Assim, por exemplo, a relação do agradável para com o prazer é semelhante à relação do útil para com o bem, pois em ambos os casos um gera o outro. Se, portanto, o prazer é uma espécie de "bem", o agradável também será uma espécie de "útil": pois evidentemente podemos tomá-lo como algo que produz o bem, dado que o prazer é um bem. Considere-se, do mesmo modo, o caso dos processos de geração e corrupção; se, por exemplo, edificar é ser ativo, então ter edificado é ter sido ativo; e, se aprender é recordar, então ter aprendido é ter recordado; e, se decompor-se é ser corrompido, então ter-se decomposto é ter sido corrompido, e a decomposição é uma espécie de corrupção. Considere-se, ainda, o caso das coisas que geram ou corrompem e das capacidades e usos das coisas; e de um modo geral, tanto ao demolir como ao assentar um argumento devem-se examinar as coisas à luz de toda espécie de semelhança, como dizíamos no tocante à geração e à corrupção. Pois, se o que tende a corromper tende a decompor, então ser corrompido é também ser decomposto; e se o que tende a gerar tende a produzir, então ser gerado é ser produzido, e geração é produção. E de maneira análoga no caso das capacidades e usos das coisas: porque, se uma capacidade é uma disposição, também ser capaz de alguma coisa é estar disposto para essa mesma coisa, e se o uso de alguma coisa é uma atividade, utilizá-la é ser ativo e tê-la utilizado é ter sido ativo.

Se o oposto da espécie é uma privação, há dois meios de refutar um argumento. Primeiro, examinando-se o oposto se encontra no gênero apresentado: porque, ou a privação não será em absoluto encontrada no mesmo gênero, ou pelo menos no gênero último por exemplo, se o gênero último que contém a visão é a sensação, a cegueira não será uma sensação. Segundo, se há uma privação oposta tanto ao gênero como à espécie, mas o oposto da espécie não se encontra no oposto do gênero, segue-se que tampouco a espécie proposta pode encontrar-se no gênero proposto. Se, pois, estamos refutando uma opinião, devemos seguir a regra tal como foi estabelecida; mas se o que pretendemos é assentar um ponto de vista, não há senão um modo de fazê-lo; porque, se a espécie oposta se encontra no gênero oposto todas as espécies em questão devem encontrar-se também no gênero em questão: por exemplo, se "cegueira" é uma forma de "insensibilidade", então a vista é uma forma de sensação.

Examinem-se também as negações do gênero e da espécie e inverta-se a ordem dos termos da maneira descrita no caso do acidente: por exemplo, se o

agradável é uma espécie de bem, o que não é bom não é agradável. Porquanto, a não ser assim, também alguma coisa que não fosse boa seria agradável. Isso, contudo, não pode ser, porque, se o "bem" é o gênero do "agradável", é impossível que alguma coisa não-boia seja agradável: com efeito, daquelas coisas de que não se predica o gênero, tampouco delas se predica nenhuma das espécies. Ao estabelecer um ponto de vista, deve-se também adotar o mesmo método de exame: porque, se o que não é bom não é agradável, segue-se que o que é agradável é bom, de modo que "bom" é o gênero de "agradável".

Se a espécie é um termo relativo, deve-se examinar se também o gênero o é: porque, sendo-o a espécie, também o será o gênero, como sucede com "duplo" e "múltiplo", cada um dos quais é um termo relativo. Se, por outro lado, o gênero é um termo relativo, não é necessário que a espécie também o seja: pois "conhecimento" é um termo relativo, mas o mesmo não sucede com a "gramática". Ou talvez nem mesmo a primeira afirmação seja geralmente considerada verdadeira: porquanto a virtude é uma espécie de coisa "nobre" e uma espécie de coisa "boa"; e contudo, embora "virtude" seja um termo relativo, "bom" e "nobre" não são relativos, mas qualidades. Veja-se também se a espécie deixa de ser usada na mesma relação quando a chamamos pelo seu nome próprio e quando a designamos pelo nome do seu gênero: por exemplo, se o termo "dobro" é empregado para designar o dobro de uma "metade", também o termo "múltiplo" deveria empregar-se no sentido de múltiplo de uma "metade". De outra forma, "múltiplo" não poderia ser o gênero de "dobro".

Considere-se, além disso, se o termo não se usa na mesma relação tanto quando é designado pelo nome do seu gênero como quando é designado pelos nomes de todos os gêneros do seu gênero. Porque, se o dobro é um múltiplo da metade, também a expressão "mais do que" será usada em relação a uma "metade"; e, em geral, o dobro será designado pelos nomes de todos os gêneros superiores em relação a uma "metade". Poder-se-ia objetar aqui que um termo não se usa necessariamente na mesma relação quando designado pelo seu próprio nome e quando designado pelo nome do seu gênero, pois "conhecimento" é chamado conhecimento "de um objeto", ao passo que o chamamos "estado" ou "disposição" não de um "objeto", mas da "alma".

Veja-se também se o gênero e a espécie se aplicam da mesma maneira nas diversas inflexões que recebem, como o dativo, o genitivo e tudo o mais. Pois, assim como se aplica a espécie, deve também aplicar-se o gênero, como no caso de "dobro" e de seus gêneros superiores: com efeito, tanto dizemos "dobro de" como "múltiplo de" uma coisa. E do mesmo modo no caso de

"conhecimento", pois tanto do próprio "conhecimento" como dos seus gêneros, como por exemplo "disposição" e "estado", se diz que são "de" alguma coisa. Pode-se objetar que em alguns casos não é assim, pois dizemos "superior a" e "contrário a" isto ou aquilo, enquanto "outro", que se inclui no mesmo gênero que estes termos, não exige "a", mas "que não", pois dizemos "outro que não" isto ou aquilo.

Convém observar também se os termos usados em relações casuais deixam de admitir uma construção igual quando se invertem, como sucede com "dobro" e "múltiplo", pois estes termos tomam um genitivo tanto em si mesmos como na construção invertida: com efeito, tanto dizemos "metade de" como "uma fração de" alguma coisa. O caso também é o mesmo no que respeita a "conhecimento" e "concepção", pois ambos estes termos tomam um genitivo, mas, fazendo-se a conversão, tanto um "objeto de conhecimento" como um "objeto de conversão" se usam com um dativo. Se, pois, em alguns casos as construções não são iguais após a conversão, evidentemente um dos termos não é o gênero do outro.

Veja-se, por outro lado, se a espécie e o gênero não se usam em relação a um número igual de coisas, pois a opinião geral é que os usos de ambos são semelhantes e iguais em número, como sucede com "presente" e "concessão". Com efeito, faz-se "presente" de alguma coisa a alguém, como também se faz "concessão" de alguma coisa a alguém; e "concessão" é o gênero de presente, pois um "presente" é uma "concessão que não precisa ser devolvida". Em alguns casos, porém, o número de relações em que se usam os termos não é igual, pois, enquanto "dobro" é o dobro de alguma coisa, falamos de exceder alguma coisa ou ser maior do que alguma coisa, pois o que excede sempre excede alguma coisa e o que é maior é sempre maior do que alguma coisa, e também o que excede é um excesso de alguma coisa. Por isso os termos em questão ("excesso" e "maior") não são os gêneros de "dobro", visto não serem usados em relação a um número igual de coisas que a espécie. Ou talvez não seja universalmente verdadeiro que a espécie e o gênero se usam em relação a um número igual de coisas.

Veja-se, também, se o oposto da espécie tem o oposto do seu gênero como gênero próprio: por exemplo, se "múltiplo" é o gênero de "dobro", "fração" deve ser também o gênero de "metade". Porquanto o oposto do gênero deve ser sempre o gênero da espécie oposta. Se, pois, alguém afirmasse que o conhecimento é uma espécie de sensação, daí se seguiria que o objeto de conhecimento também é uma espécie de objeto de sensação, o que não é verdade, pois um objeto de conhecimento nem sempre é um objeto de

sensação: com efeito, os objetos de conhecimento incluem também alguns dos objetos de intuição. Logo, "objeto de sensação" não é o gênero de "objeto de conhecimento"; e, assim sendo, tampouco é "sensação" o gênero de "conhecimento".

Uma vez que dentre os termos relativos alguns se encontram necessariamente ou se aplicam em qualquer tempo ou ocasião as coisas em relação às quais são usados (por exemplo, "disposição", "estado" e "equilíbrio", pois em nenhuma outra coisa podem encontrar-se estes termos, salvo naquelas em relação às quais são usados), enquanto outros não se encontram forçosamente nas coisas em relação às quais são usados em qualquer ocasião, embora isso possa acontecer (por exemplo, se o termo "objeto de conhecimento" for aplicado à alma; pois é perfeitamente possível, porém não necessário, que o conhecimento de si mesma seja possuído pela própria alma, uma vez que esse conhecimento também pode encontrar-se em alguma outra pessoa), ao passo que no tocante a outros é absolutamente impossível que se encontrem nas coisas em relação às quais são usados em qualquer circunstância (como, por exemplo, que o contrário se encontre no seu contrário, ou o conhecimento no objeto de conhecimento, a menos que este seja uma alma ou um homem), deve-se observar, portanto, se o contendor coloca um termo de determinada espécie dentro de um gênero que não é da mesma espécie - se ele diz, por exemplo, que a "memória" é a "permanência do conhecimento". Por que a "permanência" sempre se encontra naquilo que permanece, e a ele se aplica, de modo que a permanência do conhecimento se encontrará também no conhecimento; a memória, pois, se encontrará no conhecimento, visto ser ela a permanência deste. Mas isso é impossível, já que a memória se encontra sempre na alma. Esta regra ou tópico se aplica também ao sujeito do acidente, porque tanto vale dizer que "permanência" é o gênero da memória como alegar que é um acidente dela. Com efeito, em qualquer sentido em que a memória seja a permanência do conhecimento, o mesmo argumento se aplicará a ela.

Veja-se, por outro lado, se ele colocou algo que é um "estado" dentro do gênero "atividade" ou uma atividade dentro do gênero "estado": por exemplo, definindo a sensação como "um movimento comunicado através do corpo"; porquanto a sensação é um "estado", enquanto o movimento é uma "atividade". E do mesmo modo se ele disse que a memória é um "estado retentivo de uma sensação", pois a memória nunca é um estado, mas antes uma atividade.

Cometem também um erro grave aqueles que classificam um "estado" dentro da "capacidade" que o acompanha, definindo, por exemplo, o "bom humor" como o "domínio da cólera", ou a "coragem" e a "justiça" como o "domínio do medo" e da "ganância"; pois os termos "corajoso" e "bem-humorado" se aplicam a um homem que é imune à paixão enquanto o homem que "se domina" está exposto à paixão, mas não se deixa conduzir por ela. É bem possível, aliás, que cada um dos primeiros seja acompanhado de uma capacidade desse tipo, de modo que, quando estivesse exposto à paixão, ele a dominaria e não se deixaria conduzir por ela; entretanto, não é isso o que se entende por ser "corajoso" ou "bem-humorado", mas sim uma imunidade absoluta a toda e qualquer paixão desse tipo.

Às vezes, também, se propõe como gênero um caráter concomitante qualquer, como, por exemplo, a "dor" como gênero da "cólera", ou a "concepção" como gênero da "convicção". Pois ambas essas coisas se seguem de certo modo à espécie dada, mas nenhuma delas é o seu gênero. Com efeito, quando um homem irado sente dor, a dor apareceu nele antes da cólera; pois a cólera não é causa da dor, antes pelo contrário, de modo que positivamente a cólera não é dor. Pelo mesmo raciocínio, tampouco a convicção é concepção, pois se pode ter a mesma concepção inclusive sem estar convencido dela, o que seria impossível se a convicção fosse uma espécie de concepção: com efeito, é impossível que uma coisa continue sendo a mesma se a retirarmos inteiramente fora da sua espécie, assim como o mesmo animal não poderia em dado momento ser, e em outro momento não ser, um homem. Se, por outro lado, alguém disser que o homem que tem uma concepção deve necessariamente estar também convencido dela, os dois termos, "concepção" e "convicção", terão sido usados com a mesma extensão predicativa, de modo que nem assim poderá o primeiro ser o gênero do segundo, pois a extensão do gênero deve ser mais ampla.

Veja-se, também, se ambos se produzem naturalmente em qualquer parte da mesma coisa: pois o que contém a espécie também contém o gênero; por exemplo, o que contém "branco" também contém "cor", e o que contém "conhecimento da gramática" também contém "conhecimento". Se, portanto, alguém disser que "vergonha" é "medo" ou que "cólera" é "dor", o resultado será que o gênero e a espécie não se encontram na mesma coisa, pois a vergonha se encontra na faculdade "raciocinante", ao passo que o medo está na faculdade "emotiva"; e, por outro lado, a "dor" se encontra na faculdade dos "apetites" (pois é também nesta que se encontra o prazer), enquanto a "cólera" se encontra na faculdade "emotiva". Portanto, os termos propostos não são os gêneros, uma vez que eles não se produzem naturalmente na mesma faculdade que as espécies. E da mesma forma, se a "amizade" se encontrar na faculdade dos apetites, pode-se concluir que ela não é uma forma de "querer", pois o querer se encontra sempre na faculdade "raciocinante". Este tópico também é útil ao tratar do acidente, pois o acidente e aquilo de que é um acidente se encontram ambos na mesma coisa, de modo que, se não aparecem na mesma coisa, é óbvio que não se trata de um acidente.

Veja-se também se a espécie participa somente sob um aspecto particular do gênero que lhe é atribuído; pois a opinião geral é que a participação da espécie no gênero não pode limitar-se a isso: com efeito, um homem não é um animal apenas sob um aspecto particular, nem tampouco é a gramática um conhecimento sob tal aspecto. E de maneira análoga também nos outros casos. Examine-se, portanto, se no caso de alguma de suas espécies a participação no gênero se dá somente sob um certo aspecto: por exemplo, se "animal" foi descrito como um "objeto de percepção" ou de "visão". Porque um animal é um objeto de percepção ou de visão apenas sob um aspecto particular: é por causa de seu corpo que ele é percebido e visto, e não por causa de sua alma, de modo que "objeto de visão" e "objeto de percepção" não podem ser o gênero de "animal".

Às vezes também uma pessoa coloca o todo dentro de sua parte sem dar conta disso, definindo, por exemplo, "animal" como "corpo animado": ora, a parte não se predica em sentido algum do todo, de modo que "corpo" não pode ser o gênero de "animal", dado que é uma parte dele.

Veja-se, igualmente, se ele colocou alguma coisa que seja condenável ou reprovável na classe de "capacidade" ou "capaz", definindo, por exemplo, um "sofista", um "difamador" ou um "ladrão" como "aquele que é capaz de apoderar-se secretamente da propriedade alheia". Porque nenhum dos caracteres mencionados se chama assim por ser "capaz" sob um desses



aspectos: com efeito, o próprio Deus e o homem bom são capazes de fazer coisas más, porém esse não é o seu caráter, e é sempre por causa de sua livre escolha que os homens maus são assim chamados. Acresce que uma capacidade é sempre desejável em si mesma, e até as capacidades de fazer coisas más são desejáveis, e por isso dissemos que até Deus e o homem bom as possuem; pois eles são capazes (dizemos nós) de fazer mal. Portanto, "capacidade" nunca pode ser o gênero de qualquer coisa digna de censura. Do contrário, resultaria daí que o reprovável é às vezes desejável, pois haveria uma certa forma de capacidade que seria reprovável.

Examine-se também se ele colocou alguma coisa que seja preciosa ou desejável por si mesma na classe de "capacidade" ou "capaz" ou "produtivo" de alguma coisa. Porque a capacidade e o ser capaz ou produtivo de algo é sempre desejável por causa de alguma outra coisa.

Ou, então, veja-se se o adversário colocou alguma coisa que existe em dois ou mais gêneros dentro de um deles somente. Porque há coisas que é impossível colocar num único gênero, por exemplo, o "trapaceiro" e o "difamador": com efeito, nem aquele que tem a vontade sem a capacidade, nem o que tem a capacidade sem a vontade é um difamador ou um trapaceiro, mas só o que possui ambas as coisas. Por conseguinte, ele não deve ser colocado num só gênero, mas em ambos os gêneros mencionados.

Além disso, as pessoas invertem por vezes a ordem natural apresentando o gênero como diferença ou a diferença como gênero e definindo, por exemplo, o pasmo como "excesso de admiração" e a convicção como "veemência de concepção". Porquanto nem "excesso" nem "veemência" é o-gênero, mas sim a diferença: com efeito, o pasmo é em geral interpretado como sendo uma "admiração excessiva" e a convicção como uma "concepção veemente", de modo que "admiração" e "concepção" são os gêneros, enquanto "excesso" e "veemência" são as diferenças. Acresce que, se "excesso" e "veemência" forem aceitos como gêneros, também as coisas inanimadas estarão convencidas e pasmadas. Porque a veemência e o excesso se encontram numa coisa que é tal de forma veemente e em excesso. Se, portanto, o pasmo é um excesso de admiração, o pasmo se encontrará na admiração, de modo que a admiração estará pasmada! E analogamente, a convicção se encontrará na concepção, se é que ela é "veemência de concepção", de modo que a concepção estará convencida. Além disso, o homem que dá uma resposta desse feitio estará, em suma, chamando a veemência de veemente e o excesso de excessivo; pois existem, de fato, convicções veementes: se, pois, a convicção é veemência, haveria uma "veemência veemente". E também há

pasmos excessivos, de modo que, se o pasmo é um excesso, haveria um "excesso excessivo". Mas nenhuma dessas coisas se admite geralmente, como tampouco se admite que o conhecimento seja alguém que conhece ou que o movimento seja alguma coisa que se move.

Às vezes também se comete o erro grave de colocar uma afecção dentro daquilo que é afetado por ela, como se fosse o seu gênero, como, por exemplo, os que dizem que a imortalidade é a vida eterna: pois a imortalidade parece ser uma certa afecção ou aspecto accidental da vida. Que isto é verdade se tornaria evidente se alguém admitisse que um homem pode deixar de ser mortal e tornar-se imortal; pois ninguém afirmaria que ele assume outra vida, mas que um determinado aspecto ou afecção accidental entram a formar parte da sua vida tal como ela é. Assim, pois, "vida" não é o gênero de "imortalidade".

Veja-se, também, se ele atribuiu a uma afecção, como gênero, o objeto por ela afetado, definindo, por exemplo, o vento como "ar em movimento". Em termos mais exatos, o vento é um "movimento do ar", pois o mesmo ar persiste quando está em movimento e quando está em repouso. Logo, o vento não é "ar" em absoluto, pois, se assim fosse, também haveria vento quando o ar está em repouso, já que persiste o mesmo ar que formava o vento. E do mesmo modo em outros casos dessa espécie. Mesmo, pois, se devêssemos admitir neste caso que o vento é "ar em movimento", não deveríamos aceitar uma definição desta espécie em se tratando de coisas das quais o gênero não é verdadeiro, mas apenas nos casos em que o gênero proposto fosse um legítimo predicado. Porque em alguns casos, como "lama" ou "neve", não se admite geralmente que seja verdadeiro. Dizem, com efeito, que a neve é "água congelada" e a lama é "terra misturada com umidade", conquanto a neve não seja água nem a lama seja terra, de modo que nenhum dos termos propostos poderia ser o gênero: pois o gênero deve ser verdadeiro de todas as suas espécies. E da mesma forma, tampouco o vinho é "água fermentada", segundo a definição de Empêdocles, que o deu como "água fermentada na madeira"; pois o vinho simplesmente não é água de maneira alguma.

Veja-se, além disso, se o termo proposto não é o gênero de coisa nenhuma; pois, nesse caso, é evidente que tampouco é o gênero da espécie mencionada. Examine-se este ponto vendo se os objetos que participam do gênero não diferem especificamente uns dos outros, como, por exemplo, os objetos brancos: pois entre estes não há nenhuma distinção específica, como sempre sucede com as espécies de um gênero, de modo que "branco" não pode ser o gênero de nada.

Veja-se, também, se foi indicado como gênero ou diferença algum aspecto que acompanhe todas as coisas, pois o número de atributos que se aplicam a todas as coisas é relativamente grande: entre eles se contam, por exemplo, o "ser" e a "unidade". Se, pois, nosso adversário propôs "ser" como gênero, evidentemente seria o gênero de todas as coisas, uma vez que de tudo se predica: pois o gênero nunca se predica de coisa alguma que não seja sua espécie. Por conseguinte a unidade, entre outras coisas, seria uma espécie de ser.

Daí resultaria, pois, que de todas as coisas das quais se predica o gênero também se predica a espécie, já que "ser" e "unidade" são predicados de absolutamente tudo, ao passo que a predicação da espécie deveria ter um alcance mais reduzido. Se, por outro lado, nosso adversário indicou como diferença algum atributo que se aplica a todas as coisas, evidentemente o campo de predicação da diferença será igual ao do gênero, ou mais amplo do que ele. Porque se o gênero também é um atributo que acompanha todas as coisas, o campo de predicação da diferença será igual ao seu, ou ainda mais amplo se o gênero não se aplica a todas as coisas.

Veja-se, além disso, se a descrição "inerente a S" é aplicada ao gênero proposto em relação à sua espécie, como se diz do "branco" em relação à neve, mostrando assim claramente que esse não pode ser o gênero: porque "verdadeiro de S" é a única fórmula que se aplica ao gênero em relação às suas espécies. Examine-se também se por acaso o gênero não é sinônimo de suas espécies. Pois o gênero sempre se predica sinonimamente das suas espécies.

É também preciso observar, sempre que tanto a espécie como o gênero tenham um contrário, se nosso contendor coloca o melhor dos contrários dentro do pior gênero: pois o resultado seria que a espécie restante se encontraria no gênero restante, já que os contrários se encontram nos gêneros contrários, de modo que o gênero pior conteria a melhor espécie e o melhor

conteria a pior: enquanto a opinião comum é que à espécie melhor corresponde o melhor gênero. Veja-se também se ele colocou a espécie dentro do gênero pior e não do melhor, quando ela se relaciona da mesma maneira com ambos ao mesmo tempo, como, por exemplo, se ele definiu a "alma" como uma "forma de movimento" ou "uma forma de coisa que se move". Pois se acredita geralmente que a própria alma é um princípio tanto de repouso como de movimento, de modo que, se o repouso é o melhor dos dois, esse é o gênero em que deveria ter sido colocada a alma.

Deve-se julgar também por meio dos graus maiores e menores: ao refutar um ponto de vista, examine-se se o gênero admite um grau maior, ao passo que nem a própria espécie o admite, nem qualquer termo que se denomine de acordo com ela: por exemplo, se a virtude admite um grau maior, também o admitem a justiça e o homem justo: pois se diz que um homem é "mais justo do que outro". Se, por conseguinte, o gênero proposto admite um grau maior, ao passo que nem a própria espécie nem qualquer termo denominado de acordo com ela o admitem, o que se havia proposto como gênero não pode ser tal.

Por outro lado, se o que mais geralmente ou por igualdade de vozes se supõe seja o gênero não é tal, tampouco o é o gênero proposto. O tópico ou lugar em questão é útil especialmente nos casos em que a espécie parece ter vários predicados na categoria de essência e não se fez nenhuma distinção entre eles, de modo que não podemos dizer qual deles é o gênero; por exemplo, tanto "dor" como a "concepção de um menosprezo" se consideram geralmente como predicando-se de "cólera" na categoria de essência, pois o homem irado ao mesmo tempo experimenta dor e se julga menosprezado. A mesma forma de investigação pode também aplicar-se ao caso da espécie, comparando-a com algumas outras espécies, pois, se aquela que mais geralmente ou em geral se acredita que se encontre no gênero proposto não se encontrar nele, é evidente que tampouco a espécie proposta pode encontrar-se ali.

Ao refutar uma opinião, portanto, deve-se seguir a regra conforme foi exposta. Ao defender ou justificar, por outro lado, de nada valerá a regra ou lugar que manda verificar se tanto o gênero proposto como a espécie admitem um grau maior: pois, mesmo que ambos o admitam, ainda é possível que um não seja o gênero do outro. Por exemplo, tanto "belo" como "branco" admitem um grau maior, e nenhum deles é o gênero do outro. Por outro lado, a comparação dos gêneros e das espécies entre si tem sua utilidade: supondo-se, por exemplo, que A e B tenham igual direito ao título de gênero, então, se um

deles é um gênero, o outro também o é. E do mesmo modo, se é um gênero o que tem menos razões para sê-lo, também o é o que mais razões tem para isso; por exemplo, se "capacidade" tem mais razões do que "virtude" para ser o gênero do domínio próprio e "virtude" é o gênero deste, também o é "capacidade". As mesmas observações valem também para o caso das espécies. Supondo-se, por exemplo, que A e B têm iguais razões para ser uma espécie do gênero em questão e se um deles é uma espécie, também o é o outro; e se é uma espécie aquilo que menos geralmente se pensa que o seja, também o será aquilo que mais geralmente se considera tal.

Além disso, para estabelecer um ponto de vista, deve-se examinar se o gênero se predica na categoria de essência daquelas coisas de que foi proposto como gênero, supondo-se que se tenham apresentado não uma única espécie, mas diversas, pois então evidentemente será o gênero. Se, por outro lado, se apresentar uma só espécie, deve-se ver se o gênero se predica também de outras espécies na categoria de essência; pois daí resultará também que ele se predica de diferentes espécies.

Como algumas pessoas pensam que a diferença também é um predicado das várias espécies na categoria de essência, deve-se distinguir o gênero da diferença recorrendo aos princípios elementares anteriormente mencionados: (a) que o gênero tem um campo de predicação mais amplo do que a diferença; (b) que ao apresentar a essência de uma coisa é mais adequado indicar o gênero do que a diferença; pois quem diz que o "homem" é um "animal" manifesta melhor o que é o homem do que aquele que o descreve como "uma coisa que caminha"; e também (c) que a diferença sempre significa uma qualidade do gênero, enquanto o contrário não é verdade: pois quem diz "algo que caminha" descreve um animal que possui uma determinada qualidade, enquanto o que diz "animal" não descreve uma coisa que caminha dotada de certa qualidade.

É desta maneira, pois, que a diferença deve ser distinguida do gênero. Ora, visto ser opinião geral que se o que é músico possui, enquanto músico, uma certa forma de conhecimento, então a "música" é uma espécie particular de "conhecimento"; e também que o que caminha se move ao caminhar, então o "caminhar" é uma espécie particular de "movimento"; deve-se examinar desta mesma maneira todo gênero em que se deseje estabelecer a existência de alguma coisa; por exemplo, se desejamos provar que "conhecimento" é uma forma de "convicção", é preciso ver se o que conhece, no próprio ato de conhecer, fica convencido; pois nesse caso é evidente que o conhecimento

seria uma espécie particular de convicção. Deve-se proceder do mesmo modo com respeito aos demais casos desta classe.

Finalmente, visto ser difícil distinguir aquilo que sempre acompanha uma coisa e não é conversível com ela do seu gênero, se A segue universalmente B enquanto B não segue A universalmente - como, por exemplo, "repouso" acompanha sempre uma "calma" e "divisibilidade" segue o "número", porém não inversamente (pois o divisível nem sempre é um número, nem o repouso é sempre uma calma) -, ao tratar dessas coisas podemos admitir nós mesmos que aquela que sempre acompanha a outra é o gênero, sempre que a outra não seja conversível com ela; se, por outro lado, é o outro que avança esta proposição, não devemos aceitá-la universalmente. A isto pode-se objetar que o "não-ser" acompanha sempre o que se está gerando (pois o que se está gerando não é ainda), e não é conversível com ele (pois o que não é nem sempre se está gerando); e, no entanto, "não-ser" não é o gênero de "gerar-se": pois o "não-ser" não tem absolutamente espécie alguma.

As questões referentes ao gênero devem, pois, ser investigadas das maneiras que acabamos de descrever.

*Livro V*

# 1

A questão sobre se o atributo que se afirmou é ou não é uma propriedade deve ser examinada de acordo com os métodos seguintes.

Toda "propriedade" expressa sempre é ou essencial e permanente, ou relativa e temporária; por exemplo, é uma "propriedade essencial" do homem o ser "por natureza um animal civilizado"; e uma "propriedade relativa" é como a da alma para com o corpo, a saber: que uma seja apta para comandar e o outro para obedecer; uma "propriedade permanente" e como a propriedade inerente a Deus, de ser "um ser vivente imortal", e uma "propriedade temporária" é como aquela que pertence a qualquer homem particular, de "caminhar no ginásio".

(A formulação "relativa" de uma propriedade dá lugar a dois ou quatro problemas. Porque, se nosso contendor ao mesmo tempo afirma essa propriedade de uma coisa e a nega de outra, surgem apenas dois problemas: como, por exemplo, se ele afirmasse que é propriedade do homem, em relação ao cavalo, a de ser bípede: porque se poderia tentar demonstrar tanto que o homem não é um bípede como que o cavalo é um bípede: de ambas essas maneiras a propriedade seria refutada. Se, pelo contrário, ele afirma, respectivamente, um de dois atributos de cada uma de duas coisas, e o nega, em cada caso, da outra, haverá quatro problemas: como, por exemplo, se ele afirmasse que é uma propriedade do homem em relação ao cavalo a de ser bípede: porque se poderia tentar demonstrar tanto que o não é um bípede como que o cavalo é um bípede: de ambas essas maneiras a propriedade seria refutada. Se, pelo contrário, ele afirma, respectivamente, um de dois atributos de cada uma de duas coisas, e o nega, em cada caso, da outra, haverá quatro problemas: como, por exemplo, se ele afirmasse que é uma propriedade do homem em relação ao cavalo a de ser o primeiro um bípede e o segundo um quadrúpede. Pois nesse caso é possível tentar demonstrar tanto que o homem não é naturalmente um bípede e que ele é um quadrúpede, como também que o cavalo é um bípede e que ele não é quadrúpede. Se conseguirmos demonstrar qualquer destas coisas, o atributo proposto estará refutado.)

Uma propriedade "essencial" é a que se afirma de uma coisa em comparação com tudo mais e que distingue referida coisa de todas as outras, como "um ser vivente mortal, capaz de receber conhecimento", no caso do homem. Uma propriedade "relativa" é aquela que distingue o seu sujeito não de todas as demais coisas, mas apenas de uma coisa particular definida, como a propriedade que a virtude possui em comparação com o conhecimento, a



saber: a de se produzir naturalmente a primeira em mais de uma faculdade, enquanto o segundo só se produz na faculdade da razão e naqueles que possuem uma faculdade raciocinante. Uma propriedade "permanente" é aquela que é verdadeira em todas as ocasiões e nunca falta, como "ser composta de alma e corpo" no caso de uma criatura vivente. Um a propriedade "temporária" é aquela que só é verdadeira numa ocasião particular e não acompanha sempre necessariamente o sujeito, como ao dizer-se de um homem particular que ele está passeando na praça do mercado.

Enunciar uma propriedade "relativamente" a outra coisa significa expressar a diferença que existe entre elas, tal como se dá universalmente e sempre, ou geralmente e na maioria dos casos: assim, uma diferença que se dá universalmente sempre é, por exemplo, aquela que o homem possui em comparação com o cavalo, a saber: a de ser um bípede, pois o homem é sempre e em todos os casos um bípede, ao passo que o cavalo jamais e em caso algum é um bípede. Por outro lado, uma diferença que se dá geralmente e na maioria dos casos é, por exemplo, aquela que a faculdade da razão possui em comparação com a do desejo e da emoção, e que consiste em comandar a primeira, enquanto a segunda obedece: porque a faculdade racional nem sempre comanda, mas às vezes também é comandada, nem a do desejo e da emoção é sempre comandada, mas às vezes também assume o comando, sempre que a alma de um homem é viciosa.

Das "propriedades", as mais "discutíveis" são a essencial e permanente e a relativa. Com efeito, uma propriedade relativa dá origem, como dissemos atrás, a várias questões: pois necessariamente as questões suscitadas por elas são duas ou quatro, e os argumentos em relação a estas são vários. Uma propriedade essencial ou permanente pode-se discutir em relação a muitas coisas, ou se pode observar com referência a muitos períodos de tempo: se "essencial", deve-se discuti-la em comparação com muitas coisas, pois a propriedade necessariamente pertencerá ao seu sujeito em comparação com cada coisa individual existente; de modo que, se o sujeito não é diferenciado por ela com respeito a qualquer outra coisa, a propriedade não foi proposta de maneira correta. E uma propriedade permanente deve ser observada em relação a muitos períodos de tempo; porque, se ela não pertence, não pertenceu ou não pertencerá ao seu sujeito, não será uma propriedade. Por outro lado, sobre uma propriedade temporária não indagamos senão com referência ao tempo chamado "presente", e por isso os argumentos relativos a ela não são muitos; ao passo que uma questão "discutível" é aquela no tocante à qual se podem suscitar argumentos não só numerosos como válidos.

A chamada propriedade "relativa" pois, deve ser examinada por meio dos tópicos referentes ao acidente, a fim de ver se ela pertence a uma coisa e não a outra; as propriedades permanentes e essenciais, por seu lado, devem ser investigadas de acordo com os métodos seguintes.

Primeiro, veja-se se a propriedade foi ou não formulada corretamente. Da formulação correta ou incorreta, um dos testes consiste em ver se os termos em que é expressa a propriedade são ou não são mais inteligíveis - para fins de refutação, se não são tais, e para fins construtivos, se o são.

Um teste de que os termos não são mais inteligíveis consiste em ver se a propriedade que o adversário propôs é totalmente mais ininteligível do que o sujeito de que se afirmou a propriedade, pois em tal caso esta não terá sido formulada corretamente. Porque o fim com que se estabelece uma propriedade é torna-la inteligível: portanto, os termos em que é expressa devem ser mais inteligíveis, de modo que se possa concebê-la de maneira mais adequada; por exemplo, quem diz que é uma propriedade do fogo o "ter uma semelhança muito estreita com a alma" usa o termo "alma", que é menos inteligível do que "fogo" (pois sabemos melhor o que é o fogo do que o que é a alma), e por isso "uma semelhança muito estreita com a alma" não seria a formulação correta de uma propriedade do fogo. Outro teste é ver se a atribuição de A (propriedade) a B (sujeito) é menos inteligível, pois não apenas a propriedade deve ser mais inteligível do que o seu sujeito, mas também deve ser algo cuja atribuição a esse sujeito particular seja mais inteligível. Com efeito, quem não sabe em absoluto se esse é um atributo do sujeito particular, não saberá tampouco se pertence exclusivamente a ele, de modo que, num caso como no outro, o seu caráter como propriedade é obscuro. Assim, por exemplo, quem afirma que é uma propriedade do fogo o ser "o elemento primário em que se encontra naturalmente a alma" introduz uma questão que é menos inteligível do que "fogo", a saber: se a alma se encontra nele, e se aí se encontra primariamente; e, por conseguinte, ser "o elemento primário em que se encontra naturalmente a alma" não pode ser a expressão correta de uma propriedade do fogo.

Para fins construtivos, ao contrário, veja-se se os termos com que se expressa a propriedade são mais inteligíveis, e se o são de cada um dos modos mencionados acima. Porque então a propriedade terá sido corretamente expressa a esse respeito: pois dos argumentos construtivos corretamente formulados, alguns se mostrarão corretos apenas a esse respeito, enquanto outros o serão de maneira absoluta e sem qualificação. Assim, por exemplo, o homem que disse que a "posse da sensação" é uma propriedade de "animal" não só usou termos mais inteligíveis como também tornou a propriedade mais inteligível em cada um dos sentidos apontados acima; de modo que "possuir

sensação" seria, a esse respeito, a expressão correta de uma propriedade de "animal".

A seguir, para fins de refutação, veja-se se algum dos termos empregados na formulação da propriedade se usa em mais de um sentido, ou se a expressão inteira significa mais de uma coisa. Porque, se assim for, a propriedade não terá sido formulada corretamente. Assim, por exemplo, visto que a expressão "ser senciente" tem mais de um significado, a saber: (1) possuir sensação, e (2) fazer uso da sensação, "ser naturalmente senciente" não poderia ser a formulação correta de uma propriedade de "animal". A razão pela qual o termo usado, ou a expressão inteira que significa a propriedade, não deve comportar mais de um sentido é que uma expressão ambígua torna obscuro o objeto descrito, e o homem que procura argumentar fica em dúvida sobre qual dos vários sentidos possíveis corresponde à expressão, e isso não se pode admitir, já que o fim da formulação da propriedade é que possa entender-se. Além disso, os que formulam uma propriedade dessa maneira serão inevitavelmente refutados sempre que alguém dirigir o seu silogismo àquele dos vários significados do termo que não for consentâneo.

Para fins construtivos, por outro lado, veja-se se todos os termos e também a expressão tomada como um todo não comportam mais de um sentido; pois, se assim for, a propriedade terá sido corretamente formulada a esse respeito. Por exemplo: visto que "corpo" não tem vários significados, nem "o mais rápido em mover-se para cima no espaço", nem tampouco a expressão inteira obtida pela união destas duas coisas, seria correto, a este respeito, dizer que é uma propriedade do fogo o ser o "corpo mais rápido em mover-se para cima no espaço".

A seguir, com propósitos destrutivos veja-se se o sujeito a que o adversário atribui a propriedade se usa em mais de um sentido e não se fez nenhuma distinção com respeito a qual desses sentidos se atribui a propriedade: pois nesse caso a propriedade não terá sido corretamente formulada. As razões disto são perfeitamente claras pelo que ficou dito acima, já que forçosamente se chegará às mesmas consequências. Assim, por exemplo, visto que "o conhecimento disto" significa muitas coisas - a saber, (1) a posse de conhecimento pela coisa em apreço, (2) o uso de seu conhecimento por ela, (3) a existência de conhecimento a seu respeito, (4) o uso do conhecimento a seu respeito -, nenhuma propriedade do "conhecimento disto" seria formulada corretamente a não ser que o adversário declarasse a respeito de qual destes significados está formulando a propriedade. Para fins construtivos, devemos ver se o termo de que estamos formulando a

propriedade não comporta vários sentidos e é uno e simples: pois então a propriedade terá sido corretamente formulada a esse respeito. Assim, por exemplo, visto que “homem” é usado num sentido só, "animal naturalmente civilizado" seria corretamente formulado como uma propriedade de homem.

A seguir, a fim de rebater ou destruir uma asserção, veja-se se o mesmo termo foi repetido na propriedade. Pois os argumentadores muitas vezes fazem isso sem o perceber, tanto ao formular "propriedades" como ao estabelecer "definições"; mas uma propriedade em que aconteceu tal coisa não foi formulada corretamente, pois a repetição confunde o ouvinte, e assim inevitavelmente o significado se torna obscuro, além de se pensar que tais pessoas não sabem o que dizem. A repetição do mesmo termo sói acontecer de duas maneiras: uma delas é quando alguém usa repetidamente a mesma palavra, como sucederia se ele propusesse, como propriedade do fogo, "o corpo que é o mais rarefeito de todos os corpos" (pois aqui repetiu a palavra "corpo"); a segunda é quando se substituem palavras pelas suas definições, como aconteceria se alguém apresentasse como uma propriedade da terra "a substância que, por sua natureza, é de todos os corpos aquele que mais facilmente é levado para baixo no espaço", e depois substituísse a palavra "corpos" por "substâncias de tal e tal espécie": porquanto "corpo" e "uma substância de tal e tal espécie" significam uma só e a mesma coisa. Assim, o nosso homem teria repetido a palavra "substância" e, por conseguinte, nenhuma das propriedades seria corretamente formulada. Para fins construtivos, ao contrário, é preciso evitar sempre a repetição do mesmo termo, pois então a propriedade terá sido corretamente formulada a esse respeito. Assim, por exemplo, como quem propôs "animal capaz de receber conhecimento" como uma propriedade do homem evitou repetir várias vezes o mesmo termo, a esse respeito a propriedade terá sido corretamente formulada.

Depois disso, para fins de refutação, veja-se se o adversário incluiu na enunciação da propriedade algum termo que seja um atributo essencial. Porque um termo que não distingue o seu sujeito de outras coisas é inútil, e distinguir é ofício próprio da linguagem das "propriedades", como também o é da linguagem das "definições". No caso em apreço, portanto, a propriedade não terá sido corretamente formulada. Por exemplo, quem diz que é uma propriedade do conhecimento o ser uma “concepção incontrovertível por via de argumentação, devido à sua unidade”, usa na enunciação da propriedade um termo dessa espécie, a saber: "unidade", que é um atributo universal; e por isso mesmo a propriedade do conhecimento não pode ter sido corretamente formulada. Para fins construtivos, pelo contrário, trate-se de evitar qualquer termo que seja comum a tudo e de usar um termo que distinga o sujeito de

alguma coisa: pois nesse caso a propriedade terá sido, a esse respeito, corretamente formulada. Assim, por exemplo, como quem diz que é uma propriedade da "criatura vivente" o "possuir uma alma" não usa nenhum termo que seja comum a todas as coisas, é, a esse respeito, correto formular a "posse de uma alma" como sendo uma propriedade da "criatura vivente".

A seguir, a fim de refutar ou demolir uma opinião, veja-se se ele propõe mais de uma propriedade da mesma coisa sem advertência prévia de que o está fazendo; pois nesse caso a propriedade não terá sido corretamente formulada. Com efeito, assim como no caso da definição não se deve fazer nenhum acréscimo à expressão que indica a essência, também no caso das propriedades não se deve propor nada mais além da expressão que constitui a propriedade mencionada. Por exemplo: o homem que afirma ser uma propriedade do fogo o ser "o corpo mais rarefeito e mais leve" expressa mais de uma propriedade (pois cada um destes termos é um predicado verdadeiro tão-somente do fogo); por isso, não pode ser uma propriedade corretamente formulada do fogo o ser "o mais rarefeito e mais leve dos corpos". A fim de assentar um ponto de vista, por outro lado, evite-se apresentar mais de uma propriedade da mesma coisa, limitando-se a uma só: pois assim a propriedade terá sido corretamente formulada a esse respeito. Por exemplo, o homem que diz ser uma propriedade do líquido o "ser um corpo adaptável a todas as formas" apresenta como propriedade do líquido um caráter único e não vários, de modo que a propriedade de "líquido" é, a esse respeito, corretamente formulada.

Veja-se também, com vistas na refutação, se ele empregou o próprio sujeito cuja propriedade está formulando, ou alguma de suas espécies: pois nesse caso a propriedade não terá sido corretamente formulada. Porque a propriedade é formulada a fim de que as pessoas possam entender; ora, o sujeito em si mesmo continua tão ininteligível quanto era no começo, ao passo que qualquer de suas espécies lhe é posterior e, portanto, não é mais inteligível do que ele, Logo, não é possível entender nada mais quando se usam esses termos. Por exemplo: quem diz que é uma propriedade de "animal" o ser "a substância a que pertence 'homem' como espécie" emprega uma dessas espécies, e por conseguinte a propriedade não pode ter sido formulada. Para fins construtivos, ao contrário, procure-se evitar a introdução quer do próprio sujeito, quer de uma de suas espécies, pois assim a propriedade terá sido, a esse respeito, corretamente formulada. Por exemplo, o homem que enunciou como propriedade de uma criatura vivente o ser "composta de alma e corpo" evitou introduzir entre os demais termos tanto o próprio sujeito como qualquer de suas espécies, e, por conseguinte, a propriedade de "criatura vivente" foi corretamente formulada.

A seguir, com o propósito de refutar, veja-se se ele enunciou como propriedade alguma coisa que nem sempre acompanha o sujeito, mas às vezes deixa de ser sua propriedade; pois nesse caso a propriedade não terá sido corretamente formulada. Com efeito, a consequência disso será não haver nenhuma necessidade de que o nome do sujeito seja também verdadeiro de qualquer coisa à qual verificarmos que pertence tal atributo, nem tampouco de que o nome do sujeito seja falso de qualquer coisa a que ele não pertencer. Além disso, mesmo depois que o adversário formulou a propriedade não ficará claro se esta realmente lhe pertence, visto tratar-se de uma espécie de atributo que pode faltar: e, assim, a propriedade não será evidente. Por exemplo, quem diz ser propriedade de animal "mover-se às vezes e outras vezes ficar imóvel" formula o tipo de propriedade que às vezes não é propriedade, de forma que esta não pode ter sido corretamente formulada. Para fins construtivos, por outro lado, é preciso propor alguma coisa que deva ser sempre e necessariamente uma propriedade: pois então esta terá sido corretamente formulada a esse respeito. Assim, por exemplo, o homem que afirma ser uma propriedade da virtude o ser "aquilo que torna bom o seu possuidor" apresenta como propriedade algo que sempre acompanha o seu sujeito, de modo que a propriedade da virtude foi, a esse respeito, corretamente formulada.

A seguir, para fins de refutação, devemos ver se ao apresentar uma propriedade do momento atual ou presente ele se esqueceu de avisar explicitamente que está se referindo a uma propriedade do momento atual; pois, do contrário, a propriedade não terá sido corretamente formulada. Porque, em primeiro lugar, todo procedimento que não seja costumeiro requer sempre uma advertência preliminar explícita; e é procedimento habitual de toda a gente apresentar como propriedade algum atributo que acompanhe sempre o seu sujeito. Em segundo lugar, o homem que se esquece de avisar explicitamente que é a propriedade do momento atual que pretende formular está sendo obscuro, e nunca se deve dar ocasião a críticas desfavoráveis. Assim, por exemplo, quem afirma ser propriedade de um determinado homem o "estar sentado com Fulano" expressa a propriedade do momento atual e, portanto, não pode ter formulado corretamente a propriedade, visto que a descreveu sem nenhuma advertência prévia. Para fins construtivos, por outra parte, tenha-se o cuidado, ao expressar a propriedade do momento atual, de avisar previamente que se trata de uma propriedade do momento atual: pois só assim a propriedade terá sido corretamente formulada a esse respeito. O homem que diz, por exemplo, ser propriedade de um indivíduo particular o "estar caminhando agora" faz essa distinção no seu asserto, e, por conseguinte, a propriedade é corretamente formulada.

A seguir, para o fim de rebater um ponto de vista, veja-se se o adversário expressou uma propriedade de tal índole que sua adequação ao sujeito não seja evidente a não ser pela sensação, visto que em tal caso a propriedade não foi corretamente formulada. Pois a verdade é que todo atributo sensível, uma vez retirado da esfera da sensação, torna-se incerto e não é claro que ele continue a pertencer ao seu sujeito, pelo fato de ser evidenciado unicamente pela sensação. Este princípio será verdadeiro no caso de todo atributo que não acompanhe sempre e necessariamente o seu sujeito. Assim, por exemplo, quem declara que é uma propriedade do Sol o ser "a mais brilhante estrela que se move acima da Terra" usa, ao descrever a propriedade, uma expressão desse tipo, a saber: "mover-se acima da Terra", a qual é evidenciada pela sensação. Por isso mesmo a propriedade não pode ter sido corretamente formulada, pois será incerto, depois que o Sol se põe, se ele continua a mover-se acima da Terra, uma vez que durante esse período nos falta a sensação. Para fins construtivos, é preciso tomar o cuidado de expressar uma propriedade que não seja óbvia à sensação, ou, se ela for sensível, que evidentemente pertença por necessidade ao sujeito, pois então a propriedade terá sido corretamente formulada a esse respeito. Assim, por exemplo, quem afirma que é propriedade de uma superfície o ser "a coisa primeira que recebe a cor"



introduz no predicado uma qualidade sensível, "receber a cor", mas, apesar disso, uma qualidade que manifestamente sempre pertence ao seu sujeito; portanto, a propriedade de "superfície" foi, a esse respeito, corretamente formulada.

Igualmente, para fins de refutação, veja-se se ele apresentou a definição como sendo uma propriedade, pois nesse caso a propriedade não terá sido corretamente formulada, visto que a propriedade de uma coisa não deve manifestar a sua essência, Assim, por exemplo, quem afirma ser propriedade do homem o ser "um animal bípede que caminha" apresenta uma propriedade que significa a essência do homem, de modo que essa propriedade não pode ter sido corretamente formulada. Para fins construtivos, ao contrário, deve-se cuidar de que a propriedade expressa forme um predicado conversível com o seu sujeito, sem, contudo, significar a sua essência; pois assim a propriedade terá sido, a esse respeito, corretamente formulada. Por exemplo, quem diz que é uma propriedade do homem o ser um "animal naturalmente civilizado" expressa propriedade de modo que seja conversível com o seu sujeito, sem, contudo, significar a sua essência, de modo que a propriedade de "homem" é, a esse respeito, corretamente formulada.

No propósito de refutar veja-se, também, se ele expressou a propriedade sem haver colocado o sujeito dentro de sua essência. Porquanto nas propriedades, assim como nas definições, o primeiro termo a ser expresso deve ser o gênero e o resto acrescentado imediatamente a este, distinguindo o seu sujeito das demais coisas. Portanto, a propriedade que não é expressa desta maneira não pode ter sido corretamente formulada. Assim, por exemplo, o homem que diz ser propriedade de uma criatura vivente o "possuir uma alma" não colocou "criatura vivente" dentro da sua essência, e por isso a propriedade de uma criatura vivente não pode ter sido corretamente formulada. Para fins construtivos, por outro lado, deve-se primeiro colocar dentro da sua essência o sujeito cuja propriedade está sendo apresentada, e acrescentar então o resto: desse modo, a propriedade terá sido corretamente formulada. Quem afirmar, por exemplo, que é propriedade do homem o "ser um animal capaz de receber conhecimento" terá expresso a propriedade depois de colocar o sujeito dentro da sua essência, e assim a propriedade de "homem" terá sido corretamente formulada a esse respeito.

A investigação sobre se a propriedade foi ou não corretamente formulada deve, pois, ser conduzida pelos meios que apontamos. Por outro lado, a questão sobre se aquilo que se afirma é uma propriedade ou não o é em absoluto deve ser examinada de acordo com os pontos de vista que vamos expor agora. Os tópicos que estabelecem de maneira absoluta que a propriedade foi corretamente formulada serão os mesmos que fazem dela uma autêntica propriedade. Portanto, adotaremos para estes últimos o mesmo método de exposição.

Em primeiro lugar, pois, para fins de refutação, veja-se cada sujeito de que o contendor afirmou a propriedade, observando, por exemplo, se ela não pertence em absoluto a nenhum deles, ou se não é verdadeira deles sob esse aspecto particular, ou se não é uma propriedade de cada um deles com respeito ao caráter do qual se expressou a propriedade; pois, em qualquer desses casos, o que se afirmou como propriedade não será tal. Assim, por exemplo, como não é verdadeiro dizer que um geômetra "não pode ser enganado por um argumento" (pois um geômetra pode enganar-se quando a sua figura foi mal traçada), não pode ser uma propriedade do homem de ciência o não se deixar enganar por um argumento. Para fins construtivos, por outro lado, veja-se se a propriedade proposta é verdadeira em todos os casos, e verdadeira sob esse aspecto particular; pois então o que se negou fosse uma propriedade será uma propriedade. Assim, por exemplo, como a descrição "um animal capaz de receber conhecimento" é verdadeira de todo homem, e verdadeira dele enquanto homem, será uma propriedade do homem o ser "um animal capaz de receber conhecimento" (Este tópico significa: para fins de refutação, deve-se ver se a descrição não é verdadeira daquilo de que é verdadeiro o nome, ou se o nome não é verdadeiro daquilo de que é verdadeira a descrição; para fins construtivos, ao contrário, deve-se cuidar que a descrição também se predique daquilo de que se predica o nome, e que o nome também se predique daquilo de que se predica a descrição).

Também é preciso ver, a fim de refutar alguma coisa, se a descrição não se aplica àquilo a que se aplica o nome e se o nome não se aplica àquilo a que se aplica a descrição, pois, nesse caso, o que se apresentou como propriedade não será uma propriedade. Assim, por exemplo, como a descrição "um ser vivente que participa do conhecimento" é verdadeira de Deus, enquanto "homem" não se predica de Deus, o ser "um ser vivente que participa do conhecimento" não pode ser um predicado do homem. Por outro lado, quando se pretende estabelecer um ponto de vista, é preciso cuidar que o nome também se

predique daquilo de que se predica a descrição, e que a descrição se predique daquilo de que se predica o nome. Pois então o que se afirma não ser uma propriedade será uma propriedade. Por exemplo, o predicado "criatura viva" se aplica com verdade àquilo de que é verdadeiro o "possuir uma alma", e o "possuir uma alma" é verdadeiro daquilo a que se aplica com verdade o predicado "criatura viva"; logo, "possuir uma alma" será uma propriedade de "criatura viva".

A seguir, para fins de refutação, veja-se se o adversário apresentou um sujeito como propriedade daquilo que é descrito como estando "no sujeito"; pois, nesse caso, o que ele afirmou ser uma propriedade não será uma propriedade. Assim, por exemplo, como quem propõe "fogo" como propriedade do "corpo que tem as partículas mais rarefeitas" apresenta o sujeito como uma propriedade do seu próprio predicado, "fogo" não pode ser uma propriedade do "corpo que possui as partículas mais rarefeitas". A razão pela qual o sujeito não pode ser uma propriedade daquilo que nele se encontra e que, se assim fosse, a mesma coisa seria propriedade de várias coisas especificamente distintas. Porquanto a mesma coisa possui um número considerável de predicados especificamente distintos que pertencem exclusivamente a ela, e se apresentarmos a propriedade dessa forma, o sujeito se predicará de todos eles. Para fins construtivos, deve-se ver se o que é apresentado como propriedade do sujeito se encontra neste: pois então o que o adversário afirmou não ser uma propriedade será uma propriedade, se se predicar somente das coisas de que se afirma ser uma propriedade. Assim, por exemplo, quem afirma ser uma propriedade da "terra" o ser "especificamente o corpo mais pesado" apresenta como propriedade do sujeito alguma coisa que se diz pertencer exclusivamente ao sujeito em questão e dele se predica da maneira pela qual é predicada uma propriedade; de modo que a propriedade da terra terá sido corretamente enunciada.

E igualmente, para fins de refutação, veja-se se ele apresentou a propriedade como alguma coisa de que participa o sujeito; pois nesse caso o que foi apresentado como propriedade não será uma propriedade. Com efeito, um atributo de que o sujeito participa é parte constituinte da sua essência; e um atributo desse tipo seria uma diferença pertinente a alguma espécie determinada. Por exemplo, como quem diz que "caminhar com dois pés" é uma propriedade do homem apresenta a propriedade como alguma coisa de que participa o sujeito, "caminhar com dois pés" não pode ser uma propriedade de "homem". Para fins construtivos, por outro lado, evite-se apresentar a propriedade como alguma coisa de que o sujeito participa, ou que expresse a sua essência, embora o sujeito seja conversível com ela: pois então

o que o adversário afirmou não ser uma propriedade será uma propriedade. Assim, por exemplo, quem diz que ser "naturalmente senciente" é uma propriedade de "animal" não apresenta a propriedade nem como alguma coisa de que o sujeito participa, nem como algo que expressa a sua essência, embora o sujeito se predique conversivelmente com ela; e, por conseguinte, ser "naturalmente senciente" será uma propriedade de animal.

E também, para fins de refutação, veja-se se a propriedade não pode pertencer simultaneamente, mas deve pertencer ou como posterior, ou como anterior ao atributo descrito pelo nome; pois nesse caso o que se afirmou ser uma propriedade não o será - ou nunca, ou nem sempre. Assim, por exemplo, como é possível que o atributo "estar atravessando a praça do mercado" pertença a um objeto como anterior ou posterior ao atributo "homem", "estar atravessando a praça do mercado" não pode ser uma propriedade de "homem" - ou nunca, ou nem sempre. Para fins construtivos, por outro lado, é preciso ver se o predicado pertence sempre e por necessidade simultaneamente ao sujeito, sem ser nem uma definição, nem uma diferença: pois então o que o outro afirmou não ser uma propriedade será uma propriedade. Assim, por exemplo, o atributo "animal capaz de receber conhecimento" sempre e por necessidade pertence simultaneamente com o atributo "homem" ao sujeito, sem ser nem uma diferença, nem uma definição de seu sujeito; e, por conseguinte, "animal capaz de receber conhecimento" será uma propriedade de "homem".

A fim de refutar um ponto de vista, veja-se também se a mesma coisa deixa de ser uma propriedade de coisas que são idênticas ao sujeito, na medida em que são idênticas: pois nesse caso o que se afirmou ser uma propriedade não será uma propriedade. Assim, por exemplo, como não é propriedade de um "objeto adequado de busca" o "parecer bom a certas pessoas", tampouco poderá ser esta uma propriedade do "desejável", pois "objeto adequado de busca" e "desejável" significam a mesma coisa. Para fins construtivos, por outro lado, veja-se se a mesma coisa é propriedade de algo mais que seja idêntico ao sujeito, na medida em que é idêntico. Pois, nesse caso, o que se afirmou não ser uma propriedade será uma propriedade. Assim, por exemplo, como se diz que é propriedade de um homem, na medida em que é um homem, o "possuir uma alma tripartida", também será propriedade de um mortal, na medida em que é um mortal, o "possuir uma alma tripartida". Este tópico é também útil ao tratar-se do acidente, uma vez que os mesmos atributos devem ou pertencer ou não pertencer às mesmas coisas na medida em que são as mesmas.

Igualmente, para fins de refutação, veja-se se a propriedade de coisas que são idênticas em espécie ao sujeito nem sempre é idêntica em espécie à propriedade alegada; porque, nesse caso, tampouco o será a que se afirma ser propriedade do sujeito em apreço. Assim, por exemplo, na medida em que um homem e um cavalo são idênticos em espécie, e nem sempre é propriedade de um cavalo levantar-se por sua própria iniciativa, não poderia ser propriedade de um homem o mover-se por sua própria iniciativa, porquanto levantar-se e mover-se por sua própria iniciativa são idênticos em espécie pelo fato de pertencerem a cada um deles na medida em que ambos são "animais". Para fins construtivos, por outro lado, é preciso ver se, das coisas que são idênticas em espécie ao sujeito, a propriedade que é idêntica à propriedade alegada é sempre verdadeira: pois nesse caso o que se afirma não ser uma propriedade será uma propriedade. Assim, por exemplo, visto que ser "um bípede que caminha" é uma propriedade do homem, também será propriedade da ave o ser "um bípede voador": pois cada um destes é idêntico em espécie, na medida em que um par tem a identidade de espécies que se incluem no mesmo gênero, pertencendo ambas ao gênero "animal", enquanto o outro par tem a identidade de diferença do mesmo gênero, a saber: "animal". Este tópico é enganoso sempre que uma das propriedades mencionadas pertence a uma espécie exclusivamente enquanto a outra pertence a muitas, como "quadrúpede que caminha".

Como "o mesmo" e "diferente" são termos que se usam em diversos sentidos, é coisa trabalhosa enunciar a um perguntador sofisticado uma propriedade que pertence exclusivamente a uma dada coisa. Porque o atributo que pertence a alguma coisa qualificada por um acidente também pertencerá ao acidente tomado em conjunto com o sujeito ao qual qualifica: por exemplo, um atributo que pertence a "homem" pertencerá também a "homem branco", se tal houver, e o que pertence a "homem branco" também pertencerá a "homem". Poder-se-ia, pois, fazer críticas capciosas à maioria das propriedades, apresentando o sujeito como sendo uma coisa em si mesmo e outra coisa quando acompanhado de seu acidente, dizendo, por exemplo, que "homem" é uma coisa e "homem branco" é outra, e representando, além disso, como diferentes um certo estado e o que se denomina de acordo com esse estado. Pois um atributo pertence de igual maneira ao estado e ao que recebe seu nome desse estado, e o que pertence ao que recebe seu nome de um estado pertencerá também ao próprio estado: por exemplo, como a condição do cientista é denominada de acordo com a sua ciência, não poderia ser uma propriedade da "ciência" o ser "incontrovertível por meio de um argumento", pois se assim fosse o cientista também seria incontrovertível por meio de um

argumento. Para fins construtivos, no entanto, deve-se dizer que o sujeito de um acidente não difere absolutamente do acidente tomado em combinação com o seu sujeito, embora se chame a isso “outra” coisa porque o modo de ser dos dois é diferente: pois não é a mesma coisa um homem ser um homem e um homem branco ser um homem branco. Além disso, devem-se observar também todas as inflexões e formas derivadas, e fazer ver que a descrição do homem de ciência está errada: não se deveria dizer que “isso”, mas sim que “ele” é incontrovertível por um argumento; e que a descrição de ciência também está errada, pois não se deveria dizer que “isso”, mas sim que “ela” é incontrovertível por um argumento. Com efeito, contra um objetante que não recua diante de nada a defesa tampouco deve recuar diante de nada.

A seguir, para fins de refutação, deve-se verificar se, tencionando enunciar um atributo que pertence naturalmente ao seu sujeito, o contendor o expressa, na sua linguagem, de maneira a indicar um atributo que pertence àquele invariavelmente: pois, nesse caso, se admitirá geralmente que o que se apresentou como uma propriedade foi invalidado. Assim, por exemplo, quem diz que "bípede" é uma propriedade do homem tenciona expressar o atributo que lhe pertence naturalmente, mas em realidade a sua expressão indica um atributo que invariavelmente pertence ao sujeito: desse ponto de vista, "bípede" poderia não ser uma propriedade do homem, pois nem todo homem possui dois pés. Para fins construtivos, por outro lado, se o que se pretende enunciar é uma propriedade que pertence naturalmente ao sujeito, deve-se indicar isso ao exprimi-la, pois então a propriedade não será invalidada a esse respeito. Assim, por exemplo, quem enuncia como propriedade de "homem" a expressão "um animal capaz de receber conhecimento" tanto tenciona indicar como indica, pela sua linguagem a propriedade que pertence por natureza ao sujeito, e assim "um animal capaz de receber conhecimento" não será invalidado nem se demonstrará que não é, a esse respeito, uma propriedade do homem.

Além disso, no tocante a todas as coisas que se denominam primeiramente de acordo com uma outra ou primeiramente em si mesmas, é difícil enunciar a propriedade de tais coisas. Porque, se enunciamos uma propriedade que pertence ao sujeito que se denomina de acordo com alguma outra coisa, ela será igualmente verdadeira do seu sujeito primeiro, ao passo que, se a enunciamos com referência ao sujeito primeiro, ela se predicará também da coisa que se denomina de acordo com este. Assim, por exemplo, se apresentamos "colorido" como uma propriedade de "superfície", "colorido" também será verdadeiro do corpo; e, se a afirmamos do "corpo", ela se predicará também de "superfície". Portanto, o nome não se predicará também com verdade daquilo de que se predica com verdade a descrição.

Com respeito a algumas propriedades, geralmente acontece incorrer-se em algum erro por não se ter definido de que maneira e a que coisas se afirma que a propriedade pertence. Pois todos procuram enunciar como propriedade de uma coisa algo que lhe pertence naturalmente, como "bípede" pertence a "homem", ou atualmente, como "ter quatro dedos" pertence a um homem particular, ou especificamente, como "formado das partículas mais rarefeitas" pertence a "fogo", ou de maneira absoluta, como "vida" a "ser vivente", ou uma propriedade que pertence a alguma coisa unicamente na medida em que

ela é denominada de acordo com outra coisa, como "sabedoria" a "alma", ou, pelo contrário, primeiramente, como "sabedoria" à "faculdade racional", ou porque a coisa se encontra num determinado estado, como "incontrovertível por argumento" pertence a "cientista" (pois simples e unicamente pelo motivo de se encontrar em determinado estado será ele "incontrovertível por argumento"), ou por ser esse o estado possuído por alguma coisa, como "incontrovertível por argumento" pertence a "ciência", ou porque o sujeito participa dela, como "sensação" pertence a "animal" (porque outras coisas também possuem sensação, como por exemplo o homem, mas isso porque já participam de "animal"), ou porque ela participa de alguma outra coisa, como "vida" pertence a uma espécie particular de "ser vivente". Por conseguinte, comete um erro quem deixa de acrescentar a palavra "naturalmente", pois aquilo que pertence naturalmente pode deixar de pertencer à coisa a que pertence por natureza, como, por exemplo, é propriedade natural do homem o possuir dois pés; e, inversamente, erra aquele que não faz uma advertência prévia de que está enunciando um atributo atual, pois um dia esse atributo poderá não ser o que é agora: damos como exemplo a posse de quatro dedos por um homem. E erram, do mesmo modo, os que não previnem de que estão afirmando que uma coisa é tal e tal primeiramente, ou de que a chamam assim de acordo com outra coisa, pois nesse caso tampouco o nome será verdadeiro daquilo de que se predica com verdade a descrição, como sucede com "colorido" quando se enuncia como uma propriedade de "superfície" ou de "corpo". Erra, além disso, quem não anuncia previamente ter atribuído uma propriedade a uma coisa, ou porque esta possui um estado, ou porque é um estado possuído por outra coisa: pois nesse caso não será uma propriedade. Com efeito, supondo-se que ele atribua a propriedade a uma coisa como sendo um estado possuído, ela pertencerá ao que possui esse estado; e, supondo-se que a atribua ao que possui esse estado, ela pertencerá ao estado possuído, como sucede com "incontrovertível por argumento" quando enunciado como uma propriedade da "ciência" ou do "cientista". E também erra quem não indicou previamente que a propriedade pertence ao sujeito porque a coisa participa de algo ou algo participa dela, pois nesse caso a propriedade também pertencerá a outras coisas determinadas. Com efeito, se ele a atribui porque algo participa do seu sujeito, ela pertencerá às coisas que participam deste; ao passo que, se a atribui porque o seu sujeito participa de alguma outra coisa, ela pertencerá às coisas de que este participa, como, por exemplo se dissesse que "vida" é uma propriedade de "uma classe particular de ser vivo". E erra, do mesmo, quem não distinguiu expressamente a propriedade que pertence de maneira específica, porque então a propriedade pertencerá apenas a uma das coisas incluídas sob o termo a que ele a atribuiu: pois superlativo pertence a



uma só, por exemplo "o mais leve" quando aplicado a "fogo". Ocorre também, às vezes, que um homem cometa um erro mesmo quando expressa a condição "especificamente". Porque as coisas em questão devem pertencer todas a uma espécie sempre que se acrescenta a palavra "especificamente"; e em alguns casos isso não acontece, como, aliás, é o caso do "fogo". Com efeito, fogo não é sempre da mesma espécie: as brasas, a chama e a luz, por exemplo, são todas "fogo", mas de diferentes espécies. A razão pela qual, sempre que se acrescenta "especificamente", não deve haver nenhuma outra espécie além da mencionada, é que, no caso de havê-la, a propriedade em apreço pertencerá a algumas delas em grau maior e a outras em grau menor, como sucede com o "ser formado das partículas mais rarefeitas" no caso do fogo, dado que a luz é formada de partículas mais rarefeitas do que as brasas ou a chama. E isso não deve acontecer, a menos que o nome também se predique em grau maior daquilo de que é mais verdadeira a descrição; de outra forma, não se terá observado a regra de que onde a descrição é mais verdadeira também o nome deve ser mais verdadeiro. Além disso, o mesmo atributo será propriedade tanto do termo que o possui de maneira absoluta como do elemento desse termo que a possui em mais alto grau, como ocorre com a propriedade de "consistir nas partículas mais rarefeitas" no caso do "fogo": pois esse mesmo atributo será também propriedade da luz, uma vez que é a luz que "consiste nas partículas mais rarefeitas". Se, pois, alguém enunciar uma propriedade dessa maneira, devemos contesta-la; e, quanto a nós, não devemos dar ensejo a tal objeção, mas definir de que modo afirmamos a propriedade no próprio ato de afirmá-la.

A seguir, para fins de refutação, deve-se verificar se ele apresentou alguma coisa como propriedade de si mesma: pois, nesse caso, o que foi enunciado como propriedade não será uma propriedade. Com efeito, uma coisa sempre manifesta por si mesma a sua essência, e o que manifesta a essência não é uma propriedade, mas uma definição. Assim, por exemplo, quem diz que "formoso" é uma propriedade de "belo" enuncia o termo como uma propriedade de si mesmo (já que a mesma coisa são "belo" e "formoso"), de modo que "formoso" não pode ser uma propriedade de "belo". Para fins construtivos, ao contrário, deve-se evitar o enunciado de uma coisa como propriedade de si mesma, mas sempre afirmando um predicado conversível: pois então o que se negou fosse uma propriedade será uma propriedade. Por exemplo, quem enuncia "substância animada" como propriedade de "criatura viva" não enunciou "criatura viva" como propriedade de si mesma, mas apresentou um predicado conversível, de modo que "substância animada" será uma propriedade de "criatura viva".

A seguir, tratando-se de coisas constituídas de partes semelhantes, deve-se verificar, para fins de refutação, se a propriedade do todo não é verdadeira da parte ou se a da parte não se predica do todo: pois então o que se enunciou como propriedade não será propriedade. Em alguns casos assim acontece, pois ao enunciar uma propriedade de coisas constituídas de partes semelhantes um homem tem em vista, por vezes, o todo, ao passo que outras vezes pode referir-se ao que se predica da parte; e em nenhum desses casos se expressou corretamente a propriedade. Tomemos um exemplo referente ao todo: quem afirma que é uma propriedade do "mar" o ser "o maior volume de água salgada" enuncia a propriedade de alguma coisa que é formada de partes semelhantes, mas expressa um atributo de tal tipo que não pode ser verdadeiro da parte (pois um mar particular não é "o maior volume de água salgada"); e assim, "o maior volume de água salgada" não pode ser uma propriedade do "mar". Tomemos agora um exemplo referente à parte: quem diz que é uma propriedade do "ar" o ser "respirável" enuncia a propriedade de algo que é constituído de partes semelhantes, mas afirma um atributo tal que, embora se predique com verdade de algum ar, não é predicável do todo (pois a totalidade do ar não é respirável), de modo que "respirável" não pode ser uma propriedade de "ar". Para fins construtivos, deve-se verificar se, ao mesmo tempo que o atributo é predicável de cada uma das coisas constituídas de partes semelhantes, é também uma propriedade das mesmas tomadas como um todo coletivo; pois nesse caso o que se afirmou que não era uma propriedade será uma propriedade. Assim, por exemplo, ao mesmo tempo que é verdadeiro da terra em toda parte que ela naturalmente cai para baixo, também é uma propriedade das várias partes particulares da terra tomadas como "a Terra", de forma que será uma propriedade da terra o "cair naturalmente para baixo".

A seguir, examinando a propriedade do ponto de vista dos opostos, e, em primeiro lugar (a), dos contrários, verifique-se, para fins de refutação, se o contrário do termo enunciado não é uma propriedade do sujeito contrário. Pois, nesse caso, tampouco o contrário do primeiro será uma propriedade do contrário do segundo. Assim, por exemplo, como a injustiça é o contrário da justiça, e o mais objeto mal do mais alto bem, mas "ser o mais alto bem" não é uma propriedade da "justiça", tampouco "ser o mais objeto mal" pode ser uma propriedade da "injustiça". Para fins construtivos, por outro lado, deve-se ver se o contrário é a propriedade do contrário: pois então o contrário do primeiro será uma propriedade do contrário do segundo. Assim, por exemplo, dado que o mal é o contrário do bem e o reprovável do desejável, e "desejável" é uma propriedade do "bem", "reprovável" será uma propriedade do "mal".

Em segundo lugar (b), considerando a propriedade do ponto de vista dos opostos relativos, verifique-se, para fins de refutação, se o correlativo do termo proposto não é uma propriedade do correlativo do sujeito; pois, nesse caso, tampouco o correlativo do primeiro será uma propriedade do correlativo do segundo. Assim, por exemplo, como "dobro" é relativo a "metade" e "excedente" a "excedido", ao passo que "excedente" não é uma propriedade de "dobro", tampouco "excedido" será uma propriedade de "metade". Para fins construtivos, por outro lado, veja-se se o correlativo da propriedade alegada é uma propriedade do correlativo do sujeito: pois nesse caso o correlativo do primeiro será uma propriedade do correlativo do segundo: por exemplo, como "dobro" é relativo a "metade" e a proporção 1:2 é relativa à proporção 2:1, ao passo que é uma propriedade do "dobro" o estar "na proporção de 2 para 1", será uma propriedade de "metade" o estar "na proporção de 1 para 2".

Em terceiro lugar (c), para fins de refutação, veja-se se um atributo descrito em termos de um estado (x) não é uma propriedade do estado proposto (Y): pois, nesse caso, tampouco o atributo descrito em termos da privação de X será uma propriedade da privação de Y. E também se, por outro lado, um atributo descrito em termos da privação de X não é uma propriedade da privação dada de Y, tampouco o atributo descrito em termos do estado X será uma propriedade do estado Y. Assim, por exemplo, como não se predica como uma propriedade da "surdez" o ser uma "ausência de sensação", tampouco poderá ser uma propriedade da "audição" o ser uma "sensação". Para fins construtivos, por outro lado, veja-se se um atributo descrito em termos de um estado (X) é uma propriedade do estado proposto (Y); pois, nesse caso, também o atributo descrito em termos da privação de X será uma

propriedade da privação de Y. E, igualmente, se um atributo descrito em termos da privação de X é uma propriedade da privação de Y, também o atributo descrito em termos do estado X será uma propriedade do estado Y. Assim, por exemplo, como "ver" é uma propriedade da "visão", na medida em que possuímos visão, o "não ver" seria uma propriedade da "cegueira" na medida em que não possuíssemos a visão que devíamos naturalmente possuir.

A seguir, considere-se a propriedade do ponto de vista dos termos positivos e negativos, e primeiro (a) do ponto de vista dos predicados tomados em si mesmos. Este tópico é também útil para fins de refutação. Assim, por exemplo, veja-se se o termo positivo ou o atributo descrito em termos dele é uma propriedade do sujeito: pois, nesse caso, o termo negativo, ou o atributo descrito em termos do mesmo, não será uma propriedade do sujeito. E também se, por outro lado, o termo negativo ou o atributo descrito em termos dele é uma propriedade do sujeito, então o termo positivo ou o atributo descrito em termos do mesmo não será uma propriedade do sujeito: por exemplo, como "animado" é uma propriedade de "criatura viva", "inanimado" não pode ser uma propriedade do mesmo sujeito.

Em segundo lugar (b), considere-se a propriedade do ponto de vista dos predicados, positivos ou negativos, e de seus respectivos sujeitos; e veja-se, para fins de refutação, se o termo positivo não é uma propriedade do sujeito positivo: pois, nesse caso, tampouco o termo negativo será uma propriedade do sujeito negativo. E, por outro lado, se o termo negativo não é uma propriedade do sujeito negativo, tampouco será o termo positivo uma propriedade do sujeito positivo. Assim, por exemplo, como "animal" não é uma propriedade de "homem", tampouco "não-animal" poderá ser uma propriedade de "não-homem". E inversamente, se "não-animal" parece não ser uma propriedade de "não-homem", tampouco "animal" será uma propriedade de "homem". Para fins construtivos, por outro lado, deve-se verificar se o termo positivo é uma propriedade do sujeito positivo; porque então o termo negativo será também uma propriedade do sujeito negativo. E inversamente, se o termo negativo é uma propriedade do sujeito negativo, o positivo será também uma propriedade do sujeito positivo. Assim, por exemplo, como "não viver" é uma propriedade do "ser não-vivente", "viver" será uma propriedade do "ser vivente"; e inversamente, se "viver" parece ser uma propriedade de "ser vivente", "não viver" também parecerá ser uma propriedade de "ser não-vivente".

Em terceiro lugar (c), examine-se a predicação sob o ponto de vista dos sujeitos tomados em si mesmos e veja-se, para fins de refutação, se a

propriedade proposta é uma propriedade do sujeito positivo: porque então o mesmo termo não será também uma propriedade do sujeito negativo. E, por outro lado, se o termo proposto for uma propriedade do sujeito negativo, não será uma propriedade do positivo. Assim, por exemplo, como "animado" é uma propriedade de "criatura vivente", o mesmo atributo não pode ser uma propriedade de "criatura não-vivente". Para fins construtivos, ao contrário, se o termo expresso não é uma propriedade do sujeito afirmativo, será uma propriedade do negativo. Este tópico é, contudo, enganoso, pois um termo positivo não é uma propriedade de um termo negativo, nem um negativo de um positivo. Com efeito, um termo positivo não pertence em absoluto a um negativo, enquanto um termo negativo, embora pertença a um positivo, não lhe pertence como uma propriedade.

Examine-se a seguir a predicação sob o ponto de vista dos membros coordenados de uma divisão e veja-se, para fins de refutação, se nenhum dos membros coordenados (paralelos à propriedade alegada) é uma propriedade de algum dos restantes membros coordenados (paralelos ao sujeito): pois em tal caso tampouco o termo proposto será uma propriedade daquilo de que se afirma sê-lo. Assim, por exemplo, como "ser vivente sensível" não é uma propriedade de nenhum dos outros seres viventes, "ser vivente inteligível" não pode ser uma propriedade de Deus. Para fins construtivos, por outro lado, veja-se se um ou outro dos restantes membros coordenados (paralelos com a propriedade proposta) é uma propriedade de cada um destes membros coordenados (paralelos ao sujeito), pois em tal caso o restante também será uma propriedade daquele de que se negou fosse uma propriedade. Assim, por exemplo, como é uma propriedade da "sabedoria" ser essencialmente "a virtude natural da faculdade racional", então, tomando-se da mesma maneira cada uma das demais virtudes, seria uma propriedade da "temperança" o ser essencialmente "a virtude natural da faculdade do desejo".

A seguir, sob o ponto de vista dos derivados, examine-se, para fins de refutação, se o derivado da propriedade alegada não é uma propriedade do derivado do sujeito: pois, nesse caso, tampouco se poderá predicar do sujeito a propriedade alegada. Assim, por exemplo, como "belamente" não é uma propriedade de "justamente", tampouco "belo" será uma propriedade de "justo". Para fins construtivos, ao contrário, será preciso certificar-se de que o derivado da propriedade proposta é uma propriedade do derivado do sujeito pois, nesse caso, também a propriedade proposta pertencerá ao sujeito. Assim, por exemplo, como "bípede andante" é uma propriedade de homem, também será uma propriedade de qualquer homem "enquanto homem" o ser descrito "como um bípede andante". Não só com relação ao termo atualmente mencionado se devem tornar em consideração os derivados, mas também no que concerne aos seus opostos, exatamente como ficou estabelecido nos anteriores tópicos ou lugares. Assim, para fins de refutação, veja-se se o derivado do oposto da propriedade alegada não é uma propriedade do derivado do oposto do sujeito; pois, nesse caso, tampouco o derivado da primeira será uma propriedade do segundo. Assim, por exemplo, como "bem" não é uma propriedade de "justamente", tampouco "mal" pode ser uma propriedade de "injustamente". Para fins construtivos, por outro lado, deve-se examinar se o derivado do oposto da propriedade originalmente sugerida é uma propriedade do derivado do oposto do sujeito original; pois, nesse caso, também o derivado da primeira será uma propriedade do derivado do segundo. Por exemplo, como "o melhor" é uma propriedade do "bom", "o pior" será também uma propriedade do "mau".

Examine-se igualmente, do ponto de vista das coisas que guardam entre si uma relação semelhante, e veja-se, para fins de refutação, se o que tem uma relação semelhante à da propriedade enunciada não é uma propriedade do que tem uma relação semelhante à do sujeito; pois, nesse caso, tampouco será a primeira uma propriedade do segundo. Assim, por exemplo, como a relação do construtor para com a produção de uma casa é semelhante à do médico para com a produção da saúde, e não é propriedade de um médico o produzir a saúde, tampouco poderá ser uma propriedade do construtor o produzir uma casa. Para fins de estabelecer um ponto de vista, deve-se ver se o que guarda uma relação semelhante à da propriedade proposta é uma propriedade do que tem uma relação semelhante à do sujeito; pois então o que tem uma relação semelhante à do primeiro (como, por exemplo, a propriedade proposta) será uma propriedade do que tem uma relação semelhante à do segundo (como, por

exemplo, o sujeito). Assim, por exemplo, como a relação de um médico para com a posse da capacidade de produzir saúde é semelhante à do treinador para com a posse da capacidade de produzir vigor, e é uma propriedade do treinador possuir essa capacidade, também será uma propriedade do médico possuir a capacidade de produzir saúde.

A seguir, examine-se a predicação do ponto de vista das coisas que se relacionam identicamente entre si e veja-se, para fins de refutação, se o predicado que se relaciona de maneira idêntica com dois sujeitos não é uma propriedade do sujeito que se relaciona com ele de maneira idêntica à do sujeito em questão; pois, em tal caso, tampouco esse predicado será uma propriedade do sujeito que se relaciona com ele de maneira idêntica à do primeiro. Se, por outro lado, o predicado que se relaciona identicamente com os dois sujeitos é uma propriedade do sujeito que se relaciona com ele de maneira idêntica à do sujeito em questão, não será uma propriedade daquilo que se afirmou ser uma propriedade. (Assim, por exemplo, como a prudência se relaciona de maneira idêntica ao nobre e ao vil, visto ser o conhecimento de ambos, e não é uma propriedade da prudência o ser o conhecimento do nobre, tampouco pode ser uma propriedade sua o conhecimento do vil. Se, por outro lado, é uma propriedade da prudência o ser o conhecimento do nobre, não pode ser uma propriedade sua o ser o conhecimento do vil.) Com efeito, é impossível que a mesma coisa seja propriedade de mais de um sujeito. Para fins construtivos, por outro lado, este tópico não tem utilidade alguma, uma vez que o que está "identicamente relacionado" é um predicado único em processo de comparação com mais de um sujeito.

A seguir, para fins de refutação, veja-se se o predicado qualificado pelo verbo "ser" não é uma propriedade do sujeito qualificado pelo verbo "ser"; pois, nesse caso, tampouco a corrupção de um deles será uma propriedade do outro qualificado pelo verbo "ser corrompido", nem a "geração" de um será uma propriedade do outro qualificado pelo verbo "ser gerado". Assim, por exemplo, como não é propriedade do "homem" o ser um "animal", tampouco poderia ser uma propriedade de "tornar-se um homem" o "tornar-se um animal", nem poderia ser a "corrupção de um animal" uma propriedade da "corrupção de um homem". De maneira análoga, devem-se também derivar argumentos da "geração" para o "ser" e o "ser bem assim como do "ser corrompido" para o "ser" e para a "geração", exatamente como acabamos de deriva-los do "ser" para a "geração" e o "ser corrompido". Para fins de estabelecer um ponto de vista, por outro lado, veja-se se o sujeito expresso sob a qualificação do verbo "ser" possui como propriedade o predicado expresso sob a mesma qualificação: pois nesse caso também o sujeito qualificado pelo

verbo "ser gerado" terá como propriedade o predicado qualificado pelo mesmo verbo, e o sujeito qualificado pelo verbo "ser corrompido" terá como propriedade o predicado expresso com essa qualificação. Assim, por exemplo, como é uma propriedade do homem o "ser mortal", será uma propriedade "da geração de um homem" a "geração de um mortal", e da "corrupção de um homem" a "corrupção de um mortal". De maneira análoga, devem-se também derivar argumentos de "ser gerado" e "ser corrompido" para "ser", exatamente como se indicou para fins de refutação.

Considere-se, depois, a "idéia" do sujeito proposto e veja-se, para fins de refutação, se a propriedade sugerida não pertence à "idéia" em questão, ou se deixa de pertencer-lhe em virtude daquela característica que lhe vale a descrição de que se enunciou a propriedade: pois, nesse caso, o que se afirmou ser uma propriedade não será tal. Assim, por exemplo, como o "estar em repouso" não se predica do "homem - em - si - mesmo" enquanto "homem", mas enquanto "idéia", não pode ser uma propriedade do "homem" o "estar em repouso". Para fins construtivos, por outro lado, veja-se se a propriedade em questão pertence à idéia, e se lhe pertence sob aquele aspecto em virtude do qual se predica dele aquela característica de que se afirmou que o predicado em questão não era uma propriedade: pois, nesse caso, o que se negou fosse uma propriedade será uma propriedade. Assim, por exemplo, como pertence à "criatura-viva-em-si-mesma" o ser composta de alma e corpo, e, ademais, isso lhe pertence enquanto "criatura viva", será uma propriedade de "criatura viva" o ser composta de alma e corpo.



A seguir, examine-se sob o ponto de vista dos graus maiores e menores, e primeiro (a), para fins de refutação, veja-se se o que é mais P não é uma propriedade do que é mais S, pois nesse caso tampouco o que é menos P será uma propriedade do que é menos S, nem o que é o menos-P-de-todos do que é o menos-S-de-todos, nem o que é o mais-P-de-todos do que é o mais-S-de-todos, nem simplesmente P o será de simplesmente S. Assim, por exemplo, como o ser mais colorido não é uma propriedade do que é mais corpo, nem o ser menos colorido poderá ser uma propriedade do que é menos corpo, nem o ser colorido poderá ser em absoluto uma propriedade de corpo. Para fins construtivos, ao contrário, veja-se se o que é mais P é uma propriedade do que é mais S, pois então o que é menos P será uma propriedade do que é menos S, e o menos-P-de-todos do que é menos-S-de-todos, e o que é mais-P-de-todos do que é mais-S-de-todos, e simplesmente P será uma propriedade de simplesmente S. Assim, por exemplo, como um grau mais alto de sensação é uma propriedade de um grau mais alto de vida, um grau inferior de sensação também será uma propriedade de um grau inferior de vida, e o grau supremo do grau supremo, e o grau ínfimo do grau ínfimo, e a simples sensação será uma propriedade da simples vida.

Deve-se também considerar o argumento passando da predicação simples aos mesmos tipos qualificados de predicação e ver, para fins de refutação, se o simples P não é uma propriedade do simples S; pois então, nem mais P o será de mais S, nem menos P de menos S, nem o mais-P-de-todos do mais-S-de-todos, nem tampouco o menos-P-de-todos do menos-S-de-todos. Assim, por exemplo, como "virtuoso" não é uma propriedade de "homem", tampouco poderá "mais virtuoso" ser uma propriedade do que é mais "humano". Para fins construtivos, por outro lado, veja-se se o simples P é uma propriedade do simples S; pois, nesse caso, mais P também será uma propriedade de mais S, e menos P de menos S, e P-ao-mínimo de S-ao-mínimo, e P-ao-máximo e S-ao-máximo. Assim, por exemplo, a tendência de mover-se naturalmente para cima é uma propriedade do fogo, e portanto uma tendência maior de mover-se naturalmente para cima será uma propriedade do que é mais ígneo. E da mesma maneira se devem considerar todas essas questões de grau também do ponto de vista dos outros.

Em segundo lugar (b), para fins de refutação, veja-se se a propriedade mais provável não se predica do sujeito mais provável; pois, nesse caso, tampouco a propriedade menos provável se predicará do sujeito menos provável. Por exemplo, como a "percepção" tem mais probabilidades de ser

uma propriedade "animal" do que o "conhecimento" de "homem", e a percepção não é uma propriedade de "animal", tampouco o conhecimento poderá ser uma propriedade de "homem". Para fins construtivos, inversamente, deve-se ver se a propriedade menos provável se predica do sujeito menos provável, pois então a propriedade mais provável se predicará também do sujeito mais provável. Assim, por exemplo, como o "ser naturalmente civilizado" tem menos probabilidades de ser uma propriedade do homem do que tem o "viver" de um animal, e é uma propriedade do homem o ser naturalmente civilizado, também será uma propriedade do animal o viver.

Em terceiro lugar (c), veja-se se o predicado não é uma propriedade daquilo de que tem mais probabilidades de sê-lo: pois, nesse caso, tampouco será uma propriedade daquilo de que tem menos probabilidades de sê-lo; ao passo que, se for uma propriedade do primeiro, não o será do segundo. Por exemplo, como "ser colorido" tem mais probabilidades de ser propriedade de uma "superfície" do que de um "corpo", e não é propriedade de uma superfície, "ser colorido" não poderia ser uma propriedade de "corpo"; ao passo que, se é propriedade de uma "superfície", não poderia ser propriedade de um "corpo". Para fins construtivos, por outro lado, este tópico não tem nenhuma utilidade, pois é impossível que a mesma coisa seja propriedade de mais de uma coisa.

Em quarto lugar (d), para fins de refutação, veja-se se aquilo que mais probabilidades tem de ser uma propriedade de um dado sujeito não é propriedade sua; pois, nesse caso, o que tem menos probabilidades tampouco o será. Por exemplo, como "sensível" tem mais probabilidades do que "divisível" de ser uma propriedade de "animal", e "sensível" não é uma propriedade de animal, tampouco "divisível" poderá sê-lo. Para fins construtivos, ao contrário, devemos ver se o que menos probabilidades tem de ser uma propriedade do sujeito é uma propriedade; pois, então, o que mais probabilidades tem de sê-lo também será uma propriedade. Assim, por exemplo, como "sensação" tem menos probabilidades de ser uma propriedade de "animal" do que "vida", e "sensação" é uma propriedade de animal, "vida" também será uma propriedade de animal.

A seguir, é preciso examinar a propriedade do ponto de vista dos atributos que pertencem de igual maneira ao sujeito, e em primeiro lugar (a) para fins de refutação, veja-se se o que seria com igual fundamento uma propriedade deixa de ser uma propriedade daquilo de que com igual fundamento seria uma propriedade; pois, em tal caso, o atributo que com igual fundamento que esse seria uma propriedade do seu sujeito tampouco será uma propriedade deste.

Por exemplo, como o "desejar" é com igual fundamento uma propriedade da faculdade do desejo como o "raciocinar" é uma propriedade da faculdade da razão, e o desejar não é uma propriedade da faculdade do desejo, o raciocinar tampouco poderá ser uma faculdade da razão. Para fins construtivos, por outro lado, veja-se se aquilo que com igual fundamento seria uma propriedade do seu sujeito o é; pois, em tal caso, aquilo que com igual fundamento que esse seria uma propriedade do seu sujeito também o será. Por exemplo, como o ser "a sede primeira da sabedoria" seria uma propriedade da "faculdade racional" com igual fundamento que o ser "a sede primeira da temperança" seria uma propriedade da "faculdade do desejo", e é uma propriedade da faculdade da razão o ser a sede primeira da sabedoria, também será uma propriedade da faculdade do desejo o ser a sede primeira da temperança.

Em segundo lugar (b), para fins de refutação, veja-se se aquilo que com igual razão seria uma propriedade de alguma coisa deixa de sê-lo; pois, em tal caso, tampouco o será aquilo que com igual razão seria uma propriedade da mesma coisa. Por exemplo, como "ver" e com igual razão que "ouvir" uma propriedade do homem, e "ver" não é uma propriedade do homem, tampouco "ouvir" pode ser uma propriedade dele. Para fins construtivos, por outro lado, veja-se se aquilo que com igual razão seria uma propriedade do sujeito o é efetivamente; pois, em tal caso, aquele atributo que com igual razão que o primeiro seria uma propriedade do sujeito o será também. Por exemplo, se o ser a possessoria primeira de uma parte que deseja seria com igual razão uma propriedade da alma que o ser a possessoria primeira de uma parte que raciocina, e é uma propriedade da alma o ser a possessoria primeira de uma parte que deseja, também será uma propriedade sua o ser a possessoria primeira de uma parte que raciocina.

Em terceiro lugar (c), para fins de refutação, veja-se se o atributo não é uma propriedade daquilo de que seria uma propriedade com igual razão que de outra coisa; pois, em tal caso, tampouco será uma propriedade dessa outra coisa; e, mesmo que seja uma propriedade da primeira, não o será da segunda. Por exemplo, como "queimar" seria com igual razão uma propriedade de "chama" como de "carvão em brasas", e "queimar" não é uma propriedade de chama, tampouco pode ser uma propriedade das brasas; ao passo que, se de fato é uma propriedade da chama, nem por isso poderá ser uma propriedade das brasas. Para fins construtivos, entretanto, este tópico não tem utilidade.

A regra baseada nas coisas que guardam relação semelhante difere da regra que se baseia nos atributos que pertencem de igual maneira por que o primeiro ponto se estabelece por analogia e não pela reflexão sobre a

pertinência de algum atributo, ao passo que o segundo se aquilata por uma comparação baseada na pertinência de um atributo.

A seguir, para fins de refutação, veja-se se, ao expressar a propriedade potencialmente, o contendor, em virtude dessa potencialidade, a expressou também em relação a alguma coisa que não existe, quando a potencialidade em questão não pode pertencer ao que não existe: pois em tal caso o que se afirma ser uma propriedade não será tal. Por exemplo, quem diz que "respirável" é uma propriedade de "ar", por um lado expressa potencialmente a propriedade (pois é "respirável" aquilo que é de tal qualidade que pode ser respirado), e, por outro lado, também expressa a propriedade em relação ao que não existe: pois pode existir ar sem que exista nenhum animal constituído de tal maneira que seja capaz de respira-lo, e não será possível respira-lo se não existir nenhum animal; e assim, tampouco será uma propriedade do ar o ser de tal qualidade que possa ser respirado quando não existe nenhum animal capaz de respira-lo donde se segue que "respirável" não pode ser uma propriedade do ar.

Para fins construtivos, é preciso ver se, ao expressar potencialmente a propriedade, ele a expressa quer em relação a alguma coisa que existe, quer a alguma coisa que não existe, quando a potencialidade em questão pode pertencer ao que não existe; porque, em tal caso, o que se afirmou não ser uma propriedade será uma propriedade. Por exemplo, quem expressa como uma propriedade de "ser" "tanto a capacidade de ser objeto de ação como a de agir", ao expressar a propriedade potencialmente, expressou-a em relação a algo que existe: pois quando o "ser" existe, tanto será capaz de ser objeto de ação como de agir de certa maneira: e assim, "tanto a capacidade de ser objeto de ação como a de agir" será uma propriedade de "ser".

A seguir, para fins de refutação, deve-se observar se o contendor expressou a propriedade no superlativo; pois, nesse caso, o que se afirmou ser uma propriedade não será uma propriedade. Com efeito, os que expressam a propriedade dessa maneira vêm a descobrir que, do objeto de que é verdadeira a descrição, o nome, por seu lado, não é verdadeiro: pois, ainda que o objeto pereça, a descrição continuará de pé, pelo fato de pertencer de modo muito estreito a algo que existe. Suponhamos, por exemplo, que alguém proponha "o corpo mais leve" como uma propriedade do "fogo": pois, mesmo que o fogo seja destruído, restará sempre alguma forma de corpo que seja o mais leve, de modo que "o corpo mais leve" não poderá ser uma propriedade do fogo. Para fins construtivos, evite-se expressar a propriedade do superlativo: pois então a propriedade terá sido, a esse respeito, corretamente formulada. Assim, por

exemplo, como quem afirma que "um animal naturalmente civilizado" é uma propriedade do homem não expressa a propriedade no superlativo, a propriedade terá sido, a esse respeito, corretamente formulada.

## *Livro VI*

A discussão das definições divide-se em cinco partes. Pois é preciso demonstrar ou (1) que não é em absoluto verdadeiro aplicar também a expressão àquilo a que se aplica o termo (já que a definição de homem deve ser verdadeira de todo e qualquer homem); ou (2) que, embora o objeto tenha um gênero, o nosso contendor não colocou o objeto definido no seu gênero, ou não o colocou no gênero apropriado (pois quem formula uma definição deve primeiro colocar o objeto no seu gênero e depois acrescentar as suas diferenças, visto que, de todos os elementos da definição, o gênero é geralmente considerado como a marca principal da essência daquilo que se define); ou (3) que a expressão usada não é peculiar ao objeto (pois, como já dissemos anteriormente, uma definição deve ser peculiar); ou, então, (4) deve-se ver se, embora tenha observado todas as precauções acima, ele não conseguiu definir o objeto, isto é, expressar a sua essência. (5) Resta ainda, à parte das considerações já mencionadas, ver se ele o definiu, porém de modo incorreto.

Assim, pois, deve-se examinar se a expressão não é também verdadeira daquilo de que se predica com verdade o termo de acordo com as regras ou lugares relativos ao acidente. Pois ali também a questão é sempre: "é tal e tal coisa verdadeira ou falsa?" Com efeito, sempre que afirmamos a pertinência de um acidente, declaramo-lo verdadeiro, e, sempre que afirmamos que ele não pertence ao sujeito, declaramo-lo falso. Se, por outro lado, o contendor não soube colocar o objeto no gênero apropriado, ou a expressão não é peculiar ao objeto, devemos examinar o caso de acordo com os tópicos que dizem respeito ao gênero e à propriedade.

Resta, pois, mostrar como se deve investigar se o objeto não foi definido em absoluto ou se o foi incorretamente. Em primeiro lugar, pois, examinaremos se ele foi definido incorretamente, pois em todas as coisas isso é mais fácil do que fazê-lo corretamente. Como é natural, cometem-se mais erros nesta última tarefa devido à sua maior dificuldade. Por isso mesmo, o ataque se torna mais fácil no segundo caso do que no primeiro.

Há duas classes de incorreção: primeiro (1), o uso de uma linguagem obscura (pois a linguagem usada numa definição deve ser a mais clara possível, uma vez que todo o objetivo de sua formulação consiste em dar a conhecer alguma coisa); segundo (2), quando a expressão usada é mais longa do que o necessário, já que todo acréscimo feito a uma definição é supérfluo. Por sua vez, cada uma das classes mencionadas se divide em vários ramos.

Uma regra ou lugar no tocante à obscuridade é: ver se o significado que a definição tem em vista envolve uma ambigüidade em relação a algum outro, por exemplo: "a geração é uma passagem para o ser", ou então "a saúde é o equilíbrio dos elementos quentes e frios". Aqui, "passagem" e "equilíbrio" são termos ambíguos, de modo que não fica claro a qual dos sentidos possíveis do termo o definidor se refere. O mesmo acontece se o termo definido se usa em diversos sentidos e ele fala sem fazer distinção entre estes: pois em tal caso não se sabe bem a qual deles se aplica a definição dada, e pode-se então fazer uma objeção capciosa alegando que a definição não vale para todas as coisas que ele pretendeu definir; e isso é particularmente fácil quando o definidor não percebe a ambigüidade dos seus termos. Ou, por outro lado, o próprio adversário pode distinguir os vários sentidos do termo expresso na definição e depois apresentar o seu argumento contra cada um deles, pois, se a expressão usada não é adequada ao sujeito em nenhuma de suas acepções, é evidente que ele não pode tê-lo definido corretamente em qualquer sentido.

Outra regra é: ver se ele usou uma expressão metafórica, como, por exemplo, se definiu o conhecimento como "insuplantável", ou a terra como uma "nutriz", ou a temperança como uma "harmonia". Porquanto uma expressão metafórica é sempre obscura. Também se pode argumentar sofisticamente contra quem usa uma expressão metafórica como se ele a tivesse empregado no sentido literal: pois a definição proposta não se aplicará ao termo definido, como, por exemplo, no caso da temperança, uma vez que a harmonia ocorre sempre entre notas musicais. Além disso, se a harmonia fosse o gênero da temperança, o mesmo objeto pertenceria a dois gêneros dos quais nenhum contém o outro: porquanto a harmonia não contém a virtude, nem a virtude contém a harmonia. Veja-se, igualmente, se ele emprega termos que não são familiares, como quando Platão descreve o olho como "frontiumbrado", ou uma certa aranha como "uncivirosa", ou a medula dos ossos como "ossifacta", pois uma expressão rebuscada é sempre obscura.

Às vezes uma expressão não se usa nem de maneira ambígua, nem metafórica, nem tampouco literal, como quando se diz que a lei é a "medida" ou a "imagem" das coisas que são justas por natureza. Tais expressões são piores do que metáforas, pois estas últimas tornam, até certo ponto, claro o seu significado, devido à semelhança que encerram. Com efeito, os que usam metáforas sempre o fazem tendo em vista uma certa semelhança, ao passo que esta espécie de expressão não esclarece nada, pois não há nenhuma semelhança que justifique a descrição da lei como uma "medida" ou



"imagem", nem a lei é comumente assim denominada em sentido literal. E assim, o homem que diz que a lei é literalmente uma "medida" ou "imagem" emprega uma expressão falsa, pois uma imagem é uma coisa produzida por imitação, e tal não é o caso da lei. Se, por outro lado, ele não entende o termo na sua acepção literal, é evidente que usou uma expressão obscura e, além de obscura, pior do que qualquer espécie de expressão metafórica.

Veja-se, além disso, se, partindo da expressão usada, a definição do contrário não é clara; pois as definições que foram corretamente formuladas indicam também os seus contrários. Ou, então, deve-se ver se, quando é simplesmente formulada por si mesma, não mostra com evidência aquilo que define, assim como, nas obras dos pintores antigos, se não havia uma inscrição, as figuras eram geralmente irreconhecíveis.

Se, portanto, a definição não é clara, deve-se examiná-la das maneiras que indicamos. Se, por outro lado, ela foi expressa com redundância, veja-se em primeiro lugar se o definidor usou algum atributo que se predique universalmente, quer dos objetos reais em geral, quer de todos os que se incluem no mesmo gênero que o objeto definido, pois a menção de um tal atributo é, sem a menor dúvida, redundante. Com efeito, o gênero deve distinguir o objeto das coisas em geral e a diferença, de qualquer das outras coisas contidas no mesmo gênero. Ora, nenhum termo que pertença a tudo que existe separa o objeto dado absolutamente de coisa alguma, enquanto aquele que pertence a todas as coisas incluídas no mesmo gênero não o separa de nenhuma destas. Todo acréscimo deste tipo será, pois, despropositado.

Veja-se também se, embora o que se acrescentou possa ser peculiar ao termo dado, mesmo quando, se elimina esse acréscimo o resto da expressão continua a ser peculiar e põe em evidência a essência do termo. Assim, na definição de homem, a adição de "capaz de receber conhecimento" é, supérflua; pois, mesmo quando a eliminamos, a expressão é ainda peculiar ao termo e torna clara a sua essência. Falando em geral, é supérfluo tudo aquilo cuja remoção não impede que o resto deixe bem claro o termo que se está definindo. Assim, por exemplo, seria também a definição da alma se se dissesse que ela é "um número que se move a si mesmo"; pois a alma é simplesmente "o que se move a mesmo", como a definiu Platão. Ou talvez a expressão usada, embora apropriada, não declare a essência se se eliminar a palavra "número". É difícil determinar com clareza qual dos dois seria mais certo; a maneira correta de tratar todos esses casos é guiar-se pela conveniência. Assim, por exemplo, diz-se que a definição da fleuma é a "unidade não digerida que primeiro se desprende do alimento". Aqui, o acréscimo da expressão "não digerida" é supérfluo, visto que o "primeiro" é um e não vários, de forma que mesmo quando se omite "não digerida", a definição continua sendo peculiar ao sujeito, pois seria impossível que tanto fleuma como também alguma outra coisa fosse a primeira a desprender-se do alimento. Ou talvez a fleuma não seja de maneira absoluta a primeira coisa a produzir-se do alimento, mas apenas a primeira das matérias não digeridas, de modo que o acréscimo de "não digerida" seria necessário; porquanto, expressa da outra maneira, definição não será verdadeira, a menos que a fleuma seja a primeira de todas as coisas a produzir-se.

Veja-se, além disso, se alguma coisa contida na definição não se aplica a tudo que se inclui na mesma espécie, pois esse tipo de definição é pior do que

aqueles que incluem um atributo aplicável a todas as coisas universalmente. Com efeito, neste último caso, se o resto da expressão é peculiar ao sujeito, o todo lhe será também peculiar; porque absolutamente sempre que a alguma coisa peculiar se acrescenta algo que seja verdadeiro, o todo será também peculiar. Ao passo que, se alguma parte da expressão não se aplica a tudo que se inclui na mesma espécie, é impossível que a expressão como um todo seja peculiar ao objeto, pois não se predicaria de maneira conversível com este. Tomemos como exemplo "um animal bípede andante de seis pés de altura": uma expressão deste tipo não se predica de maneira conversível com o termo, porquanto o atributo "de seis pés de altura" não pertence a todas as coisas que se incluem na mesma espécie.

Veja-se, do mesmo modo, se ele disse a mesma coisa mais de uma vez, afirmando, por exemplo, que o "desejo" é uma "tendência que tem por objeto o agradável". Porque o desejo tem sempre como objeto "o agradável", de forma que tudo que for idêntico ao desejo terá também por objeto "o agradável". E assim, nossa definição do desejo vem a ser uma "tendência - que - tem - por - objeto - o - agradável que tem por objeto o agradável", pois a palavra "desejo" é o equivalente exato de "tendência que tem por objeto o agradável", de modo que ambos têm igualmente "por objeto o agradável". Ou talvez não haja nenhum absurdo nisso, pois considere-se o exemplo seguinte: "o homem é um bípede"; por conseguinte, tudo que for idêntico ao homem será um bípede; mas "um animal bípede que caminha é o mesmo que um homem, de modo que "um animal bípede que caminha é um bípede". Mas isto não encerra nenhum absurdo real, já que "bípede" não é um predicado de "animal que caminha", se o fosse teríamos certamente predicado "bípede" duas vezes da mesma coisa, mas em verdade o sujeito que afirmamos ser um bípede é "um animal bípede que caminha", de forma que a palavra "bípede" só é usada uma vez como predicado. E do mesmo modo também no caso de "desejo", pois não é a "tendência" que se diz "ter por objeto o agradável", mas antes a idéia inteira; e assim, também aqui a predicação só se faz uma vez. O absurdo ocorre não quando a mesma palavra é enunciada duas vezes, mas quando a mesma coisa é predicada mais de uma vez do sujeito - se ele disser, por exemplo como Xenócrates, que a sabedoria define e contempla a realidade: porque a definição é um certo tino de contemplação, e ao acrescentar em seguida as palavras "e contempla" ele diz a mesma coisa duas vezes. E falham da mesma maneira os que dizem que o "resfriamento" é "a privação do calor natural", pois toda privação é a privação de algum atributo natural, de forma que o acréscimo da palavra "natural" é supérfluo. Seria

suficiente dizer "privação de calor", pois que a palavra "privação" manifesta por si mesma que o calor a que se alude é o calor natural.

Veja-se, por outro lado, se, tendo-se mencionado um universal, acrescenta-se logo um caso particular do mesmo, por exemplo "a eqüidade é um restabelecimento do que é conveniente e justo"; pois o justo é um ramo do conveniente e está, por conseguinte, incluído neste último termo; por isso a sua menção é redundante, um aditamento do particular depois que já se afirmou o universal. E da mesma forma se ele define a "medicina" como o "conhecimento do que promove a saúde nos animais e nos homens" ou a "lei" como "a imagem do que é por natureza nobre e justo"; pois o justo é um ramo do nobre, de modo que o definidor diz a mesma coisa mais de uma vez.

Deve-se, pois, tratar de examinar se um homem define uma coisa correta ou incorretamente de acordo com as normas dadas e outras semelhantes. Mas, se ele mencionou e definiu ou não a sua essência, deve investigar-se como segue:

Em primeiro lugar, veja-se se ele não formulou a definição em termos que sejam anteriores e mais inteligíveis. Pois o motivo pelo qual se formula a definição é dar a conhecer o termo proposto, e não tornamos conhecidas as coisas usando termos quaisquer ao acaso, mas sim termos que sejam anteriores e mais inteligíveis, como se faz nas demonstrações (pois assim acontece em todo ensino e aprendizagem); é, pois, evidente que quem não define em termos desta espécie não define em absoluto. De outra forma, haveria mais de uma definição da mesma coisa: pois é claro que quem define em termos anteriores e mais inteligíveis também formula uma definição, e uma definição melhor, de modo que ambas seriam definições do mesmo objeto. Esta maneira de ver as coisas, porém, não encontra geralmente boa acolhida, visto que de cada objeto real a essência é uma só; se, pois, houvesse várias definições da mesma coisa, a essência do objeto seria idêntica à que se expressa em cada uma das definições, e essas expressões não são idênticas, uma vez que as definições são diferentes. Fica claro, portanto, que quem não definiu uma coisa em termos que sejam anteriores e mais inteligíveis não a definiu em absoluto.

A asserção de que uma definição não foi formulada em termos mais inteligíveis pode ser entendida em dois sentidos: ou supondo-se que tais termos sejam menos inteligíveis de forma absoluta, ou que sejam menos inteligíveis para nós: pois ambas essas interpretações são possíveis. Assim, de maneira absoluta, o anterior é mais inteligível do que o posterior - um ponto, por exemplo, do que uma linha, uma linha do que um plano, e um plano do que um sólido; e, da mesma forma, uma unidade é mais inteligível do que um número, pois ela é o primeiro e o ponto de partida de todos os números. Analogamente, uma letra mais inteligível do que uma sílaba. Todavia, em relação a nós acontece por vezes exatamente o contrário, pois o sólido é o que mais facilmente cai sob a nossa percepção - mais do que o plano, e o plano do que a linha, e a linha do que o ponto. Com efeito, a maioria das pessoas aprende coisas semelhantes às primeiras antes que as últimas, dado que qualquer inteligência comum é capaz de apreendê-las, ao passo que as outras requerem uma compreensão exata e excepcional.

Falando de maneira absoluta, pois, é preferível que se procure tornar conhecido o posterior por meio do anterior, visto que tal modo de proceder é mais científico. Naturalmente, quando se trata com pessoas incapazes de reconhecer as coisas assim apresentadas, talvez seja necessário formular a expressão em termos que sejam inteligíveis para elas. Entre as definições desta espécie encontram-se as do ponto, da linha e do plano, todas as quais explicam o anterior pelo posterior, dizendo que o ponto é o limite de uma linha, a linha de um plano e o plano de um sólido. Não deve, contudo, escapar à nossa observação que os que definem dessa maneira não podem manifestar a natureza essencial do termo que definem, a menos que aconteça ser a mesma coisa mais inteligível tanto para nós como de maneira absoluta, já que uma definição correta deve definir o sujeito mediante o seu gênero e as suas diferenças, e estes pertencem à ordem das coisas que são de maneira absoluta mais inteligíveis do que a espécie e anteriores a esta. Com efeito, anule-se o gênero e a diferença, e a espécie fica anulada com eles, de modo que os primeiros são anteriores à espécie.

São igualmente mais inteligíveis, pois que, se a espécie é conhecida, o gênero e a diferença devem necessariamente ser também conhecidos (por exemplo, quem sabe o que é homem, sabe também o que é um "animal" e o que é "caminhar"), ao passo que, se o gênero e a diferença são conhecidos, não se segue necessariamente que a espécie seja também conhecida: portanto, a espécie é menos inteligível. Além disso, aqueles que dizem que tais definições, isto é, as que partem do que é inteligível para este, aquele e aqueloutro homem, são real e verdadeiramente definições, terão de admitir que há várias definições de uma só e a mesma coisa. Pois a verdade é que diferentes coisas são mais inteligíveis para diferentes pessoas, e não as mesmas para todos; e assim, seria preciso formular uma definição diferente para cada pessoa particular, se as definições devem partir do que é mais inteligível para cada indivíduo. Além disso, para as mesmas pessoas, diferentes coisas são mais inteligíveis em diferentes ocasiões: antes de todos os sentidos; depois, quando se tornam mais argutas, o contrário; em vista disso, o que sustei que uma definição deve expressar-se por meio do que é mais inteligível indivíduos particulares não devem formular sempre a mesma definição nem sequer para a mesma pessoa. Na verdade, pois, evidente que a maneira correta de definir não é por meio de termos dessa espécie, mas sim do mais inteligível de maneira absoluta pois só assim poderá a definição sempre uma só e a mesma. Também além disso, o que é absolutamente inteligível seja o que é inteligível não todos, mas para aqueles que têm entendimento são, assim como o intelectualmente saudável é aquilo que é útil para os que desfrutam saúde. Todos os pontos semelhar

estes devem ser estabelecidos de forma muito precisa e utilizados no decorrer da discussão conforme a ocasião exija. A refutação de uma definição não terá certamente a aprovação se não houver sido formulada expressão nem a partir do que é lutamente mais inteligível, nem pouco do que é mais inteligível para nós.

Uma forma, pois, de não com termos mais inteligíveis é e~ o anterior por meio do posterior, observamos atrás<sup>25</sup>. Outra ocorre quando verificamos que mudou a definição do que está em repouso e é definido por meio de indefinido e está em movimento; que está em repouso e é definido anterior ao que é indefinido e em movimento.

Há três formas de falhar no e~ dos termos que são anteriores:

(1) A primeira delas ocorre quando se define o oposto por meio do seu oposto, por exemplo, o bem pelo mal, pois os opostos são sempre simultâneos por natureza. Há quem pense, aliás, que ambos são objetos da mesma ciência, de forma que um nem sequer seria mais inteligível do que o outro. Deve-se observar, entretanto, que talvez não seja possível definir certas coisas de outra maneira, como, por exemplo, o dobro sem a metade, e todos os termos que são essencialmente relativos: pois em todos os casos desse tipo o ser essencial consiste numa certa relação para com outra coisa, sendo impossível compreender um termo sem o outro, de forma que na definição de um deles o outro deve também ser incluído. Deve-se aprender a conhecer bem todas as questões semelhantes a esta e usá-las conforme a ocasião pareça exigir.

(2) Outra forma é usar o próprio termo definido. Isso passa despercebido quando não se usa o nome atual do objeto, como, por exemplo, quando alguém define o Sol como uma "estrela que aparece durante o dia". Porque, ao introduzir o "dia", ele introduz também o Sol. A fim de detectar erros desta sorte, troque-se a palavra pela sua definição, por exemplo, o "dia" pela "passagem do Sol sobre a Terra". Evidentemente, quem diz "a passagem do Sol sobre a Terra" diz "o Sol", de modo que ao introduzir o "dia" ele introduz também o Sol.

(3) Veja-se, por outro lado, se ele definiu um membro coordenado de uma divisão por meio de outro membro coordenado, por exemplo, um "número ímpar" como "aquele que excede de uma unidade um número par". Porque os membros coordenados de uma divisão que derivam do mesmo gênero são simultâneos por natureza, e "par" e "ímpar" são membros dessa espécie, sendo ambos diferenças de "número".

Veja-se, por fim, se ele definiu um termo superior mediante um termo subordinado, por exemplo: "um número par" como "um número divisível em metades", ou o "bem" como um "estado de virtude". Porquanto "metade" deriva de "dois", e "dois" é um número par; e, por outro lado, a virtude é também uma espécie de bem, de modo que os segundos termos são subordinados dos primeiros. Além disso, ao usar o termo subordinado é forçoso usar também o outro: pois quem emprega o termo "virtude" emprega também o termo "bem", dado que a virtude é uma espécie determinada de bem; e, do mesmo modo, quem emprega o termo "metade" emprega o termo "par", porque ser "dividido pela metade" significa ser dividido em dois, e dois é um número par.



Falando, pois, de modo geral, um dos tópicos diz respeito ao fato de não se formular a expressão por meio de termos que sejam anteriores e mais inteligíveis, e as subdivisões desse tópico são as que especificamos acima. Um segundo é se, estando o objeto incluído num gênero, ele não foi colocado dentro do seu gênero. Esta espécie de erro se verifica sempre que a essência do objeto não aparece em primeiro lugar na definição, por exemplo, na definição de "corpo" como "aquilo que possui três dimensões", ou na definição de "homem", supondo-se que alguém a formulasse assim, como "aquilo que sabe contar": pois não se indica o que é que possui três dimensões, nem o que é aquilo que sabe contar, enquanto a função do gênero é indicar precisamente isso, sendo ele o primeiro termo que se enuncia na definição.

Veja-se, além disso, se, usando-se o termo a ser definido em relação a muitas coisas, ele deixou de empregá-lo em relação a todas elas, como, por exemplo, se definiu a "gramática" como o "conhecimento de como escrever sob ditado": pois devia dizer que é também o conhecimento de como se deve ler. Pois, ao apresentá-la como o conhecimento da escrita", ele não a definiu melhor do que se tivesse dito que era o "conhecimento da leitura": com efeito, nenhuma das duas definições consegue o seu fim, mas somente aquela que menciona ambas essas coisas, visto ser impossível haver mais de uma definição da mesma coisa. No entanto, somente em alguns casos o que acabamos de dizer corresponde à verdadeira situação: em outros isso não acontece, como, por exemplo, no caso de todos os termos que não se usam essencialmente em relação a ambas as coisas, como se diz que a medicina trata da produção da doença e da saúde: pois ela trata essencialmente da última, e da primeira apenas por acidente, uma vez que é coisa absolutamente alheia à medicina produzir a doença. Aqui, pois, o homem que apresenta a medicina como relativa a ambas essas coisas não a define melhor do que aquele que menciona apenas uma. Em verdade, define-a talvez pior, pois qualquer indivíduo, além do médico, é capaz de produzir a doença.

Além disso, num caso em que o termo a ser definido se usa em relação a várias coisas, deve-se ver se ele o apresentou como relativo à pior e não à melhor, pois geralmente se pensa que toda forma de conhecimento e potencialidade é relativa ao melhor.

Além disso, se a coisa em questão não foi colocada no seu próprio gênero, deve-se examiná-la de acordo com as regras elementares relativas aos gêneros, como foi dito anteriormente.

Veja-se, finalmente, se ele usa uma linguagem que transgride os gêneros das coisas que define, apresentando, por exemplo, a justiça como um estado que produz "igualdade" ou "distribui o que é igual": pois ao defini-la assim ele ultrapassa a esfera da virtude e, deixando de lado o gênero da justiça, não expressa a sua essência: porque a essência de uma coisa deve, em todos os casos, incluir o seu gênero. O mesmo acontece quando o objeto não é colocado dentro do seu gênero mais próximo: pois o homem que o coloca dentro do gênero mais próximo afirma também todos os gêneros superiores, visto que todos estes se predicam do inferior. Assim, pois, ou o objeto deve ser colocado dentro do seu gênero mais próximo, ou então acrescentarem-se ao gênero superior todas as diferenças pelas quais se define o mais próximo. Pois nesse caso não se terá omitido nada: apenas se terá mencionado o gênero inferior por meio de uma expressão ao invés do seu nome. Por outro lado, quem menciona apenas o gênero superior em si mesmo não afirma também o gênero subordinado: ao dizer "planta" não se especifica "uma árvore".

No que diz respeito às diferenças, devemos examinar do mesmo modo se as que ele enuncia são as próprias do gênero. Porque, se um homem não definiu o objeto pelas diferenças que lhe são peculiares, ou se mencionou alguma coisa que seja completamente incapaz de ser a diferença do que quer que seja, como, por exemplo, "animal" ou "substância", é evidente que não definiu absolutamente o objeto, pois os termos que acabamos de indicar não diferenciam coisa alguma. Além disso, devemos ver se a diferença enunciada possui algo que seja coordenado com ela numa divisão; porque, a não ser assim, evidentemente o que se enunciou não pode ser uma diferença do gênero. Com efeito, um gênero é sempre dividido por diferenças que são membros coordenados de uma divisão, como, por exemplo, "animal" é dividido pelos termos "andante", "voador", "aquático" e "bípede". Ou então veja-se se, embora existindo a diferença contrastante, ela não se predica do gênero, pois em tal caso nenhuma das duas pode ser uma diferença deste: com efeito, as diferenças que são coordenadas numa divisão com a diferença de uma coisa se predicam todas do gênero de que se predica essa coisa. Deve-se examinar igualmente se, embora sendo ela verdadeira, sua adição ao gênero não vem formar uma espécie. porque, em tal caso, evidentemente não poderia ser uma diferença específica do gênero, já que uma diferença específica sempre forma uma espécie quando acrescentada ao gênero. Se, por outro lado, ela não for uma verdadeira diferença, tampouco o será a enunciada, visto ser membro de uma divisão coordenado com esta.

Examine-se, além disso, se ele divide o gênero por meio de uma negação, como os que definem a linha como "comprimento sem largura": pois isso significa simplesmente que ela não tem largura nenhuma. Daí resultará que o gênero participa da sua própria espécie: pois, como de toda e qualquer coisa ou a afirmação ou a negação é verdadeira, o comprimento deve sempre carecer de largura ou possuí-la, de modo que "comprimento", isto é, o gênero de "linha", terá largura ou carecerá dela. Mas "comprimento sem largura" é a definição de uma espécie, como também o será "comprimento com largura": porquanto "sem largura" e "com largura" são diferenças, e o gênero acompanhado da diferença constituem a definição da espécie. Donde se conclui que o gênero admitirá a definição da sua espécie. E, da mesma forma, admitirá também a definição da diferença, já que uma ou outra das diferenças mencionadas se predica necessariamente do gênero. A utilidade deste princípio se evidencia quando enfrentamos aqueles que afirmam a existência das "idéias": porque, se existe um comprimento absoluto, como poderá

predicar-se do gênero que possui largura ou que carece dela? Com efeito, para que seja verdadeira do "comprimento", uma das duas asserções terá de sê-lo universalmente; ora, isto contraria a realidade dos fatos, pois tanto existem comprimentos que possuem largura como comprimentos que carecem dela. Por isso, as únicas pessoas contra as quais se pode empregar a regra são as que afirmam que o gênero é sempre numericamente uno; e é exatamente isso o que fazem os que afirmam a existência real das "idéias", pois alegam que o comprimento absoluto e o animal absoluto são o gênero.

É possível que em alguns casos o definidor seja forçado a empregar também uma negação: por exemplo, ao definir privações. Porquanto "cego" designa uma coisa que é incapaz de ver quando, por natureza, deveria ver. Não há nenhuma diferença em dividir o gênero por meio de uma negação e dividi-lo por meio de uma afirmação que necessariamente terá uma negação como termo coordenado numa divisão: por exemplo, supondo-se que ele tenha definido alguma coisa como "comprimento que possui largura"; pois, numa divisão o coordenado daquilo que possui largura é o que carece de largura, e apenas esse, de modo que aqui também o gênero é dividido por meio de uma negação.

Veja-se, igualmente, se ele definiu a espécie como uma diferença, como fazem os que definem "contumélia" como "insolência acompanhada de zombaria"; porque zombar é um tipo de insolência, isto é, uma espécie e não uma diferença.

Deve-se, além disso, examinar se ele enunciou o gênero como uma diferença, por exemplo: "a virtude é um estado bom ou nobre", já que o "bom" ou o "bem" é o gênero de "virtude". Ou talvez "bom" não seja aqui o gênero e sim a diferença, fundando-nos no princípio de que a mesma coisa não pode encontrar-se em dois gêneros, nenhum dos quais contém o outro; pois "bem" não inclui "estado", nem este àquele: com efeito, nem todos os estados são bons, nem todos os bens são estados. Não seria possível, pois, que ambos fossem gêneros, e, por conseguinte, se "estado" é o gênero de virtude, evidentemente o "bem" não pode ser o seu gênero: deve ser, antes, a diferença. Além disso, "um estado" indica a essência da virtude, ao passo que "bom" não indica a essência, e sim uma qualidade; e indicar uma qualidade se considera geralmente como sendo a função da diferença. Veja-se, além disso, se a diferença enunciada indica antes um indivíduo do que uma qualidade; porque a opinião geral é que a diferença sempre exprime uma qualidade.

Verifique-se, também, se a diferença só acidentalmente pertence ao objeto definido. Porquanto a diferença nunca é um atributo acidental, como tampouco o é o gênero, e a diferença de uma coisa não pode pertencer e não pertencer juntamente ao seu sujeito.

Além disso, se ou a diferença ou a espécie, ou qualquer das coisas que estão subordinadas a esta, é predicável do gênero, o contendor não pode ter definido o termo. Com efeito, nenhum dos termos supramencionados pode predicar-se do gênero, visto ser este o termo que possui a maior extensão de todos. Veja-se, por outro lado, se o gênero se predica da diferença; porque a opinião geral é que o gênero não se predica da diferença, mas dos objetos de que se predica esta. "Animal", por exemplo, predica-se de "homem", ou de "boi", ou de qualquer outro animal que caminha, e não da própria diferença, o caminhar, que predicamos das espécies. Porque, se "animal" devesse predicar-se de cada uma de suas diferenças, "animal" se predicaria das espécies uma porção de vezes, visto que as diferenças são predicados das espécies. Além disso, as diferenças seriam todas ou espécies, ou indivíduos, se fosse verdade que são animais; pois cada animal é uma espécie ou um indivíduo.

Por outro lado, deve-se examinar também se a espécie ou algum dos objetos que nela se incluem é predicado da diferença: porquanto isso é impossível, visto ter a diferença uma extensão maior do que as várias espécies. Além disso, se dela se predica alguma das espécies, o resultado será que a diferença é uma espécie: se, por exemplo, "homem" se predica dessa maneira, a diferença é evidentemente a raça humana. Veja-se, por outro lado, se a diferença não é anterior à espécie, pois ela deve ser posterior ao gênero, mas anterior à espécie.

Veja-se, também, se a diferença mencionada pertence a um gênero diferente, que nem contenha o gênero em que a opinião geral é que a mesma diferença não pode ser usada em relação a dois gêneros não-subalternos. De outra forma, o resultado seria que a mesma espécie também se encontra em dois gêneros não-subalternos: pois cada uma das diferenças subentende o seu próprio gênero: por exemplo, "andante" e "bípede" subentendem ambos o gênero "animal". Se, pois, cada um dos gêneros é também verdadeiro daquilo de que se predica com verdade a diferença, daí se segue evidentemente que a espécie deve encontrar-se em dois gêneros não-subalternos. Ou talvez não seja impossível que a mesma diferença seja usada de dois gêneros não-subalternos, e devemos acrescentar as palavras: "exceto quando ambas são membros subordinados do mesmo gênero". Assim, "animal que caminha" e "animal voador" não são gêneros subalternos, e "bípede" é a diferença de ambos. As

palavras "a não ser que ambas sejam membros subordinados do mesmo gênero" devem, pois, ser acrescentadas: pois ambos esses gêneros são subordinados a animal. Partindo dessa possibilidade de usar a mesma diferença em relação a dois gêneros não-subalternos, torna-se evidente que não há necessidade de levar a diferença consigo o gênero inteiro a que pertence, mas somente um ou outro dos seus membros, juntamente com os gêneros que são mais elevados do que esse, da mesma forma que "bípede" leva consigo ou "animal volante", ou "animal que caminha".

Veja-se, também, se ele enunciou a "existência em" alguma coisa como a diferença essencial do sujeito; pois é opinião geral que a localização não pode diferenciar entre uma essência e outra. Por isso mesmo, muita gente condena os que dividem os animais em "andantes" e "aquáticos", fundando-se em que "andante" e "aquático" não fazem mais do que indicar a localização. Ou quiçá neste caso a censura seja imerecida, pois "aquático" não significa estar "em" alguma coisa, nem tampouco denota uma localização, mas uma certa qualidade: com efeito, mesmo que o animal se encontre em terra firme, ainda assim será um animal aquático; e, inversamente, um animal terrestre, mesmo que esteja na água, será ainda um animal terrestre e não aquático. Mas isso não impede que se cometa um erro grave sempre que a diferença denote realmente a existência em alguma coisa.

Examine-se, por outro lado, se ele apresentou uma afecção como sendo uma diferença; pois toda afecção destrói, ao intensificar-se, a essência da coisa, ao passo que a diferença não faz isso: pelo contrário, pensa-se geralmente que a diferença antes conserva aquilo que diferencia; e, além disso, é absolutamente impossível que uma coisa exista sem a sua diferença específica própria: porque, se não houver o "caminhar", não haverá "homem". Podemos, com efeito, assentar de maneira absoluta que uma coisa não pode ter como diferença o que quer que seja que a torne sujeita a alteração: pois tudo que for dessa espécie, quando intensificado, destruirá a sua essência. Portanto, o homem que apresenta uma diferença desse tipo comete um erro, pois nós não sofremos absolutamente alteração alguma com respeito às nossas diferenças.

Veja-se, igualmente, se ele deixou de apresentar a diferença de um termo relativo em relação a alguma outra coisa: pois as diferenças dos termos relativos são relativas elas próprias, como sucede também com o conhecimento. Este último se classifica como especulativo, prático e produtivo, e cada uma destas diferenças denota uma relação: pois o

conhecimento especula sobre alguma coisa, produz alguma coisa ou faz alguma coisa.

Verifique-se, outrossim, se o definidor apresenta cada termo relativo em relação à sua finalidade natural; pois, se bem que em alguns casos o termo relativo particular só possa ser usado em relação à sua finalidade natural e a nada mais, alguns também podem ser usados em relação a outra coisa. Assim, a vista só pode ser usada para ver, mas o estrígil, a pequena concha que se usa para limpar a pele no banho, também pode ser usado para apanhar água. No entanto, se alguém definisse o estrígil como um instrumento para apanhar água, cometeria um erro: pois essa não é a sua função natural. A definição da função natural de uma coisa é: "aquilo para que seria empregada pelo homem prudente, agindo como tal, e pela ciência que trata especialmente dessa coisa".

Ou então deve-se ver, sempre que um termo é usado numa variedade de relações, se ele deixou de expressá-lo na sua relação primária: por exemplo, definindo a "sabedoria" como a virtude do "homem" ou da "alma" ao invés da "faculdade racional", já que a sabedoria é primeiramente a virtude da faculdade racional, pois é devido a ela que se diz tanto do homem como da alma que são sábios.

Além disso, se a coisa de que se afirmou ser o termo definido uma afecção, uma disposição ou o que quer que seja é incapaz de admitir isso, o definidor cometeu um erro. Porque toda disposição e toda afecção se forma naturalmente naquilo de que é uma afecção ou disposição, como também o conhecimento se forma na alma, por ser um disposição desta. Às vezes, porém, as pessoas cometem erros graves em matéria desta sorte, como todos aqueles que dizem ser o "sono" uma "falha da sensação", ou a "perplexidade" um "estado de igualdade entre raciocínios contrários", ou a "dor" uma "ruptura violenta de partes que estão naturalmente unidas". Porque o sono não um atributo da sensação, como deveria ser se fosse uma falha desta. Nem tampouco é a perplexidade um atributo dos raciocínios opostos, ou a dor, das partes naturalmente unidas: pois nesse caso as coisas inanimadas sofreriam dor, visto que a dor estaria presente nelas. É também de um tipo semelhante a este a definição da "saúde", por exemplo, como um "equilíbrio dos elementos quentes e frios"; pois que, a ser assim, a saúde seria necessariamente manifestada pelos elementos quentes e frios: com efeito, um equilíbrio do que quer que seja é um atributo inerente àquelas coisas das quais é equilíbrio, de modo que a saúde seria um atributo desses elementos. Além disso, as pessoas que raciocinam dessa maneira tomam o efeito pela causa a causa pelo efeito. Pois a ruptura das partes naturalmente unidas não é dor, mas apenas uma

causa de dor; nem tampouco a falha da sensação é sono, mas um é a causa do outro, já que adormecemos porque nos falha a sensação, ou a sensação nos falha porque adormecemos. E, do mesmo modo, uma igualdade entre raciocínios contrários seria geralmente considerada uma causa da perplexidade: pois é quando refletimos sobre ambos os lados de uma questão e verificamos que todas as coisas estão igualmente em harmonia com as duas linhas de ação que ficamos perplexos e não sabemos qual delas escolher.

Além disso, tendo em vista todos os períodos de tempo, devemos examinar se há alguma discrepância entre a diferença e a coisa definida. Suponha-se, por exemplo, que o "imortal" seja definido como uma "coisa viva presentemente imune à destruição". Pois uma coisa viva que é "presentemente" imune à destruição será imortal "presentemente". É possível, aliás, que neste caso não se justifique tal conclusão devido à ambigüidade das palavras "presentemente imune à destruição": pois isto tanto pode significar que a coisa não foi destruída no presente momento como que não pode ser destruída presentemente ou que presentemente é tal que jamais poderá ser destruída. Sempre, pois, que dizemos que uma coisa viva é presentemente imune à destruição, queremos significar que ela é presentemente uma coisa viva de tal sorte que jamais será destruída; e isso equivale a dizer que ela é imortal, de forma que não se pretende dizer que é imortal apenas neste momento. Entretanto, sempre que o que se enunciou de acordo com a definição se predica do seu sujeito apenas no presente ou no passado, enquanto o que se pretende significar pela palavra não se predica assim, as duas coisas não podem ser a mesma. Por conseguinte, devemos ater-nos a esta norma ou lugar, conforme dissemos.



Deve-se também examinar se o termo que se está definindo se aplica ao sujeito em consideração de alguma coisa diferente da definição formulada. Suponha-se, por exemplo, uma definição da "justiça" como a "capacidade de distribuir o que é igual". Isto não estaria certo, pois a palavra "justo" se aplica antes ao homem que escolhe do que ao homem que é capaz de distribuir o que é igual, de modo que a justiça não poderia ser uma capacidade de distribuir o que é igual, pois em tal caso o homem mais justo seria aquele que maior capacidade tivesse de distribuir o que é igual.

Convém verificar, igualmente, se a coisa admite graus, enquanto o que se expressa de acordo com a definição não os admite, ou se, ao invés, o que se expressa de acordo com a definição admite graus enquanto a própria coisa não os admite. Porque ou ambos devem admiti-los, ou nenhum, se o que se expressa de acordo com a definição é realmente o mesmo que a coisa definida. Veja-se, além disso, se, embora ambos admitam graus, não crescem ou se tornam maiores juntamente: suponha-se, por exemplo, que o amor sexual seja o desejo da união carnal: pois aquele que está mais intensamente enamorado não sente um desejo mais intenso de ter relações sexuais, de modo que ambas as coisas não se intensificam simultaneamente, o que por certo aconteceria se fossem a mesma coisa.

E também, supondo que temos duas coisas diante de nós, devemos ver se o termo a ser definido se aplica mais particularmente àquela de que é menos predicável o conteúdo da definição. Tome-se, por exemplo, a definição do "fogo" como o "corpo que consiste nas partículas mais rarefeitas". Porque "fogo" denota mais a chama do que a luz, mas a chama é em menor grau do que a luz o corpo que consiste nas partículas mais rarefeitas, ao passo que a ambas deveria ser mais aplicável a definição se fossem a mesma coisa. Veja-se, também, se uma expressão se aplica igualmente aos dois objetos que temos diante de nós, ao passo que a outra não se aplica igualmente a ambos, porém mais particularmente a um deles.

Deve-se ver, além disso, se ele expressa a definição relativa a duas coisas tomadas separadamente; assim, o "belo" é o que é agradável aos olhos ou aos ouvidos", ou o "real" é "o que é capaz tanto de agir como de ser objeto de ação". Porque, nesse caso, a mesma coisa será ao mesmo tempo bela e não bela, e, do mesmo modo, será ao mesmo tempo real e não real. Com efeito, "agradável aos ouvidos" será o mesmo que "belo", forma que "não-agradável aos ouvidos" será o mesmo que "não-belo", pois os opostos de coisas idênticas

também são idênticos entre si, e o oposto de "belo" é "não-belo", enquanto o oposto de "agradável aos ouvidos" é "não-agradável aos ouvidos"; evidentemente, pois, "não-agradável aos ouvidos" é o mesmo que "não-belo". Se, por conseguinte, alguma coisa é agradável aos olhos, porém não aos ouvidos, essa coisa será ao mesmo tempo bela e não-bela. De modo semelhante, poderíamos também demonstrar que a mesma coisa é simultaneamente real e irreal.

Finalmente, tanto dos gêneros como das diferenças e de todos os outros termos expressos nas definições devem-se formular definições em lugar dos próprios termos e verificar se há alguma discrepância entre eles.

Se o termo é relativo, quer em si mesmo, quer com respeito ao seu gênero, deve-se ver se a definição deixa de mencionar aquilo a que é relativo o termo, quer em si mesmo, quer com respeito ao seu gênero: por exemplo, se o contendor definiu o "conhecimento" como uma "concepção incontrovertível", ou o "desejo" como uma "tendência sem dor". Porque a essência de todas as coisas relativas é relativa a alguma outra coisa, visto que o ser de todo termo relativo é idêntico ao guardar uma certa relação para com alguma coisa. O definidor deveria ter dito, portanto, que o conhecimento é a "concepção de um cognoscível" e que o "desejo" é a tendência para um bem". E do mesmo modo se ele definisse a "gramática" como o "conhecimento das letras": pois na definição deve-se expressar ou a coisa a que o próprio termo é relativo, ou aquela, seja lá qual for, a que é relativo o seu gênero. Ou, então, veja-se se um termo relativo não foi descrito em relação à sua finalidade, sendo a finalidade de uma coisa qualquer o que há de melhor nela ou o que imprime o seu objetivo ao resto. O que se deve expressar é certamente o que é melhor e o que é final, por exemplo, que o desejo não visa ao agradável, mas ao prazer, pois esse é o nosso objetivo também quando escolhemos o agradável.

Verifique-se, igualmente, se aquilo em relação ao qual ele expressou o termo é um processo ou uma atividade, pois nada dessa espécie é um fim, sendo a completação do processo ou da atividade mais propriamente um fim do que o processo ou a atividade em si mesmos. Ou talvez esta regra não seja verdadeira em todos os casos, pois quase todos preferem a experiência atual do prazer à sua cessação, de maneira que esses considerariam como um fim antes a atividade do que a sua completação.

Veja-se também, em alguns casos, se ele não distinguiu a quantidade, a qualidade, o lugar ou outras diferenças de um objeto: por exemplo, a qualidade e a quantidade da honra cuja busca torna um homem ambicioso: pois todos os homens buscam a honra, de modo que não basta definir o homem ambicioso como aquele que se esforça por alcançar a honra, mas é preciso acrescentar as diferenças mencionadas acima. E analogamente, ao definir o homem cúpido, deve-se indicar a quantidade de dinheiro que ele ambiciona possuir, e, ao definir o homem incontinente, a qualidade dos prazeres que o seduzem. Pois não chamamos incontinente ao homem que cede a toda e qualquer espécie de prazer, mas apenas àquele que cede a uma determinada espécie de prazer. E, por outro lado, há quem defina às vezes a noite como uma "sombra sobre a terra", ou um terremoto como um "movimento da terra", ou uma nuvem como uma "condensação do ar", ou o

vento como um "movimento do ar" - sem especificar também, como devia, a quantidade, a qualidade, o lugar e a causa. E analogamente em outros casos deste tipo, pois ao omitir uma diferença qualquer deixa-se de expressar a essência do termo. Sempre se devem atacar tais deficiências, porque um movimento da terra não constitui um terremoto, nem um movimento do ar é um vento, sem mais especificações quanto à maneira de produzir-se ou à quantidade implicada.

Quanto ao mais, em relação aos apetites e tendências e em qualquer outro caso onde ela tenha aplicação, é preciso ver se a palavra "aparente" foi omitida, por exemplo: "o desejo é uma tendência para o bom", ou "o desejo é uma tendência para o agradável", em lugar de dizer "para o aparentemente bom" ou o "aparentemente agradável". Pois muitas vezes aqueles que mostram uma tendência não percebem o que é bom ou agradável, de modo que o seu objetivo não precisa ser realmente bom ou agradável, mas basta que o seja aparentemente. A definição, por conseguinte, devia ter sido formulada de acordo com isto. Por outro lado, todo aquele que defende a existência das idéias deveria ser colocado frente a frente com as suas idéias, mesmo quando não pronuncia a palavra em questão: pois não pode existir nenhuma idéia de alguma coisa que seja apenas aparente. A opinião geral é que sempre se fala de uma idéia em relação com outra idéia: assim, o apetite absoluto tenderia para o absolutamente agradável, e o desejo absoluto para o absolutamente bom. Portanto, não podem ter em vista algo que seja aparentemente bom ou aparentemente agradável: pois a existência de um bem ou de um prazer absolutamente aparentes seria um absurdo.

E igualmente, se o que se define é o estado de alguma coisa, examine-se o que se encontra nesse estado; e, se o que se define é a própria coisa, examine-se o estado; e da mesma forma nos demais casos deste tipo. Assim, se o agradável é idêntico ao benéfico, o homem que experimenta prazer é também beneficiado. Falando em geral, nas definições desta espécie sucede que o que se define é, em certo sentido, mais de uma coisa: pois, ao definir o conhecimento, define-se também, em certo sentido, a ignorância, e igualmente o que possui conhecimento e o que carece dele, bem como o que é conhecer e o que é ser ignorante. Porque, se a primeira é posta em evidência, as outras também se tornam evidentes em certo sentido. Assim, pois, em todos os casos deste tipo devemos estar atentos às discrepâncias, usando os princípios elementares derivados da consideração dos contrários e dos coordenados.

Além disso, no caso dos termos relativos, é preciso ver se a espécie é apresentada como relativa a uma espécie daquilo de que o gênero é apresentado como relativo: por exemplo, supondo-se que a crença seja relativa a algum objeto de crença, deve-se ver se uma crença particular é enunciada como relativa a algum objeto particular de crença; e, se o múltiplo em geral é relativo a uma fração, deve-se ver se um múltiplo particular é enunciado como relativo a uma fração particular. Porque, se não foram assim enunciados, é evidente que se cometeu um erro.

Veja-se, também, se o oposto tem a definição oposta: por exemplo, se a definição de "metade" é o oposto da definição de "dobro": porque se o "dobro" é "aquilo que excede outra coisa por uma quantidade igual a essa outra coisa", a "metade" é "aquilo que é excedido por uma quantidade igual a ela própria". E da mesma forma com os contrários. Porque ao termo contrário se aplicará a definição que lhe é contrária de alguma das maneiras pelas quais os contrários se ligam um ao outro. Assim, por exemplo, se "útil" equivale ao que "produz o bem", "nocivo" equivalerá ao que "produz o mal" ou "destrói o bem", já que uma ou outra destas expressões necessariamente há de ser o contrário do termo originariamente usado. Suponhamos, então, que nenhuma delas seja o seu contrário: é evidente, neste caso, que nenhuma das definições subsequente formuladas poderá ser o contrário do termo que se definiu originalmente: logo, tampouco a definição originária do termo originário pode ter sido corretamente formulada. Visto, além disso, que dos contrários um é às vezes uma palavra formada para denotar a privação do outro, como, por exemplo, se considera geralmente a desigualdade como a privação da igualdade (pois "desigual" designa simplesmente as coisas que não são

"iguais"), é evidente que o contrário cuja forma denota privação deve necessariamente ser definido por meio do outro, ao passo que o outro não poder ser definido por meio daquele cuja forma denota privação, pois nesse caso teremos que cada um deles se interpreta por meio do outro. No caso de termos contrários devemos estar atentos a este erro, como, por exemplo, na hipótese de que alguém definisse a igualdade como sendo o contrário da desigualdade, pois nesse caso a estaria definindo por meio do termo que denota a sua privação. Acresce que quem define dessa forma se vê obrigado a usar na definição o próprio termo que está definindo, e isto se torna claro quando substituirmos a palavra pela sua definição. Porque dizer "desigualdade" é o mesmo que dizer "privação de igualdade"; portanto, a igualdade definida desse modo seria "o contrário da privação de igualdade", e o definidor teria usado a própria palavra que pretendia definir. Suponhamos, entretanto, que nenhum dos termos contrários denote privação pela sua forma, e contudo a sua definição se faça da maneira que mostramos acima: por exemplo, que "bem" seja definido como "o contrário de mal"; então, como é evidente que "mal" também será "o contrário de bem" (pois as definições de coisas que são contrárias desta maneira devem ser formuladas de modo igual), o resultado é, como antes, que ele usa o próprio termo a ser definido, uma vez que "bem" é inerente à definição de "mal". Se, pois, o "bem" é "o contrário do mal", e o mal nada mais é do que "o contrário do bem", segue-se que o "bem" será "o contrário do contrário do bem". É evidente, pois, que ele usou a própria palavra a ser definida.

Veja-se, também, se ao enunciar um termo cuja forma denota privação ele não expressou o termo do qual o primeiro é a privação, por exemplo, o estado, o contrário ou seja qual for a coisa de que a primeira é a privação; e também se omitiu o acréscimo de qualquer termo em que a privação se forma naturalmente, ou então daquele em que ela se forma primeiramente por natureza: por exemplo, se ao definir "ignorância" como uma privação ele se esqueceu de mencionar que é privação de "conhecimento"; ou, então, se deixou de acrescentar a coisa em que ela se forma naturalmente; ou, embora tenha mencionado esta, deixou de mencionar aquilo em que ela se forma primeiramente, colocando-a, por exemplo, no "homem" na "alma" e não na "faculdade racional": porque, se ele falha a qualquer desses respeitos, comete um erro. E, do mesmo modo, se deixou de dizer que a "cegueira" é a "privação da vista num olho": pois uma formulação apropriada da essência da cegueira deve incluir tanto aquilo de que ela é a privação como aquilo que é privado.

Examine-se, ademais, se ele definiu pela palavra "privação" um termo que não se usa para denotar uma privação: assim, no caso de erro, pensar-se-ia

geralmente que incorre num equívoco dessa espécie quem não o usa simplesmente como um termo negativo. Pois o que em geral se considera estar em erro não é o que não possui conhecimento, mas antes o que se equivocou, e por essa razão não dizemos que coisas inanimadas ou crianças "errem". Por conseguinte, não se usa "erro" para significar uma simples privação de conhecimento.

Convém examinar, além disso, se as inflexões e derivados usados na definição se aplicam a inflexões e derivados semelhantes do termo: por exemplo, se "benéfico" significa "que produz saúde", "beneficamente" significará "de modo a produzir saúde" e um "benfeitor" será um "produtor de saúde"?

Veja-se, igualmente, se a definição dada se aplica também à idéia, pois em alguns casos não acontece assim; por exemplo, na definição platônica, quando ele acrescenta a palavra "mortal" ao definir as criaturas vivas. Porque a idéia (por exemplo, o Homem absoluto) não é mortal, de modo que a definição não se ajusta à idéia. E assim, sempre que são acrescentadas as palavras "capaz de agir sobre" ou "capaz de ser objeto de ação", tem de haver forçosamente uma discrepância entre a idéia e a definição, pois os que afirmam a existência das idéias consideram-nas incapazes de mover-se ou de ser objeto de ação. Ao tratar, pois, com essas pessoas, até os argumentos deste tipo são úteis.

Veja-se, também, se ele deu uma definição simples e comum de termos que se usam ambigualmente. Porque os termos cuja definição correspondente ao seu nome comum é uma só e a mesma são unívocos; se, pois, a definição aplica de igual maneira a toda a extensão do termo ambíguo, ela não pode ser verdadeira de nenhum dos objetos descritos pelo termo. Isto é, aliás, o que acontece com a definição de "vida" por Dionísio, quando a apresenta como "um movimento do ser que é sustentado por nutrição, congenitamente presente a ele": pois isso é encontrado tanto nas plantas como nos animais, ao passo que a "vida" se entende geralmente como significando não apenas uma só espécie de coisa, mas uma coisa nos animais e outra nas plantas. Pode-se defender a opinião de que "vida" é um termo unívoco e sempre se usa para descrever uma coisa só; e, por conseguinte, defini-la propositadamente da maneira acima; ou muito bem pode acontecer que um homem perceba o caráter ambíguo do termo e se proponha dar a definição de um sentido apenas, sem dar conta, porém, de que a definição formulada é comum a ambos os sentidos e não peculiar ao que ele tinha em vista. Em qualquer desses casos, seja qual for o fim que ele se propôs, está igualmente em erro. Como os termos ambíguos passam às vezes despercebidos, é preferível, ao formular perguntas, tratá-los como se fossem unívocos (pois a definição de um sentido não se aplica ao outro, de modo que, aos olhos dos circunstantes, o que responde não o tem definido de maneira correta, visto que a definição deve aplicar-se a um termo unívoco em toda a sua extensão); mas, ao responder nós mesmos, devemos distinguir entre os sentidos. Mais ainda: como alguns dos



que respondem chamam "ambíguo" ao que realmente é unívoco sempre que a definição formulada não se aplica universalmente e, vice-versa, chamam unívoco ao que é realmente ambíguo, supondo que a definição se aplica a ambos os sentidos do termo, é preciso assegurar uma admissão prévia em relação a esses termos, ou então provar de antemão que tal e tal termo é ambíguo ou unívoco. segundo for o caso: porque as pessoas estão mais dispostas a concordar quando não prevêem as conseqüências. Se, contudo, não se fez concessão alguma e o homem sustenta ser ambíguo o que é realmente unívoco porque a definição dada por ele não se aplica igualmente ao segundo sentido, veja-se se a definição deste segundo sentido também se aplica aos outros: pois, se assim for, esse sentido deve ser evidentemente sinônimo dos outros. De outra forma haverá mais de uma definição desses outros significados, pois lhes serão aplicáveis duas definições distintas na explicação do termo, a saber: a que se formulou anteriormente e também a última. Se, por outro lado, alguém definisse um termo usado em vários sentidos e, verificando que sua definição não se aplica a todos eles, pretendesse, não que o termo é ambíguo, mas que não se aplica adequadamente a todos esses sentidos, simplesmente porque isso sucede com a sua definição, a um tal homem se pode replicar que, embora em algumas coisas não seja apropriado usar a linguagem do povo, numa questão de terminologia somos forçados a aceitar o uso recebido e tradicional e não transformar as coisas dessa forma.

Suponhamos agora que se formulou a definição de algum termo complexo e, retirando a definição de um dos elementos do complexo, veja-se se o resto da definição corresponde ao resto do termo: se assim não for, é claro que tampouco a definição inteira corresponde ao complexo inteiro. Suponhamos, por exemplo, que alguém tenha definido uma "linha reta finita" como "o limite de um plano finito de tal sorte que o seu centro esteja em linha com as suas extremidades"; ora, se a definição de uma "linha finita" é "o limite de um plano finito", o resto (a saber, "de tal sorte que o seu centro esteja em linha com as suas extremidades") deveria ser uma definição de "reto". Mas uma linha reta infinita não tem centro nem extremidades, e nem por isso deixa de ser reta, de modo que isto que resta não define o que resta do termo.

Além disso, se o termo definido é uma noção composta, veja-se se a definição formulada tem o mesmo número de membros que o termo definido. Diz-se que uma definição tem o mesmo número de membros que o termo definido quando o número dos elementos que compõem este último é igual ao número de nomes e verbos na definição. Porque em tais casos a troca deve ser, por força, simplesmente de termo por termo - pelo menos de alguns, senão de todos, visto que agora não se usam mais termos do que antes; ao passo que na definição os termos devem ser expressos por frases, se possível em todos os casos ou, pelo menos, na maioria. Pois, do contrário, também se poderiam definir objetos simples chamando-os simplesmente por outros nomes, como, por exemplo, "capa" em vez de "manto".

O erro será ainda pior se o termo for substituído por outro menos conhecido, como, por exemplo, "homem branco" por "mortal pelúcido": pois isto, além de não ser uma definição, é menos inteligível quando expresso dessa forma.

Examine-se também se, com a troca de palavras, o sentido não se altera. Tomemos como exemplo a explicação de "conhecimento especulativo" por "concepção especulativa": pois concepção não é o mesmo que conhecimento, como certamente deveria ser se o todo também deve ser o mesmo, uma vez que, embora a palavra "especulativo" seja comum a ambas as expressões, o resto é diferente.

Veja-se, além disso, se, ao substituir um dos termos por algo diferente, ele mudou o gênero e não a diferença, como no exemplo que acabamos de apresentar: pois "especulativo" é um termo menos familiar do que

"conhecimento", dado que este é o gênero e o outro a diferença, e o gênero sempre é o termo mais familiar de todos; de modo que não é ele, mas sim a diferença, que devia ter sido mudada, visto ser o termo menos familiar. Esta crítica poderia ser qualificada de ridícula, pois não há razão para que o termo mais familiar não descreva a diferença em lugar do gênero: nesse caso, evidentemente, o termo a ser alterado deveria ser aquele que designa o gênero, e não a diferença. Se, contudo, se está substituindo um termo não apenas por outro termo, mas por uma frase, evidentemente é da diferença e não do gênero que cabe formular uma definição, visto que o objetivo da definição é tornar mais conhecido o sujeito; e a diferença, com efeito, é menos familiar do que o gênero.

Se ele formulou a definição da diferença, veja-se se a definição dada é comum a esta e a alguma outra coisa. Por exemplo, sempre que se diz que um número ímpar é um "número com um ponto médio" faz-se mister uma definição ulterior que nos mostre de que maneira ele tem um ponto médio: pois a palavra "número" é comum às duas expressões, e é a palavra "ímpar" que se substitui pela frase. Ora, tanto uma linha como um corpo têm um ponto médio, e contudo nenhum dos dois é "ímpar", de modo que esta não pode ser a definição de "ímpar". Se, por outro lado, a frase "com um ponto médio" se usa em vários sentidos, o sentido que se tem em vista aqui precisa ser definido. De maneira que isto ou desacreditará a definição, ou provará que ela não é em absoluto uma definição.

É preciso ver, por outro lado, se o termo definido por ele é uma realidade, ao passo que não o é o que está contido na definição. Suponha-se, por exemplo, que o "branco" seja definido como "cor misturada com fogo": pois o que é incorpóreo não pode misturar-se com um corpo, de modo que "cor misturada com fogo" é algo que não pode existir, ao passo que o "branco" existe realmente.

Além disso, os que, no caso dos termos relativos, não distinguem com que se relaciona o objeto, mas descrevem-no apenas para incluí-lo num número demasiado grande de coisas, erram ou totalmente, ou em parte. Suponhamos, por exemplo, que alguém tenha definido a "medicina" como uma "ciência da realidade". Porque, se a medicina não fosse uma ciência de alguma coisa real, é evidente que a definição seria totalmente falsa; ao passo que, se ela é a ciência de alguma coisa real, porém não de outras, a definição é parcialmente falsa; pois deveria aplicar-se a toda a realidade, se se disse que é a ciência da realidade de maneira essencial e não accidental, como acontece com outros termos relativos: ora, todo objeto de conhecimento é um termo relativo a conhecimento. E do mesmo modo também com outros termos relativos, dado que todos esses termos são conversíveis. Por outro lado, se a maneira correta de explicar uma coisa fosse defini-la não como é em si mesma, porém como é acidentalmente, então todo e qualquer termo relativo se usaria não em relação com uma coisa só, mas com uma porção de coisas. Porque não há motivo para que a mesma coisa não seja ao mesmo tempo real, branca e boa, de modo que seria uma formulação correta expressar o objeto em relação com uma qualquer dessas coisas, se expressar o que ele é acidentalmente é uma maneira correta de expressá-lo. E, além disso, impossível que uma definição desta espécie seja peculiar ao termo proposto: pois não só a medicina, mas também a maioria das outras ciências têm por objeto alguma coisa real, de modo que cada uma delas será uma ciência da realidade. É evidente, pois, que uma tal definição não define ciência nenhuma, visto que uma ciência deve ser peculiar ao seu termo próprio, e não geral.

Às vezes, também, as pessoas definem não a coisa, mas apenas a coisa em boas ou perfeitas condições. Tal é a definição do retórico como "um homem que pode sempre ver o que será persuasivo nas circunstâncias dadas, sem nada omitir", ou do ladrão como "aquele que furta em segredo": pois é evidente que, se eles fazem isso, o primeiro será um bom retórico e o segundo um bom ladrão: ao passo que não é o fato atual de furta em segredo, mas o desejo de fazê-lo, que caracteriza o ladrão.

Veja-se também se ele expressou o que é desejável em si mesmo como desejável pelo que produz ou faz, ou, de um modo qualquer, desejável por causa de alguma outra coisa, dizendo, por exemplo, que a justiça é "o que preserva as leis", ou a sabedoria e "o que produz felicidade"; pois o que produz ou preserva algo é uma das coisas desejáveis por causa de outra coisa. Poder-se-ia objetar que é possível que o que é desejável em si mesmo seja também desejável por causa de alguma outra coisa; contudo, nem por isso é menos errado definir dessa maneira o que é desejável por si mesmo, pois a essência contém principalmente o que há de melhor em qualquer coisa, e é melhor que uma coisa seja desejável em si mesma do que por causa de outra coisa, de modo que isto é também o que a definição deveria ter indicado de preferência.

Veja-se, também, se ao definir alguma coisa ele a definiu como formada de "A e B", ou como um "produto de A e B", ou como uma soma de "A mais B". Se ele a define como "A e B", a definição será verdadeira de ambos e, contudo, não o será de nenhum deles. Suponha-se, por exemplo, que a justiça seja definida como "temperança e coragem". Porque, se de duas pessoas cada uma possui apenas uma dessas virtudes, ambas serão justas e, contudo, nenhuma delas o será, porque ambas tomadas juntamente possuem a justiça, porém cada uma delas em particular não a têm. Mesmo que a situação aqui descrita não pareça por enquanto muito absurda devido à ocorrência de situações semelhantes também em outros casos (pois é perfeitamente possível que dois homens possuam uma mina entre eles, embora nenhum dos dois a possua por si mesmo), ao menos pareceria totalmente absurdo que eles possuíssem atributos contrários; e, no entanto, essa é a conclusão a que chegamos se um deles é temperante, mas covarde, e o outro, embora valente, é um libertino: pois nesse caso ambos se mostrarão ao mesmo tempo justos e injustos: porque, se a justiça é temperança e bravura, então a injustiça será covardia e libertinagem. De um modo geral, todas as maneiras de demonstrar que o todo não é idêntico à soma de suas partes são também úteis para enfrentar o tipo de definição que acabamos de descrever: pois um homem que define desta maneira parece afirmar que as partes são iguais ao todo. Estes argumentos são particularmente adequados aos casos em que o processo de unir as partes é evidente, como numa casa e outras coisas do mesmo tipo; pois em tais casos é bem claro que se pode ter as partes sem ter, porém, o todo, de modo que as partes e o todo não podem ser a mesma coisa.

Se, contudo, ele disse que o termo que se está definindo é "o produto de A e B", em vez de "A e B" simplesmente, veja-se, em primeiro lugar, se A e B não podem, na natureza das coisas, ter um produto qualquer; pois algumas coisas se relacionam entre si de tal modo que nada pode resultar delas, como, por exemplo, uma linha e um número. Veja-se, igualmente, se o termo que foi definido é da natureza das coisas que se encontram primeiramente num sujeito único, enquanto as coisas que, segundo afirmou ele, o produzem não se encontram primeiramente num sujeito único, mas cada uma num sujeito separado. Se assim for, evidentemente o termo não pode ser o produto delas, pois o todo tem forçosamente de encontrar-se nas mesmas coisas em que se encontram as suas partes de modo que o todo se encontrará primeiramente não num sujeito único, mas em vários deles. Se, por outro lado, tanto as partes como o todo se encontram primeiramente num sujeito único, veja-se se este

não é o mesmo, mas uma coisa para o todo e outra para as partes. E examine-se, igualmente, se as partes são destruídas juntamente com o todo: pois devia acontecer, ao contrário, que o todo seja destruído quando o são as partes; quando o todo é destruído, não há necessidade de que as partes o sejam também. Ou, por outro lado, veja-se se o todo é bom ou mau e as partes nem um nem outro, ou, vice-versa, se as partes são boas ou más e o todo nem um nem outro. Pois é impossível tanto que uma coisa neutra produza algo bom ou mau como que coisas boas ou más produzam uma coisa neutra. Examine-se, também, se uma das coisas é mais eminentemente boa do que a outra é má enquanto o produto não é mais bom do que mau: suponha-se, por exemplo, que o desvergonhamento seja definido como "o produto da coragem e da falsa opinião": aqui, o que há de bom na coragem excede o que há de mau na falsa opinião: portanto, o produto dessas duas coisas deveria corresponder a esse excesso, e ou ser bom sem qualificação, ou pelo menos mais bom do que mau. Contudo, é talvez possível que esta não seja uma consequência necessária, a não ser que cada coisa seja em si mesma boa ou má, pois muitas coisas que produzem algo não são boas em si mesmas, porém somente em combinação; ou, pelo contrário, são boas em si mesmas, e más ou neutras em combinação. O que acabamos de dizer é exemplificado com a maior clareza no caso das coisas que contribuem para a saúde ou a doença, pois algumas drogas são tais que cada uma tomada separadamente é boa, mas, quando se ministram juntas numa mistura, são más.

Veja-se também se o todo, como produto de algo melhor e algo pior, não é pior do que o melhor elemento e é melhor do que o pior. Contudo, isto também nem sempre é uma consequência necessária, a menos que os elementos que entram na composição sejam bons em si mesmos; em caso contrário, o todo pode perfeitamente não ser bom, como nos exemplos que acabamos de mencionar.

É preciso ver, além disso, se o todo é sinônimo de algum dos elementos: pois não deve sê-lo, como tampouco no caso das sílabas. Com efeito, a sílaba não é sinônima de nenhuma das letras que a constituem.

Examine-se, além disso, se ele deixou de mencionar a maneira pela qual se compõem as partes, pois a simples menção dos seus elementos não basta para tomar a coisa inteligível. Com efeito, a essência de qualquer composto não se limita a ser um produto de tais e tais coisas, mas sim um produto delas compostas de tal e tal maneira, exatamente como sucede numa casa: pois aqui os materiais não formam uma casa, seja qual for a maneira por que são dispostos.

Se alguém definiu um objeto como "A + B", a primeira coisa a dizer é que "A + B" significa o mesmo que "A e B", ou que "o produto de A e B", pois "mel + água" ou significa "o mel e a água", ou "a bebida feita com mel e água". Se, pois, ele admite que "A + B" é o mesmo que qualquer destas duas coisas, terão cabimento as mesmas críticas que já foram usadas para fazer frente a cada um destes casos. Distinga-se, além disso, entre os diferentes sentidos em que se pode dizer que uma coisa é "+" outra e veja-se se não há nenhum deles em que se possa dizer que A existe "+ B". Assim, por exemplo, supondo-se que a expressão signifique que eles existem em alguma coisa só, capaz de contê-los (como, por exemplo, a justiça e a coragem se encontram na alma), ou então no mesmo lugar ou na mesma ocasião, e isso não é de modo algum verdadeiro dos A e B em questão, é evidente que a definição formulada não pode ser válida de coisa alguma, porquanto não há nenhuma maneira possível de que A exista "+ B". Se, porém, entre os vários sentidos que distinguimos acima, for verdadeiro que A e B sejam encontrados cada um ao mesmo tempo que o outro, veja-se se é possível que os dois não sejam usados na mesma relação. Suponha-se, por exemplo, que a coragem tenha sido definida como "ousadia com reta razão": aqui é possível que um homem mostre ousadia num roubo a mão armada, e reta razão com respeito aos meios de conservar a saúde; mas pode possuir "a primeira qualidade + a segunda" sem, contudo, ser corajoso! Além disso, ainda quando ambas são manifestadas também na mesma relação, por exemplo, em relação ao tratamento médico (pois um homem pode manifestar tanto ousadia como reta razão com respeito ao tratamento médico), não obstante, essa combinação de "um + o outro" não fará dele um homem "corajoso". Pois os dois elementos não devem referir-se a qualquer objeto casual que seja idêntico, como tampouco deve cada um deles referir-se a um objeto diferente; devem, antes, relacionar-se à função da coragem, por exemplo, enfrentar os perigos da guerra ou qualquer coisa que seja mais propriamente sua função.

Algumas definições expressas dessa forma não se enquadram em absoluto na divisão supramencionada, como, por exemplo, uma definição da cólera como "dor com a consciência de ter sido menoscabado". Pois o que se pretende dizer com isso é que a dor ocorre porque se tem consciência de tal coisa; mas ocorrer "por causa de" uma coisa não é o mesmo que ocorrer "+ uma coisa" em nenhum dos sentidos que analisamos acima.



Por outro lado, se o adversário descreveu o todo composto como a "composição" dessas coisas (por exemplo, uma "criatura viva" como uma "composição de alma e corpo"), veja-se em primeiro lugar se ele deixou de mencionar a espécie de composição, como, por exemplo, ao definir a "carne" ou o "osso" como uma "composição de fogo, terra e ar". Pois não basta dizer que se trata de uma composição, mas é preciso ir mais além e definir a espécie de composição: porque esses elementos não formam a carne de qualquer maneira que se componham uns com os outros, mas quando compostos de certo modo formam a carne, e quando compostos de outro modo, o osso. Parece, por outro lado, que nenhuma das substâncias mencionadas é, em absoluto, a mesma coisa que uma "composição": pois uma composição sempre tem como contrário uma decomposição, ao passo que nem o osso nem a carne têm qualquer contrário. Além disso, se são iguais as probabilidades de que todo composto seja uma composição ou de que nenhum deles o seja, e se toda espécie de criatura viva, embora sendo um composto, nunca é uma composição, segue-se que nenhum outro composto pode sê-lo tampouco.

Além disso, se na natureza de uma coisa dois contrários têm iguais probabilidades de ocorrer e se a coisa foi definida por meio de um deles, é evidente que não foi definida: do contrário, haveria mais de uma definição da mesma coisa; pois como poderia ser mais próprio defini-la por meio de um do que do outro, visto que ambos são igualmente capazes de ocorrer nela? Uma definição desta espécie é a da alma como uma substância capaz de receber conhecimento, já que ela tem uma capacidade igual para receber a ignorância.

E também, mesmo quando não se pode atacar a definição como um todo por não se conhecer suficientemente o todo, deve-se atacar uma parte dela quando se conhece essa parte e se vê que foi incorretamente expressa: pois, se a parte for refutada, a definição inteira também o será. Quando, por outro lado, uma definição for obscura, deve-se em primeiro lugar corrigi-la e reformulá-la a fim de tornar clara uma parte dela e obter um ponto de apoio para o ataque; e, partindo daí, passar ao exame da definição inteira. Pois o que responde se vê forçado ou a aceitar o sentido tal como foi interpretado pelo que pergunta, ou então a explicar ele próprio claramente o que significa a sua definição. E também, assim como nas assembleias o procedimento normal é propor uma emenda da lei existente e, se a emenda é melhor, revogar aquela, o mesmo se deveria fazer no caso das definições. Nós mesmos devemos propor uma segunda definição e, se ela for julgada melhor e mais indicativa do objeto definido, evidentemente a definição que se havia estabelecido deve ser

rejeitada, de acordo com o princípio de que não pode haver mais de uma definição da mesma coisa.

Ao combater as definições, é sempre um dos mais importantes princípios elementares fazermos nós mesmos uma definição plausível do objeto que temos diante de nós ou adotar alguma definição corretamente expressa. Pois, tendo o modelo, por assim dizer, diante dos olhos, não podemos deixar de discernir tanto qualquer deficiência nas características que uma definição deve possuir como qualquer adição supérflua, e assim estaremos mais bem providos de linhas de ataque.

No que às definições se refere, pois, seja isto suficiente.

## *Livro VII*

Se duas coisas são "a mesma" ou "distintas", no mais literal dos sentidos que correspondem a "identidade" (e dissemos que "o mesmo" se aplica em seu sentido mais literal ao que é numericamente um), podem examinar-se, à luz de suas inflexões, derivados, coordenados e opostos. Com efeito, se a justiça é o mesmo que a coragem, o homem justo será o mesmo que o homem corajoso, e "justamente" o mesmo que "corajosamente". E da mesma forma no que toca aos opostos, porque, se duas coisas são a mesma, seus opostos também serão o mesmo em todas as formas reconhecidas de oposição, pois tanto faz tomar o oposto de uma como da outra, visto que elas são a mesma. A questão também pode ser examinada à luz daquelas coisas que tendem a produzir ou destruir as coisas em apreço, da sua formação e destruição, e, falando em geral, de tudo que se relacione de igual maneira a cada uma delas. Porque, quando as coisas são absolutamente a mesma, também sua geração e destruição são a mesma, e as mesmas são as coisas que tendem a produzi-las ou destruí-las. Veja-se também, quando se diz que uma das duas coisas é tal ou tal em grau superlativo, se a outra dessas coisas supostamente idênticas também pode ser descrita por meio de um superlativo sob o mesmo aspecto ou relação. Assim, por exemplo, Xenócrates afirma que a vida feliz e a boa vida são a mesma coisa, já que de todas as formas de vida a boa vida é a mais desejável, como também o é a vida feliz: pois "o mais desejável" e "o maior" aplicam-se a uma só e mesma coisa. E analogamente também nos outros casos desse tipo. Entretanto, cada uma das duas coisas designadas como "a maior" ou "a mais desejável" deve ser numericamente uma: de outra forma, não se tem provado que elas são a mesma; porque do fato de serem os peloponésios e os espartanos os mais valorosos de todos os gregos não se segue que os peloponésios sejam o mesmo que os espartanos, visto que "peloponésio" não é uma pessoa qualquer, nem tampouco "espartano"; segue-se apenas que um deve ser incluído no outro, como "espartanos" em "peloponésios"; pois, a não ser assim, se uma classe não estiver incluída na outra, cada uma será melhor do que a outra. Com efeito, neste caso os peloponésios serão forçosamente melhores do que os espartanos, se uma classe não está incluída na outra: pois eles são melhores do que quaisquer outros. E, do mesmo modo, os espartanos serão melhores do que os peloponésios, visto serem também melhores do que quaisquer outros: donde se conclui que cada um deles é melhor do que o outro! Evidentemente, pois, o que se qualifica de "o melhor" ou "o maior" deve ser uma coisa só para que se possa demonstrar que é "o mesmo" que outra coisa. Esta também é a razão por que Xenócrates não consegue provar o seu argumento, visto que a vida feliz não é numericamente uma, nem

tampouco a boa vida, e assim, do fato de serem ambas as mais desejáveis, não se segue que sejam idênticas, mas apenas que uma está contida na outra.

Examine-se, igualmente, se, na suposição de ser uma delas a mesma que uma terceira, a outra também é a mesma que esta: porque, se não forem ambas idênticas a uma terceira, é evidente que tampouco serão idênticas entre si.

Deve-se, além disso, examiná-las à luz de seus acidentes ou das coisas de que elas mesmas são acidentes: pois todo acidente que se predique de uma deve também predicar-se da outra, e se uma delas se predica de alguma coisa como acidente, o mesmo deve suceder com a outra. Se houver alguma discrepância a qualquer destes respeito, é evidente que elas não são a mesma.

Veja-se, ademais, se, em vez de pertencerem ambas à mesma classe de predicados, uma significa uma qualidade e a outra uma quantidade ou relação. E observe-se, também, se o gênero de ambas não é o mesmo, sendo um deles o "bem" e o outro o "mal", ou um a "virtude" e o outro o "conhecimento"; ou, se o gênero é o mesmo, veja-se se as diferenças que se predicam de cada uma não são as mesmas, sendo uma, por exemplo, designada como uma ciência "especulativa" e a outra como uma ciência "prática". E da mesma forma nos demais casos.

Além disso, do ponto de vista dos "graus", veja-se se uma admite um aumento de grau, porém não a outra, ou, se ambas o admitem, não o fazem ao mesmo tempo; assim como, no caso do homem enamorado, não é verdade que ele deseje tanto mais intensamente a união carnal quanto mais intenso for o seu amor, de modo que o amor e o desejo das relações carnis não são a mesma coisa.

Devem-se examinar também essas coisas por meio de uma adição e ver se a adição de cada uma delas à mesma coisa não dá como resultado o mesmo todo; ou se a subtração da mesma coisa de cada uma delas deixa um resto diferente. Suponha-se, por exemplo, que ele tenha dito que "o dobro de uma metade" é o mesmo que "um múltiplo de uma metade": nesse caso, subtraindo-se as palavras "uma metade" de cada uma dessas expressões, os restos deveriam significar a mesma coisa, mas tal não acontece, pois "o dobro de" e "um múltiplo de" não têm o mesmo significado.

Investigue-se, também, não apenas se alguma consequência impossível resulta diretamente da afirmação feita, isto é, que A e B são a mesma coisa, mas também se é possível fazer com que isso aconteça por meio de uma hipótese, como no caso dos que afirmam que "vazio" é o mesmo que "cheio de

ar": pois é evidente que, extraído-se o ar, o recipiente não ficará menos e sim mais vazio, embora já não esteja cheio de ar. E assim, por meio de uma suposição, que pode ser verdadeira ou falsa (não importa qual dos dois seja), uma das duas características é anulada, porém não a outra, mostrando que não são a mesma.

Falando de modo geral, deve-se estar atento a qualquer discrepância que possa aparecer em qualquer parte e em qualquer espécie de predicado de cada termo, assim como nas coisas de que estes se predicam. Porque tudo que se predica de um deve também predicar-se do outro, e de tudo aquilo de que se predica um deve também predicar-se o outro.

Além disso, como "identidade" é um termo que se usa em muitos sentidos, deve-se ver se as coisas que são a mesma num sentido também são a mesma num sentido diferente. Pois não há nenhuma necessidade, ou talvez nenhuma possibilidade de que as coisas que são o mesmo especifica ou genericamente também o sejam numericamente, e o que nos interessa é se elas são ou não são o mesmo neste sentido.

Veja-se, finalmente, se uma pode existir sem a outra; pois, se assim for, elas não poderão ser o mesmo.

Este é o número dos tópicos ou lugares que se refere à "identidade". É evidente, pelo que ficou expresso acima, que todos os tópicos destrutivos no que diz respeito à identidade são também úteis em questões de definição, como dissemos anteriormente: pois, se o que é significado pelo termo ou pela expressão não for a mesma coisa, é evidente que a expressão enunciada não pode ser uma definição. Nenhum dos tópicos construtivos, por outro lado, tem utilidade no que tange à definição, pois não basta demonstrar a identidade de conteúdo entre a expressão e o termo para estabelecer que a primeira é uma definição, mas uma definição deve possuir também todas as outras características que já apontamos.

Esta é, pois, a maneira, e estes são os argumentos por meio dos quais se deve sempre tentar demolir uma definição. Se, por outro lado, o que desejamos é estabelecer uma definição, a primeira coisa a observar é que poucos ou ninguém, uma vez enredados numa discussão, chegam a formular uma definição por meio do raciocínio: sempre pressupõem algo dessa espécie como ponto de partida tanto em geometria como em aritmética e nos outros estudos desse tipo. Em segundo lugar, dizer exatamente o que é uma definição e como deve ser formulada são coisas que pertencem a outra classe de investigação. De momento, o assunto nos interessa apenas na medida em que é necessário ao nosso presente objetivo, e para isso basta afirmarmos simplesmente que é perfeitamente possível raciocinar até chegar à definição e à essência de uma coisa. Pois uma definição é uma expressão que significa a essência da coisa, e os predicados que nela se contêm devem também ser os únicos que se predicam da coisa na categoria de essência; e os gêneros e diferenças são os únicos que se predicam nessa categoria. É evidente, pois, que, se obtivermos a concessão de que tal e tal coisa são os únicos atributos que se predicam nessa categoria, a expressão que as contiver será necessariamente uma definição; com efeito, é impossível que a definição seja algo diferente, visto não haver nada mais que se predique da coisa na categoria de essência.

É evidente que uma definição pode ser obtida desse modo mediante um processo de raciocínio. Os meios pelos quais ela deve estabelecer-se foram descritos com mais precisão em outra parte, mas para os fins da investigação que temos agora diante de nós servem os mesmos tópicos ou lugares. Com efeito, devemos examinar os contrários e outros opostos da coisa, analisando as expressões empregadas não só em seu todo como também em detalhe: porque, se a definição oposta define o termo oposto, a definição dada será necessariamente a do termo em questão. Visto, porém, que os contrários podem interrelacionar-se de mais de uma maneira, devemos escolher entre esses contrários aqueles cuja definição contrária parecer mais óbvia.

É preciso, pois, examinar as expressões em seu todo da maneira que dissemos e também em detalhe, como segue. Em primeiro lugar, veja-se se o gênero proposto foi enunciado corretamente; porque, se a coisa contrária se encontrar no gênero contrário ao que se enunciou na definição, e a coisa em questão não se encontra no mesmo gênero, é certo que se encontrará no gênero contrário: pois os contrários devem necessariamente encontrar-se ou no mesmo gênero, ou em gêneros contrários. E também se espera que as



diferenças que se predicam de contrários sejam contrárias, como, por exemplo, as do branco e do preto, pois um tende a traspasar a visão, enquanto o outro tende a comprimi-la. De modo que, se diferenças contrárias às da definição se predicam do termo contrário, então as que são enunciadas na definição devem predicar-se do termo em apreço. Visto, pois, que tanto o gênero como as diferenças foram corretamente enunciados, é evidente que a expressão dada será a definição correta.

Poder-se-ia objetar que diferenças contrárias não se predicam necessariamente de termos contrários, a menos que estes estejam incluídos no mesmo gênero: das coisas cujos gêneros são eles próprios contrários, pode muito bem suceder que a mesma diferença seja usada de ambas, como, por exemplo, da justiça e da injustiça, pois uma é uma virtude e a outra é um vício da alma: "da alma", portanto, é a diferença em ambos os casos, já que o corpo, não menos que a alma, tem a sua virtude e o seu vício. Mas, pelo menos, é verdadeiro que as diferenças dos contrários ou são contrárias, ou então são a mesma coisa. Se, pois, a diferença contrária à diferença dada se predica do termo contrário e não do termo a definir, é evidente que a diferença dada deve predicar-se deste último. Falando de modo geral, uma vez que a definição consiste no gênero e nas diferenças, se a definição do termo contrário for manifesta, também o será a definição do termo que temos diante de nós: pois, como o seu contrário ou se encontra no mesmo gênero ou no gênero contrário, e, do mesmo modo, como as diferenças que se predicam de opostos ou são contrárias ou idênticas uma à outra, é evidente que do termo em questão ou se predicará o mesmo gênero que do seu contrário, ao passo que, das suas diferenças, ou todas serão contrárias às do seu contrário, ou pelo menos algumas delas o serão, enquanto as outras permanecerão as mesmas; ou vice-versa, as diferenças serão as mesmas e os gêneros, contrários; ou, ainda, tanto os gêneros como as diferenças serão contrários. E isso é tudo, já que não é possível que ambos sejam idênticos: de outra maneira, os contrários teriam a mesma definição.

Além disso, examine-se a questão do ponto de vista das inflexões, dos derivados e dos termos coordenados. Pois os gêneros e as definições devem por força corresponder-se em um e outro caso. Assim, se o esquecimento é a perda de conhecimento, esquecer é perder conhecimento e ter esquecido é ter perdido conhecimento. Se, pois, se concede ou admite uma destas formas, as outras terão necessariamente de ser admitidas também. E, do mesmo modo, se a destruição é a decomposição da essência da coisa, então ser destruído é ter sua essência decomposta e "destrutivamente" significa "de maneira a decompor a essência"; se, do mesmo modo, "destrutivo" significa "capaz de

decompor a essência de alguma coisa", segue-se que "destruição" também significa "a decomposição da sua essência". E analogamente no que se refere a todo o resto: obtenha-se a concessão ou admissão de uma qualquer dessas formas, e todas as demais serão igualmente admitidas.

Examine-se também a questão do ponto de vista das coisas que estão em relações semelhantes entre si. Porque, se "saudável" significa "que produz saúde", "vigoroso" também significará "que produz vigor" e "útil" "que produz um bem". Pois cada uma dessas coisas se relaciona do mesmo modo à sua finalidade peculiar, de forma que, se uma delas é definida como "o que produz" a sua finalidade, essa será também a definição de cada uma das restantes.

Deve-se, finalmente, considerá-la do ponto de vista dos graus maiores e menores, de todas as maneiras em que seja possível chegar a uma conclusão comparando as coisas duas a duas entre si. Assim, se A define *a* melhor do que B define *B*, e B é uma definição de *B*, também A será uma definição de *a*. Além disso, se A tem os mesmos direitos a definir *a* que B a definir *B*, e B define *B*, então A também define *a*. Este exame do ponto de vista dos graus maiores não tem utilidade quando uma só definição é comparada com duas coisas ou quando duas definições são comparadas com uma só coisa: pois não pode haver uma definição única de duas coisas, nem duas definições da mesma coisa.

De todos os argumentos tópicos, os mais prestantes são os que acabamos de intencionar e os que se baseiam nos termos coordenados e derivados. São esses, por conseguinte, os que mais importa conhecer e ter ao alcance da mão, porque são efetivamente os mais úteis na maioria das ocasiões. Também dos restantes, os de mais valia são os que têm aplicação mais ampla e geral, pois esses são os mais eficazes, como, por exemplo, o que manda examinar os casos individuais e procurar ver se a sua definição se aplica às suas diversas espécies. porque a espécie é sinônima dos seus indivíduos. Este tipo de investigação é de especial utilidade contra aqueles que admitem a existência das idéias, como se disse anteriormente. Veja-se, além disso, se o homem usou um termo metaforicamente ou se o predicou de si mesmo como se fosse outra coisa. Assim também deve ser empregado qualquer outro tópico ou regra geral que tenha aplicação universal e efetiva.

Que é mais difícil estabelecer do que demolir uma definição se tornará evidente pelas considerações que vamos apresentar agora. Porque ver por nós mesmos e obter daqueles a quem estamos interrogando uma admissão de premissas desta classe não é coisa simples - por exemplo, que dos elementos da definição formulada um é o gênero e o outro a diferença, e que só os gêneros e as diferenças se predicam na categoria de essência. E, contudo, sem essas premissas é impossível chegar pelo raciocínio a uma definição; porque, se outras coisas quaisquer também se predicam do sujeito na categoria de essência, não se pode saber se a fórmula adotada ou alguma outra é a sua definição, pois uma definição é uma expressão que indica a essência de uma coisa. Este ponto se evidencia também pelo seguinte: é mais fácil deduzir uma conclusão do que muitas. Ora, ao lançar por terra uma definição, basta argüir contra um ponto apenas (pois, se conseguirmos refutar um único ponto qualquer, teremos demolido a definição); ao passo que ao estabelecer uma definição temos de levar os outros a admitir que tudo que se contém na definição é atribuível ao sujeito. Além disso, ao assentar alguma coisa, o raciocínio que apresentarmos tem de ser universal: pois a definição formulada deve predicar-se de tudo aquilo de que se predica o termo, e, por outro lado, deve também ser conversível, para que a definição formulada seja peculiar ao sujeito. Ao rebater uma opinião, pelo contrário, não há necessidade alguma de demonstrar universalmente o nosso ponto de vista, pois basta mostrar que a fórmula não é verdadeira de uma coisa qualquer que esteja incluída no termo.

Além disso, ainda supondo-se que seja necessário refutar alguma coisa mediante uma proposição universal, nem mesmo assim há necessidade de provar a forma inversa da proposição ao lançar por terra uma definição, pois basta mostrar que esta não se predica de todas as coisas de que se predica o termo para rebatê-la universalmente; e tampouco é necessário provar o inverso disto para mostrar que o termo se predica de coisas das quais não se predica a expressão. Acresce, ainda, que mesmo quando se aplica a todas as coisas incluídas sob o termo, mas não somente a essas, a definição é rechaçada.

As mesmas considerações são também válidas no que diz respeito à propriedade e ao gênero de um termo, pois em ambos os casos é mais fácil demolir do que estabelecer. No que toca à propriedade, isso é evidente pelo que já se disse acima, pois, por via de regra, a propriedade se expressa por meio de uma frase complexa, de modo que para rebatê-la basta demolir um dos termos usados, ao passo que para estabelecê-la é necessário alcançá-los todos pelo raciocínio. Por outro lado, quase todas as regras que se aplicam à

definição aplicam-se também à propriedade de uma coisa. Pois, ao estabelecer-se uma propriedade, é preciso demonstrar que ela é verdadeira de todas as coisas incluídas sob o termo em questão, ao passo que para rebatê-la é suficiente que ela não pertença ao sujeito num único caso; além disso, mesmo que pertença a todas as coisas incluídas sob o termo, mas não só a essas, a propriedade é refutada de igual maneira, como se explicou no caso da definição.

No tocante ao gênero, é evidente que só se pode estabelecê-lo de um modo, a saber: mostrando que ele se aplica a todos os casos, ao passo que há duas maneiras de refutá-lo, pois, quem se demonstre que ele não se aplica nunca, quer que não se aplica em certo caso, a afirmação originária é demolida. Além disso, ao estabelecer um gênero não basta demonstrar que ele se aplica, mas também que se aplica como gênero, ao passo que ao refutá-lo basta mostrar que não se aplica ou a algum caso particular, ou a todos os casos. Parece, com efeito, que, assim como em outras coisas é mais fácil destruir do que criar, também nestes assuntos é mais fácil refutar do que estabelecer.

No caso de um atributo accidental, a proposição universal é mais fácil de rebater do que de estabelecer; porque, para estabelecê-la, deve-se demonstrar que ele se predica de todos os casos, ao passo que para refutá-la basta mostrar que não se predica de um só. A proposição particular é, pelo contrário, mais fácil de estabelecer do que de refutar: porque para estabelecê-la basta demonstrar que se predica de um caso particular, enquanto para refutá-la deve-se demonstrar que não se predica de nenhum caso.

É evidente, também, que o mais fácil de tudo é demolir uma definição. Porque, devido ao número de afirmações nela implicadas, a definição nos oferece o maior número de pontos de ataque, e, quanto mais abundante for o material, mais depressa surgirá um argumento, pois há mais probabilidades de se insinuar um erro num número grande do que num pequeno número de coisas. Além disso, os outros tópicos também podem ser usados como meios de atacar uma definição: pois, quer a fórmula empregada não seja peculiar à coisa, quer o gênero enunciado não seja o verdadeiro, quer alguma coisa incluída na fórmula não pertença ao sujeito, a definição fica por igual demolida. Por outro lado, contra os outros não podemos usar todos os argumentos que derivam das definições, nem tampouco do resto: pois só aqueles que se referem aos atributos accidentais se aplicam de modo geral a todas as espécies supramencionadas de atributo. Com efeito, enquanto cada uma dessas espécies de atributo deve pertencer à coisa em questão, é bem

possível que o gênero não lhe pertença como propriedade sem que por isso tenha sido demolido por enquanto. E, do mesmo modo, tampouco é necessário que a propriedade lhe pertença como gênero, nem o acidente como gênero ou propriedade, contanto que lhe pertençam. É, pois, impossível usar um grupo de coisas como base de ataque contra o outro, a não ser no caso da definição. Donde resulta com toda a evidência que é a coisa mais fácil demolir uma definição, enquanto estabelecê-la é a mais difícil. Pois aqui é preciso não só estabelecer todos esses outros pontos pelo raciocínio (isto é, que todos os atributos enunciados pertencem ao sujeito, que o gênero proposto é o verdadeiro gênero e que a fórmula é peculiar ao termo) mas também que a fórmula indica a essência da coisa em questão; e tudo isso se deve fazer corretamente.

Quanto ao resto, a que mais se aproxima disto é a propriedade. Com efeito, ela é mais fácil de rebater porque, por via de regra, contém vários termos; ao passo que é a mais difícil de estabelecer, tanto por causa do número de coisas que se deve levar os outros a aceitar como pelo fato de pertencer unicamente ao seu sujeito e de predicar-se conversivelmente com ele.

A coisa mais fácil de todas é estabelecer um predicado accidental: pois nos outros casos devemos demonstrar não só que o predicado pertence ao seu sujeito, mas também que lhe pertence de tal e tal maneira particular; ao passo que, no caso do acidente, basta mostrar simplesmente que lhe pertence. Por outro lado, um predicado accidental é a coisa mais difícil de rebater, pelo fato de oferecer um mínimo de bases para ataque: com efeito, ao afirmar um acidente não se acrescenta de que maneira o predicado pertence ao sujeito; por isso, enquanto em outros casos é possível refutar de duas maneiras o que se disse - ou mostrando que o predicado não pertence ao sujeito, ou que não lhe pertence da maneira particular enunciada -, no caso de um predicado accidental o único meio de refutá-lo é demonstrar que ele não pertence em absoluto ao sujeito.

*Livro VIII*

# 1

Cabe agora discutir os problemas relativos à ordem e ao método que se deve seguir ao propor questões. Todo aquele que tencione formular questões deve, em primeiro lugar, escolher o terreno de onde lançará o seu ataque; em segundo, deve formulá-las e dispô-las mentalmente uma por uma; e, por fim, passar atualmente a apresentá-las ao seu adversário.

Ora, no que toca à escolha do terreno e ponto de apoio, o problema é o mesmo para o filósofo e o dialético; mas a maneira de estruturar os seus argumentos e formular as suas perguntas pertence exclusivamente ao dialético: pois em todo problema dessa classe está implicada uma referência à outra pessoa. Com o filósofo e o homem que investiga por si mesmo, é diferente: as premissas do seu raciocínio, embora verdadeiras e familiares, podem ser rebatidas pelo que responde porque estão demasiado próximas da afirmação originária, de modo que o outro prevê o que se seguirá se as admitir; mas isso é indiferente ao filósofo. Pode até acontecer que esteja ansioso para assegurar ou garantir axiomas tão familiares e tão próximos quanto possível da questão a discutir: pois essas são as bases sobre as quais se constroem os raciocínios científicos.

As fontes onde devemos colher nossos argumentos ou lugares já foram descritas. Falta-no agora discutir o arranjo e formação das questões, distinguindo em primeiro lugar as premissas, além das necessárias que se devem adotar. Por premissas necessárias entendem-se aquelas mediante as quais se constrói o raciocínio atual. As outras que se podem formular além destas são de quatro espécies: ou servem para garantir indutivamente a premissa universal que se está concedendo, ou para dar peso ao argumento, ou para dissimular a conclusão, ou para tomar mais evidente o argumento. Fora destas, não há nenhuma outra premissa que precise ser assegurada: são elas as únicas por meio das quais procuraremos multiplicar e formular nossas perguntas. As que se usam para dissimular a conclusão servem unicamente para fins de controvérsia; mas, como um empreendimento desta espécie é sempre conduzido contra outra pessoa, somos obrigados a fazer também uso delas.

As premissas necessárias mediante as quais se efetua o raciocínio não devem ser propostas diretamente e de forma explícita. Convém, pelo contrário, que paremos acima delas o mais longe possível. Assim, por exemplo, se desejamos obter a concessão de que o conhecimento dos contrários é um só, devemos pedir ao adversário que o admita não dos



contrários, mas dos opostos; porque, se ele conceder isto, argumentaremos em seguida que o conhecimento dos contrários também é o mesmo, uma vez que os contrários são opostos; se, porém, não o admitir, devemos obter a concessão por via indutiva, formulando uma proposição nesse sentido com respeito a algum par particular de contrários. Pois as premissas necessárias devem ser asseguradas pelo raciocínio ou pela indução, ou então em parte por um e em parte pela outra, embora quaisquer proposições que sejam demasiado evidentes para ser negadas possam formular-se de maneira explícita. Procedese assim porque a conclusão que está por vir se discerne menos facilmente a maior distância e no processo de indução, e, ao mesmo tempo, ainda que não possamos obter dessa maneira as premissas de que precisamos, resta-nos o recurso de formulá-las em termos explícitos. As outras premissas de que falamos mais acima devem ser asseguradas com vistas nestas últimas. A maneira de empregá-las respectivamente é a seguinte:

A indução deve proceder dos casos individuais para os universais e do conhecido para o desconhecido; e os objetos da percepção são os mais bem conhecidos, se não invariavelmente, ao menos pela maioria das pessoas. A dissimulação de nosso plano se obtém assegurando por meio de prossilogismos as premissas com as quais se construirá a prova da proposição originária e pelo maior número delas possível. Isto se pode conseguir, provavelmente, construindo silogismos que provem não apenas as premissas necessárias mas também algumas daquelas que se fazem mister para estabelecê-las. Evite-se, além disso, deduzir as conclusões dessas premissas, reservando-as para ser formuladas mais tarde uma após a outra, pois isso contribui para manter o adversário a maior distância possível da premissa originária. Falando de modo geral, o homem que deseja obter informação por um método ardiloso deve fazer as suas perguntas de tal maneira que, quando tiver apresentado todo o seu argumento e formulado a conclusão, os outros ainda perguntem: "Bem, mas por que isso?" A melhor maneira de obter esse resultado é a que descrevemos acima; porque, se nos limitamos a formular a conclusão final, não se evidencia de que maneira chegamos a ela: com efeito, o adversário não pode prever em que fundamentos ela se baseia, já que os silogismos anteriores não lhe foram expostos de maneira articulada, enquanto o silogismo final, que formula a conclusão, será provavelmente menos inteligível se, em vez de expor as proposições asseguradas em que ele se baseia, nos limitarmos a apresentar os fundamentos em que se firmaram os nossos raciocínios para chegar até ela.

É também uma regra útil não obter em sua ordem própria as concessões necessárias como bases dos raciocínios, mas alternativamente as que

conduzem a uma conclusão e as que levam a outra; porque, se as que tendem para o mesmo fim forem postas lado a lado, a conclusão que delas resultar se tomará de antemão mais evidente.

Dever-se-ia, sempre que possível, assegurar a premissa universal por meio de uma definição que diga respeito não aos termos precisos em si mesmos, porém aos seus coordenados; pois as pessoas se enganam sempre que a definição se refere a um coordenado, pensando que não fazem a concessão em sentido universal. Por exemplo, se quiséssemos obter a concessão de que o homem irado deseja vingar-se de uma ofensa aparente, levaríamos primeiro o nosso adversário a admitir que a "cólera" é um desejo de vingança por causa de uma ofensa aparente: pois é claro que, se isto ficar estabelecido, teremos em sentido universal o que desejamos. Se, por outro lado, formularmos proposições relativas aos próprios termos atuais, veremos que o adversário se recusa muitas vezes a admiti-las, por ter sua objeção preparada contra esse termo, por exemplo, que o "homem irado" não deseja vingança, uma vez que podemos encolerizar-nos com nossos pais, mas não desejamos vingar-nos deles. Muito provavelmente a objeção não será válida, pois no tocante a certas pessoas é vingança suficiente causar-lhes mágoa e deixá-las aborrecidas; mas, apesar disso, empresta uma certa plausibilidade e um ar razoável à recusa da proposição. No que se refere, porém, à definição da "cólera" não é tão fácil encontrar uma objeção.

Convém, além disso, formular nossa proposição como se não o fizéssemos por ela mesma, mas a fim de conseguir alguma outra coisa, porque as pessoas evitam conceder o que requer realmente o argumento do adversário. Falando de modo geral, o que formula a questão deve deixar tanto quanto possível em dúvida se o que ele deseja é obter uma admissão da sua proposição ou da proposição oposta: porque, quando estão incertas sobre o verdadeiro objetivo visado pelo adversário, as pessoas mostram-se mais dispostas a dizer o que realmente pensam.

Procure-se também obter concessões por meio de semelhanças, pois tais concessões são plausíveis e o universal que elas implicam é menos evidente. Por exemplo: leve-se a outra pessoa a admitir que, assim como o conhecimento e a ignorância dos contrários é a mesma coisa, também a percepção dos contrários é a mesma; e, vice-versa, como a percepção é a mesma, também o será o conhecimento. Este argumento parece-se com uma indução, mas difere dela, porque na indução é a concessão do universal que se obtém partindo dos particulares, ao passo que nos argumentos baseados na

semelhança o que se assegura não é o universal sob o qual se incluem todos os casos semelhantes.

É também um bom estratagema fazer de vez em quando uma objeção contra si próprio, pois os oponentes ficam desprevenidos contra aqueles que parecem argumentar imparcialmente. E não é menos útil acrescentar: "tal e tal coisa é geralmente admitida ou se diz comumente", porque as pessoas evitam contrariar a opinião aceita, a menos que tenham alguma objeção positiva a fazer; e, ao mesmo tempo, são precavidas em refutar tais coisas, que a elas próprias parecem úteis. Além disso, não devemos mostrar-nos insistentes, mesmo quando realmente necessitamos que nos concedam o ponto em apreço, porque a insistência sempre faz recrudescer a oposição. Outra coisa: devemos formular nossa premissa como se fosse uma simples ilustração, porque as pessoas concedem com mais presteza uma proposição que serve outra finalidade e não é exigida por ela mesma. Além disso, não convém formular a própria proposição que necessitamos assentar, mas, de preferência, alguma coisa de que ela se deduza necessariamente: pois os oponentes admitem de melhor grado a segunda por não verem com muita clareza o resultado que delas advirá, e, uma vez assegurada essa, a outra estará assegurada também. Por outro lado, deve-se mencionar em último lugar o ponto que mais se deseja fazer admitir, pois as pessoas se inclinam especialmente a negar as primeiras perguntas que se lhes fazem, uma vez que a maioria dos argumentadores, ao interrogar, formula em primeiro lugar os pontos que está mais ansiosa de assegurar. Por outro lado, ao tratar com certas pessoas, as proposições desta espécie devem ser formuladas em primeiro lugar, porque os homens irascíveis admitem com mais facilidade o que vem primeiro, a não ser que seja demasiado visível a conclusão que daí advirá, e só no fim da argumentação costumam manifestar o seu mau gênio. E do mesmo modo com os que se julgam hábeis em contestar: pois, quando tiverem admitido a maior parte do que desejamos, acabarão fazendo objeções despropositadas, pretendendo mostrar que a conclusão não se segue do que eles próprios admitiram; e contudo dizem "sim" prontamente, confiando nos seus poderes e imaginando que não poderão sofrer nenhum revés. Além disso, é bom expandir o argumento, introduzindo coisas que ele não exige em absoluto, como fazem os que desenham falsas figuras geométricas: com efeito, multidão de detalhes obscurece o ponto a que vai dar finalmente o argumento capcioso. Por essa mesma razão, o que interroga insinua também às vezes, sem ser notado e como de passagem, alguma coisa que não seria admitida se fosse formulada por si mesma.

Para fins de dissimulação, pois, as regras a seguir são as que mencionamos acima. O adorno se obtém por meio da indução e da distinção de coisas que são estreitamente afins. Já foi sobejamente explicado que tipo de processo é a indução: quanto ao outro, temos um exemplo do que ele significa na distinção de uma forma de conhecimento como superior a outra, ou por ser mais exata, ou por se ocupar com objetos melhores; outro exemplo é a distinção das ciências em especulativas, práticas e produtivas. Pois, em verdade, todas as coisas desta espécie trazem um adorno adicional ao argumento, embora não haja necessidade de usá-las para chegar à conclusão.

A bem da clareza, convém aduzir exemplos e comparações, e todas essas ilustrações devem ser relevantes e colhidas em obras que conhecemos, como, por exemplo, em Homero e não em Querilo. Isso, provavelmente, tornará mais clara a proposição.

Na dialética, o silogismo deve ser empregado de preferência ao raciocinar contra os dialéticos e não contra a multidão; no que toca a esta, pelo contrário, a indução é muito mais útil. Já tratamos anteriormente deste ponto. Na indução, é possível em alguns casos apresentar a questão sob a sua forma universal, mas em outros isso não é fácil, por não haver nenhum termo estabelecido que abranja todas as semelhanças. Nestes últimos, quando é preciso assegurar o universal, usa-se a frase "em todos os casos deste tipo". Nada mais difícil, porém, do que distinguir quais das coisas aduzidas são "desse tipo", e quais não o são; e é aí que muitas vezes uns lançam poeira nos olhos dos outros ao discutirem, afirmando um dos lados a semelhança de coisas que não têm afinidade entre si e negando o outro a semelhança de coisas que realmente a possuem. Deve-se, por isso, tentar cunhar por si mesmo uma palavra que abranja todas as coisas da espécie dada, de modo que não se deixe ao adversário nenhuma oportunidade de disputar, alegando que a coisa proposta não corresponde a uma descrição igual, nem ao deficiente de sugerir em falso que ela de fato corresponde a tal descrição, pois muitas coisas que parecem corresponder a descrições iguais não lhes correspondem em realidade.

Quando se fez uma indução fundada em vários casos e, apesar disso, o adversário se recusa a conceder a proposição universal, é lícito exigir que ele formule a sua objeção. Mas enquanto não tivermos nós mesmos determinado em que casos é assim, não é oportuno querer forçá-lo a apontar em que casos não é assim: pois primeiro se deve fazer a indução e depois solicitar a objeção. Deve-se, além disso, exigir que as objeções não sejam feitas em relação ao sujeito atual da proposição, a menos que esse sujeito seja a única coisa de sua espécie, como, por exemplo, dois é o único número primo entre os números pares; pois, a menos que se possa dizer que esse sujeito é o único de sua espécie, o objetante deve formular suas objeções com respeito a algum outro sujeito. Por vezes as pessoas objetam a uma proposição universal dirigindo sua objeção não contra a própria coisa mas contra algum seu homônimo: argumentam, por exemplo, que um homem pode perfeitamente possuir uma cor, uma mão ou um pé outro que não o seu próprio, já que um pintor pode ter uma cor distinta da sua própria, e um cozinheiro um pé ou uma mão distintos dos seus próprios. Para fazer frente a isso deve-se, portanto, estabelecer a distinção antes de formular a pergunta em tais casos: pois, enquanto a ambigüidade permanecer despercebida, se considerará válida a objeção feita à proposição. Se, porém, ele atalha a série de perguntas com uma objeção que

não se refere a algum homônimo, mas à própria coisa afirmada, o defendente deve retirar o ponto contra o qual se objetou e formar com o resto uma proposição universal, até assegurar o que necessita. Tome-se como exemplo o caso do esquecimento e do ter esquecido: as pessoas se recusam a admitir que o homem que perdeu o conhecimento de alguma coisa esqueceu-a, pois, se a coisa se tiver alterado, ele perdeu o conhecimento dela sem contudo havê-la esquecido. O que se deve fazer neste caso é retirar a parte contra a qual se objetou e afirmar o resto, isto é: que se um homem perdeu o conhecimento de uma coisa enquanto esta permanece a mesma, então esqueceu-a. Devem-se tratar do mesmo modo aqueles que objetam à afirmação de que "quanto maior o bem, maior o mal que é o seu oposto", alegando que a saúde, que é um bem menor do que o vigor, tem como oposto um mal maior, já que a doença é um mal maior do que a fraqueza. Também aqui, o que cumpre fazer é retirar o ponto contra o qual se objetou; pois, uma vez excluído este, é mais provável que o objetante admita a proposição emendada, isto é, que "o maior bem tem como oposto o maior mal, a menos que um dos bens implique também o outro", como o vigor implica a saúde. Isto se deve fazer não só quando ele formula uma objeção, mas também quando, sem formulá-la, se nega a admitir o ponto de vista porque prevê algo dessa espécie; com efeito, se retirarmos o ponto discutível, ele será forçado a admitir a proposição porque não distingue nela, tal como é formulada, nenhum caso em que possa não ser verdadeira; mas, se ainda assim se recusa a admiti-la, será certamente incapaz de formular uma objeção quando esta lhe for solicitada. Pertencem a este tipo as proposições que são em parte verdadeiras e em parte falsas, pois no caso destas é possível retirar uma parte e fazer com que o resto seja verdadeiro. Se, contudo, formularmos a proposição fundando-nos em grande número de casos e ele não tiver objeção a fazer, podemos exigir que a admita, pois em dialética uma premissa é válida quando se assegura assim em vários casos e não se apresenta nenhuma objeção contra ela.

Sempre que é possível chegar pelo raciocínio à mesma conclusão, quer por meio de uma redução ao impossível, quer sem ela, se estamos demonstrando e não discutindo dialeticamente, é indiferente que adotemos este ou aquele método de raciocínio; mas, ao argumentar com outra pessoa, deve-se evitar a redução ao impossível. Com efeito, quando se raciocina sem recorrer a ela não pode surgir nenhuma disputa; pelo contrário, quando raciocinamos para chegar a uma conclusão impossível, a não ser que sua falsidade seja demasiado evidente, as pessoas negam que ela seja impossível, de modo que os que defendem a questão não alcançam o seu objetivo.

Devem-se formular todas as proposições que sejam verdadeiras para vários casos e contra as quais não apareça nenhuma objeção, pelo menos à primeira vista, pois, quando as pessoas não notam nenhum caso em que não seja assim admitem-nas como verdadeiras.

A conclusão não deve ser expressa sob a forma de uma pergunta; se o for, e o homem sacudir negativamente a cabeça, dará a impressão de que o raciocínio falhou. Pois muitas vezes, mesmo que não tenha sido formulada como uma pergunta mas apresentada como uma consequência, o adversário a nega, e então os que não vêem que ela se deduz das concessões anteriores não dão tento de que aquele foi refutado. Quando, pois, a apresentamos simplesmente como uma pergunta, sem mencionar sequer que se trata de uma interferência, e o outro a nega, é exatamente como se o raciocínio tivesse falhado.

Nem toda questão universal pode formar uma proposição dialética tal como esta se entende comumente. Por exemplo: "que é o homem?", ou "quantos significados tem 'o bem'?" Com efeito, uma premissa dialética deve ter uma forma à qual se possa responder "sim" ou "não", e no caso das duas perguntas acima isso não é possível. Assim, as questões desta espécie não são dialéticas, a não ser que o próprio inquiridor faça distinções ou divisões antes de as formular, por exemplo: "o bem significa isto ou aquilo, não é verdade?" Porque a perguntas desta espécie é fácil de responder com um sim ou um não. Devemos, pois, esforçar-nos por formular tais proposições desta forma. Talvez seja também oportuno perguntar ao outro, ao mesmo tempo, quantos significados existem do "bem", sempre que nós mesmos os tenhamos distinguido e formulado, e ele não queira em absoluto admiti-los.

Todo aquele que insiste em perguntar a mesma coisa durante muito tempo é um mau inquiridor. Porque, se assim procede, embora o inquirido continue respondendo às perguntas, é evidente que faz um grande número de perguntas, ou então faz a mesma pergunta um grande número de vezes: no primeiro caso não faz mais do que tagarelar e no outro não raciocina, pois o raciocínio sempre consiste num pequeno número de premissas. Se, por outro lado, assim faz porque o inquirido não responde às perguntas, a culpa é sua por não o chamar à ordem ou não cortar a discussão.

Há certas hipóteses sobre as quais é ao mesmo tempo difícil formular um argumento e fácil contestá-lo. Tais são, por exemplo, aquelas coisas que se encontram em primeiro ou em último lugar na ordem da natureza. Porque as primeiras exigem uma definição e às segundas devemos chegar através de muitos escalões se quisermos garantir uma prova contínua desde os primeiros princípios, pois do contrário toda discussão em torno delas terá um ar de simples sofisticaria: com efeito não é possível provar o que quer que seja se não se parte dos princípios apropriados, ligando inferência com inferência até alcançar a última. Ora, definir primeiros princípios é exatamente o que os adversários não gostam de fazer, e tampouco prestam nenhuma atenção quando o próprio inquiridor se encarrega de defini-los; e contudo, enquanto a questão proposta não ficar bem clara, não será fácil discuti-la. Isto sói acontecer principalmente no caso dos primeiros princípios: pois, enquanto as outras proposições se demonstram por meio destes, estes não podem demonstrar-se por meio de nenhuma outra coisa. Somos obrigados a conceber cada um deles por meio de uma definição.

Também as inferências que estão demasiado próximas do primeiro princípio são difíceis de tratar por argumentação, pois não se podem apresentar muitos argumentos com respeito a elas devido ao reduzido número de escalões entre a conclusão e o princípio a partir do qual devem ser demonstradas as proposições subseqüentes. As mais difíceis de todas as definições a tratar por argumentos, porém, são aquelas que empregam termos que, em primeiro lugar, não se sabe se são usados num só sentido ou em vários, e, em segundo, se são usados literal ou metaforicamente pelo definidor. Com efeito, é impossível argumentar a respeito de tais termos devido à sua obscuridade; e, como não se pode dizer se essa obscuridade se deve ao uso metafórico, é também impossível refutá-los.

Falando de modo geral, pode-se supor sem receio de erro que, sempre que um problema se mostra intratável, é porque está exigindo definição, ou então comporta vários sentidos, ou é metafórico, ou se encontra muito perto dos primeiros princípios. Em qualquer desses casos, a verdadeira razão é que nos falta ainda verificar precisamente isto: em qual das direções mencionadas se encontra a origem da dificuldade. Quando tivermos aclarado este ponto, o que nos cumprirá fazer é, evidentemente, definir, ou distinguir, ou fornecer as premissas intermediárias, pois é por meio destas que se demonstram as conclusões finais.



Acontece várias vezes chocarmo-nos com uma dificuldade ao discutir ou argumentar sobre uma posição determinada porque não se formulou corretamente a definição. Por exemplo: "uma coisa tem um só ou vários contrários?" Aqui, depois de se ter definido adequadamente o termo "contrários", é fácil levar as pessoas a ver se é possível que uma coisa tenha diversos contrários ou não: e da mesma forma com outros termos que requerem definição. Também na matemática se vê que a dificuldade em usar uma figura se deve por vezes a um defeito de definição: por exemplo, ao demonstrar que a linha que corta um plano paralelamente a um dos lados deste divide de maneira semelhante tanto a linha quanto a superfície por ela cortadas; ao passo que, se dermos a definição, o fato afirmado será imediatamente posto em evidência: porque da superfície se subtraiu exatamente a mesma fração que dos lados; e esta é a definição da "mesma razão" ou "proporção".

Os mais primeiros dos princípios elementares são, todos eles, muito fáceis de demonstrar depois que se estabelecem as definições implicadas, como, por exemplo, a natureza de uma linha ou de um círculo. Sucede apenas que os argumentos que se podem formular em relação a cada um deles não são muitos, devido ao pequeno número de escalões intermediários. Se, por outro lado, não se definirem os pontos de partida, é difícil demonstrá-los e pode até revelar-se completamente impossível. O caso do significado das expressões verbais é semelhante ao destas concepções matemáticas.

Podemos, pois, estar seguros, sempre que encontramos dificuldade em discutir uma posição, de que lhe aconteceu alguma das coisas mencionadas acima. E, por outro lado, sempre que é mais difícil argüir em favor do ponto proposto, isto é, a premissa, do que em favor da posição resultante, pode surgir uma dúvida sobre se tais pretensões devem ou não ser admitidas: porque, se alguém se dispõe a negar-lhe admissão e a exigir que se argúa também em favor delas, estará suscitando uma empresa mais difícil do que originalmente se pretendia; Se, pelo contrário, a concede, estará dando crédito à tese original com base no que é menos digno de fé do que ela mesma. Se, pois, é essencial não agravar a dificuldade do problema, convém que o conceda; se, pelo contrário, é mais importante raciocinar por meio de premissas que estejam mais bem asseguradas, é preferível negá-lo. Em outras palavras, numa investigação séria não deve concedê-la, a menos que esteja mais seguro dela do que da conclusão; ao passo que, num exercício dialético, pode concedê-la se simplesmente lhe parece verdadeira. Evidentemente, pois, as circunstâncias em que se devem exigir tais concessões são diferentes para o que se limita a fazer perguntas e para o que ensina com seriedade.

Quanto à formulação e ao arranjo das questões que se propõem, já se disse, pois, o suficiente.

No que toca à forma de dar respostas, devemos em primeiro lugar definir qual é o objetivo de um bom "respondente", assim como de um bom inquiridor. O objetivo deste último é desenvolver o argumento de maneira que leve o outro a dizer os mais extravagantes paradoxos que se seguem necessariamente da posição assumida por ele; ao passo que o respondente deve fazer parecer que não é ele o responsável pelo absurdo ou paradoxo, mas apenas a sua posição: pois é talvez possível distinguir entre o erro de assumir inicialmente uma posição falsa e o de não a sustentar propriamente depois de tê-la assumido.

Uma vez que não se estabeleceram regras para aqueles que discutem a fim de exercitar-se e de investigar - e o objetivo dos que ensinam e aprendem difere fundamentalmente daquele dos que se entregam a uma competição, como este último difere daquele dos que discutem num espírito de investigação, pois o que aprende deve sempre declarar o que pensa, uma vez que ninguém tenciona ensinar-lhe falsidades; ao passo que numa competição o propósito do inquiridor é aparentar por todos os meios que está influenciando o outro, enquanto o do seu antagonista é mostrar que não se deixa afetar por ele; por outro lado, numa assembleia de disputantes que não discutem num espírito de competição, mas de exame e pesquisa, ainda não existem regras articuladas sobre o que o respondente deve ter em vista e que espécie de coisas deve ou não deve conceder para a defesa correta ou incorreta da sua posição - uma vez, pois, que não nos foi transmitida nenhuma tradição por outros, procuremos dizer nós mesmos algo sobre a matéria.

A tese enunciada pelo respondente antes de enfrentar o argumento do inquiridor deve, por força, ser uma tese geralmente aceita, ou geralmente rejeitada, ou nem uma coisa nem outra; e, além disso, que seja aceita ou rejeitada de maneira absoluta ou com uma restrição por parte de alguém, seja este o que fala ou algum outro. No entanto, a maneira pela qual se aceita ou se repele, seja ela qual for, não implica nenhuma diferença: porquanto o modo correto de responder, isto é, admitir ou recusar-se a admitir o que foi proposto, será o mesmo num caso como no outro. Se, pois, a asserção feita pelo respondente for geralmente rejeitada, a conclusão que o inquiridor tiver em vista deve ser uma que seja geralmente aceita, ao passo que, se a primeira for geralmente aceita, a segunda será geralmente rejeitada: pois a conclusão a que se procura chegar é sempre o oposto da afirmação feita. Se, por outro lado, o que se afirmou não é geralmente aceito nem rejeitado, a conclusão será também do mesmo tipo. Ora, como o homem que raciocina corretamente demonstra a conclusão por ele proposta fundando-se em premissas que são mais geralmente aceitas e mais familiares, é evidente que (1), quando o ponto de vista que ele defende é, de modo geral, absolutamente rejeitado, o respondente não deve conceder nem o que não é assim aceito de maneira alguma, nem o que em verdade é aceito, porém menos geralmente do que a conclusão do inquiridor. Porque, se a asserção feita pelo respondente for geralmente rejeitada, a conclusão visada pelo inquiridor será uma que seja geralmente aceita, de modo que todas as premissas que ele assegurar serão do mesmo tipo, e mais geralmente aceitas do que a conclusão que tem em mira, a

fim de que o menos familiar seja inferido através do mais familiar. Por conseguinte, se algumas das perguntas que lhe forem feitas não tiverem esse caráter, o respondente não deve concedê-las. (2) Se, por outro lado, a afirmação formulada pelo respondente for geralmente aceita sem restrições, evidentemente a conclusão buscada pelo inquiridor deve ser uma que seja rejeitada geralmente e de maneira absoluta. Em vista disso, o respondente deve admitir todos os pontos de vista que sejam geralmente aceitos, e, dos que não o forem, todos os que sejam menos geralmente rejeitados do que a conclusão visada pelo seu antagonista. Porque, então, provavelmente se pensará que ele argumentou bastante bem. (3) E de maneira análoga se a asserção feita pelo respondente não for geralmente rejeitada nem geralmente aceita: pois também nesse caso tudo que pareça ser verdadeiro deve ser aceito, e, das opiniões que não são geralmente aceitas, todas as que forem mais geralmente aceitas do que a conclusão do inquiridor: com efeito, aí teremos como resultado que os argumentos serão mais geralmente aceitos. Se, pois, a opinião expressa pelo respondente for uma que seja geralmente aceita ou rejeitada de maneira absoluta, os pontos de vista absolutamente admitidos devem ser tomados como padrões de comparação; ao passo que, se o ponto de vista expresso não é nem geralmente admitido nem geralmente rejeitado, a não ser pelo respondente, o padrão pelo qual este último deve julgar o que é geralmente admitido ou não, e de acordo com o qual deve conceder ou negar-se a conceder o ponto de vista proposto, é ele mesmo. Se, contudo, o respondente está defendendo a opinião de alguma outra pessoa, é evidente que deve reportar-se ao juízo desta última ao conceder ou negar os diferentes pontos. É por isso que aqueles que defendem opiniões alheias, por exemplo, que "o bem e o mal são a mesma coisa", como diz Heráclito, se recusam a admitir a impossibilidade de que contrários pertençam simultaneamente à mesma coisa; não porque eles próprios não acreditem nisso, mas porque os princípios de Heráclito os obrigam a dizer não. O mesmo fazem aqueles que assumem a defesa das posições um do outro, pois o que pretendem é falar como falaria aquele que estabeleceu a posição.

É evidente, pois, quais devem ser os objetivos do respondente, seja a posição defendida por ele uma opinião geralmente aceita sem restrições, ou aceita por alguma pessoa determinada. Ora, toda questão que se formule terá por força de implicar alguma opinião que seja geralmente aceita, geralmente rejeitada, ou nem uma nem outra coisa, e também que seja relevante ou irrelevante para o argumento. Se for, pois, uma opinião geralmente aceita e irrelevante, o respondente deve admiti-la e observar que é a opinião geralmente aceita; se for um ponto de vista não geralmente aceito e irrelevante, deve concedê-lo, mas acrescentar um comentário fazendo constar que não é geralmente aceito, para evitar que o tomem por ingênuo. Se é relevante e também geralmente aceito, deve admitir este último fato, mas observar que está muito próximo da proposição originária e que, se for concedido, o problema se desvanece. Se o que pretende o inquiridor é relevante para o argumento mas rejeitado pela imensa maioria, o respondente, embora admitindo que se ele fosse concedido a conclusão buscada se seguiria logicamente, deve protestar que a proposição é demasiado absurda para ser admitida. Suponha-se, por outro lado, que a opinião não seja geralmente rejeitada nem geralmente aceita: então, se for irrelevante para o argumento, deve ser concedida sem restrição; se, pelo contrário, for relevante, o respondente deve acrescentar o comentário de que, no caso de ser concedido, o problema originário perde sua razão de ser. Pois assim ninguém o considerará pessoalmente responsável pelo que lhe acontecer, se tiver concedido os diversos pontos com os olhos bem abertos, e também o inquiridor poderá fazer a sua inferência, já que se lhe concederam todas as premissas que são mais geralmente aceitas do que a conclusão. Os que intentam deduzir uma inferência de premissas mais geralmente rejeitadas do que a conclusão evidentemente não raciocinam certo; portanto, quando se perguntam tais coisas, não se deve concedê-las.

O inquiridor deve ser enfrentado de igual maneira também no caso de termos usados obscuramente, isto é, em vários sentidos. Porque ao respondente, se não compreende, sempre é lícito responder: "não compreendo"; nada o obriga a responder "sim" ou "não" a uma pergunta que pode significar várias coisas. É evidente, pois, em primeiro lugar, que se o que se disse não é claro, ele não deve hesitar em responder que não compreendeu, pois muitas vezes as pessoas se vêm em dificuldade por ter assentido a perguntas que não foram formuladas com clareza. Se ele entende a pergunta, mas esta comporta muitos sentidos, supondo-se que o que ela diz é universalmente verdadeiro ou falso, deve assentir ou negar sem restrição alguma; se, por outro lado, é parcialmente verdadeira e parcialmente falsa, deve observar que ela comporta diferentes significados, e também que num destes é verdadeira e em outro falsa; porque, se deixar essa distinção para mais tarde, haverá incerteza sobre se percebeu ou não a ambigüidade desde o começo. Se não prevê a ambigüidade, mas assente à pergunta tendo em vista um só sentido das palavras e depois o que propõe a questão a toma no outro sentido, ele deve dizer: "Não era isto o que eu tinha em vista quando fiz a concessão; referia-me ao outro sentido"; porque, se o termo ou expressão abrange mais de uma coisa, é fácil discordar. Se, porém, a pergunta é clara e simples, deve-se responder "sim" ou "não".

Quando se raciocina, uma premissa é sempre um dos elementos constituintes do raciocínio, ou então contribui para estabelecer um desses elementos (e sempre se pode saber que se procura assegurá-la a fim de estabelecer alguma outra coisa quando se faz uma série de perguntas semelhantes: pois, por via de regra, as pessoas asseguram os universais quer por meio da indução, quer da semelhança): portanto, devem-se admitir todas as proposições particulares quando são verdadeiras e geralmente aceitas. Contra as universais, por outro lado, deve-se tentar apresentar algum exemplo negativo: pois fazer parar um argumento sem ter à mão um caso ou exemplo negativo, seja ele real ou aparente, é indicio de má fé. Se, portanto, um homem se recusa a conceder o universal quando apoiado em muitos exemplos, embora ele não tenha nenhum exemplo negativo para mostrar, evidentemente esse homem mostra possuir mau gênio ou mau caráter. Se, além disso, ele não tenta sequer demonstrar a falsidade do argumento, mais probabilidade terá de ser considerado um homem de má fé - se bem que mesmo uma contraprova seja insuficiente: pois muitas vezes ouvimos argumentos que são contrários à opinião comum e cuja solução é, não obstante, difícil, como, por exemplo, o argumento de Zenon quando afirma que é impossível mover-se ou atravessar o estádio; mas, ainda assim, não há nenhuma razão para deixar de enunciar os opostos de tais opiniões. Se, pois, um homem se recusa a admitir uma proposição sem ter sequer um exemplo negativo ou algum contra-argumento para apresentar contra ela, é evidente que se trata de um homem de má fé, pois a má fé na argumentação consiste em responder de maneiras diferentes das indicadas acima, com o propósito de introduzir a desordem no raciocínio.

Antes de sustentar uma tese ou definição, o respondente deve exercitar-se em atacá-la por si mesmo: pois evidentemente sua tarefa consiste em fazer frente àquelas posições das quais os inquiridores tratam de demolir o que ele estabeleceu.

Deve ter o cuidado de não sustentar uma hipótese que seja geralmente rejeitada - e isso pode ocorrer de duas maneiras: ou será uma hipótese que resulte em afirmações absurdas (supondo-se, por exemplo, que alguém sustentasse que todas as coisas estão em movimento ou que nada se move), ou então será uma daquelas que só um homem de má fé escolheria e que se opõem implicitamente aos desejos dos homens por exemplo, que o prazer é o bem, e que cometer injustiça é melhor do que sofrê-la. Pois um homem dessa espécie é detestado, supondo os outros que ele sustenta tais coisas não pelo gosto de discutir, mas porque realmente assim pensa.



De todos os argumentos que conduzem a uma conclusão falsa, a solução certa é demolir o ponto de onde se origina a falsidade: pois demolir um ponto qualquer não é uma solução, mesmo que o ponto demolido seja falso. Com efeito, um argumento pode conter muitas falsidades: suponha-se, por exemplo, que alguém tenha assegurado as premissas: "quem está sentado escreve" e "Sócrates está sentado", de onde se conclui que "Sócrates está escrevendo". Ora, num caso como este, podemos demolir a proposição "Sócrates está sentado" sem que, por isso, nos aproximemos da solução do argumento; a proposição pode ser realmente falsa, mas não é dela que depende a falsidade do argumento: porque, supondo-se que alguém estivesse sentado sem estar escrevendo, seria impossível, em tal caso, aplicar a mesma solução. Por conseguinte, não é isso que deve ser refutado, mas sim que "quem está sentado, escreve": pois quem está sentado nem sempre escreve. Aquele, pois, que refutou o ponto do qual depende a falsidade deu a solução completa do argumento. Quem sabe que é de tal e tal ponto que depende o argumento conhece a sua solução, exatamente como no caso de uma figura geométrica falsamente traçada. Pois não é suficiente objetar, mesmo que o ponto refutado seja uma falsidade, mas também é preciso provar a razão do erro: porque então se porá em evidência se o homem objeta com clara visão do assunto ou não.

Há quatro maneiras possíveis de impedir que alguém leve o seu argumento até a conclusão. Isso se pode fazer quer demolindo o ponto de que depende a falsidade resultante, quer formulando uma objeção dirigida contra o inquiridor: pois muitas vezes, quando não se chegou ainda a uma solução efetiva, o que formula as questões é incapacitado, por esse meio, de levar adiante o seu argumento. Em terceiro lugar, pode-se objetar às perguntas feitas, pois não raro sucede que aquilo que o inquiridor pretende não se siga das perguntas feitas porque estas foram mal formuladas, mas, se um ponto adicional for concedido, a conclusão se efetivará. Se, pois, o inquiridor for incapaz de levar adiante o seu argumento, a objeção será propriamente dirigida contra ele; se pode fazê-lo, por outro lado, a objeção terá por alvo as suas perguntas. A quarta e pior espécie de objeção é a que se reflete no tempo estipulado para a discussão, pois algumas pessoas formulam objeções de tal sorte que se levaria mais tempo a respondê-las do que a discussão comporta.

Há, pois, como dissemos, quatro maneiras de fazer objeções, mas de todas elas só a primeira constitui uma solução; as outras não são mais que empecilhos e tropeços para impedir que se chegue às conclusões.

A crítica adversa de um argumento fundada nos seus próprios méritos e a crítica do mesmo tal como é apresentada em forma de perguntas são duas coisas distintas. Com efeito, muitas vezes a incapacidade de conduzir o argumento de maneira correta na discussão se deve ao interrogado, que se nega a conceder os passos mediante os quais se poderia formular um argumento correto contra a sua posição: pois não está ao alcance de uma só das partes chegar adequadamente a um resultado que depende igualmente de ambas. Por isso é às vezes necessário atacar a própria pessoa que fala e não a sua posição, quando o respondente se mantém na expectativa, atento aos pontos que sejam desfavoráveis ao inquiridor, e se toma também desaforado; porque, quando as pessoas perdem o domínio próprio dessa maneira, o argumento converte-se numa contenda e deixa de ser uma discussão. Além disso, como as discussões dessa espécie não têm em vista a instrução, mas sim o adestramento e a pesquisa, evidentemente se deve raciocinar não apenas para chegar a conclusões verdadeiras mas também a conclusões falsas, e nem sempre apoiando-se em premissas verdadeiras, mas algumas vezes também em premissas falsas. Pois não raro acontece que, sendo formulada uma proposição verdadeira, o dialético se vê obrigado a refutá-la; e nesse caso têm de ser formuladas proposições falsas. Outras vezes, quando é enunciada uma proposição falsa, torna-se preciso refutá-la por meio de outras proposições não menos falsas, pois é possível que um dado homem acredite mais firmemente em coisas imaginárias do que na verdade. E assim, se fizermos com que o argumento dependa de alguma coisa sustentada por ele, será mais fácil persuadi-lo ou ajudá-lo. Entretanto, aquele que deseja converter alguém a uma opinião diferente por vias corretas deve fazê-lo por métodos dialéticos e não de maneira contenciosa, assim como um geômetra deve raciocinar geometricamente, seja falsa ou verdadeira a sua conclusão; e já dissemos atrás que espécies de raciocínios são dialéticos.

O princípio de que aquele que impede ou estorva um empreendimento comum é um mau companheiro também se aplica, evidentemente, à argumentação; pois também nesta se tem em vista um objetivo comum, salvo quando se trata de simples contendentes. Estes, com efeito, não podem alcançar juntos a mesma meta, e não é possível que haja mais de um vencedor. Para eles, é indiferente conquistar a vitória como respondente ou inquiridor, pois é tão mau dialético aquele que faz perguntas contenciosas como aquele que, ao responder, se nega a admitir o que é evidente ou a compreender o significado do que o outro pergunta. Assim, pois, o que dissemos acima torna

bem claro que a crítica adversa não se deve fazer no mesmo tom quando se dirige contra o argumento de acordo com os seus próprios méritos ou contra o inquiridor: pois pode muito bem acontecer que o argumento seja mau, mas aquele que o propõe tenha argüido com o seu adversário da melhor maneira possível; e, quando os homens perdem a compostura, é talvez impossível deduzir corretamente as suas inferências conforme se desejaria; então temos de fazê-lo como podemos.

Na medida em que não houver certeza sobre se uma pessoa procura obter a concessão de coisas contrárias ou apenas daquilo que se propôs inicialmente provar - pois muitas vezes, quando alguém fala sozinho, diz coisas contrárias e admite posteriormente o que antes havia negado; e, do mesmo modo, não raro assente, quando interrogado, a coisas contrárias ao que inicialmente se intentava provar - a argumentação seguramente sairá viciada. A responsabilidade disso, porém, recai sobre o respondente, que, tendo-se recusado a conceder outros pontos, dá seu assentimento a pontos dessa espécie. é, pois, evidente que a crítica adversa não se deve fazer de igual maneira quando tem por objeto os que propõem as questões e quando se dirige contra seus argumentos.

Em si mesmo, um argumento está exposto a cinco tipos de crítica adversa:

(1) A primeira é quando nem a conclusão proposta, nem mesmo qualquer conclusão em absoluto, se infere das perguntas feitas, e quando a maioria, se não todas as premissas sobre as quais repousa a conclusão, são falsas ou geralmente rejeitadas, e quando, além do mais, não há retratações, nem adições, nem ambas as coisas ao mesmo tempo, que possam levar as conclusões a termo.

(2) A segunda se dá na suposição de que o raciocínio, embora construído com fundamento nas premissas e da maneira descrita acima, seja irrelevante para a posição originária.

(3) A terceira ocorre na suposição de que certas adições possam dar lugar a uma inferência, e contudo essas adições sejam mais fracas do que aquelas que foram apresentadas como perguntas e menos geralmente admitidas do que as conclusões.

(4) E também na suposição de que certas retratações possam produzir o mesmo resultado: pois às vezes as pessoas estabelecem mais premissas do que é necessário, de maneira que não é por meio delas que se deduz a inferência.

(5) Suponha-se, finalmente, que as premissas sejam menos geralmente aceitas e menos críveis do que a conclusão, ou que, embora verdadeiras, dêem mais trabalho para provar do que a opinião oposta.

Não se deve pretender que o raciocínio mediante o qual se demonstra o ponto de vista proposto seja em todos os casos uma opinião geralmente aceita e convincente, pois é uma consequência direta da natureza das coisas que alguns temas de investigação sejam mais fáceis e outros mais difíceis, de modo que, se um homem leva os demais a admitir o seu ponto de vista partindo de opiniões que sejam tão geralmente aceitas quanto o caso comporta, terá provado a sua tese corretamente. É evidente, pois, que nem sequer o próprio argumento está exposto à mesma crítica adversa quando considerado em relação à conclusão que se tem em vista e quando considerado em si mesmo. Porque nada impede que o argumento seja atacável em si mesmo e contudo digno de louvor em relação à conclusão proposta, ou, ao contrário, que seja louvável em si mesmo e simultaneamente sujeito a críticas no que se refere à conclusão proposta, sempre que houver muitas proposições não só verdadeiras como também geralmente aceitas, mediante as quais seria fácil prová-lo. Também é possível que um argumento, embora tenha levado a uma conclusão, seja às vezes pior do que outro que não haja alcançado esse objetivo, sempre que as premissas do primeiro sejam néscias, enquanto a conclusão não o é; ao passo que o segundo, ainda que necessite de algumas adições, requer somente aquelas que sejam geralmente aceitas e verdadeiras, e, além disso, não se baseia, como argumento, nessas adições. Com respeito aos que chegam a uma conclusão verdadeira servindo-se de premissas falsas, não é justo lançar-lhes isso em rosto, pois uma conclusão falsa é, necessariamente, sempre alcançada por meio de uma premissa falsa, mas às vezes se pode chegar a uma conclusão verdadeira mesmo através de premissas falsas, como deixamos bem claro na Analítica.

Sempre que por meio do argumento enunciado se demonstra alguma coisa, mas esta é diferente do que se pretendia e não tem relação alguma com a conclusão, não se pode deduzir dela nenhuma inferência com respeito a esta última; e, caso pareça o contrário, tratar-se-á de um sofisma e não de uma prova. Um filosofema é uma inferência demonstrativa; um epiqueirema é uma inferência dialética; um sofisma ó uma inferência contenciosa; e um aporema ó uma inferência pela qual se chega a uma contradição por meio de um raciocínio dialético.

Se alguma coisa for demonstrada a partir de premissas que sejam ambas opiniões geralmente aceitas, se bem que não com igual convicção, pode muito

bem suceder que a conclusão a que se chegar seja algo aceito com mais forte convicção do que qualquer das duas premissas. Se, por outro lado, a opinião geral for favorável a uma delas e nem a favor nem contra a outra, ou se for a favor de uma e contra a outra, então, se os prós e os contras pesarem igualmente no caso das premissas, o mesmo acontecerá no caso da conclusão; se, pelo contrário, um deles preponderar, a conclusão também penderá para esse lado.

Também comete uma falta no raciocínio aquele que demonstra alguma coisa mediante uma longa série de passos ou escalões quando poderia fazê-lo por meio de um número menor, e esses já incluídos no seu argumento: suponha-se, por exemplo, que se trate de demonstrar que uma opinião se denomina assim mais propriamente do que outra, e que ele expresse os seus postulados da seguinte forma: "X-em-si-mesmo é mais plenamente X do que qualquer outra coisa"; "existe genuinamente um objeto de opinião em si mesmo"; "portanto, o objeto-de-opinião-em-si-mesmo é mais plenamente um objeto de opinião do que os objetos particulares de opinião": ora, "um termo relativo é mais plenamente ele mesmo quando o seu correlativo é mais plenamente ele mesmo"; e "existe uma genuína opinião-em-si-mesma, que será 'opinião' num sentido mais exato do que as opiniões particulares"; e postulou-se que "existe uma genuína opinião em si mesma" e que "X-em-si-mesmo é mais plenamente X do que qualquer outra coisa": por conseguinte, "esta será opinião num sentido mais exato". Onde se encontra o vício deste raciocínio? Simplesmente no fato de ocultar a verdadeira base do argumento.

Um argumento é claro e evidente num sentido, e este o mais comum de todos, quando é levado à sua conclusão de modo que dispense quaisquer perguntas ulteriores; e em outro sentido - e este é o tipo mais habitualmente defendido - quando as proposições asseguradas são de tal sorte que forcem a conclusão, e o argumento se conclui por meio de premissas que são elas próprias conclusões; além disso, também é assim quando se omite algum passo que de modo geral seja firmemente admitido.

Um argumento se chama falaz em quatro sentidos: (1) quando parece ser levado a uma conclusão, mas em realidade não é assim - este é o chamado raciocínio "contencioso"; (2) quando chega a uma conclusão, porém não àquela que se propunha - coisa que acontece principalmente no caso das reduções ao impossível; (3) quando chega à conclusão proposta, porém não de acordo com a forma de investigação apropriada ao caso, como sucede quando um argumento que não é próprio da medicina se toma como um argumento médico, ou um que não pertence à geometria se toma como geométrico, ou o que não é dialético por um argumento dialético, não importando que a conclusão alcançada seja verdadeira ou falsa; (4) quando se chega à conclusão por meio de premissas falsas; deste tipo, a conclusão é às vezes falsa e outras vezes verdadeira: pois, embora uma conclusão falsa resulte sempre de premissas falsas, uma conclusão verdadeira pode inferir-se inclusive de premissas que não sejam verdadeiras, como se disse mais acima.

A falácia num argumento se deve antes a um erro do argumentador do que do próprio argumento; entretanto, nem sempre a falta é tampouco do argumentador, mas somente quando passa despercebida a este: pois não raro admitimos pelos seus próprios méritos, de preferência a muitos outros que são verdadeiros, um argumento que demole alguma proposição verdadeira, quando o faz partindo de premissas que sejam o mais geralmente aceitas possível. Pois um argumento dessa espécie efetivamente demonstra outras coisas que são verdadeiras, já que uma das premissas formuladas está completamente fora de lugar ali, e é essa a que será demonstrada. Se, contudo, uma conclusão verdadeira é alcançada através de premissas falsas e absolutamente infantis, o argumento é pior do que muitos outros que conduzem a uma conclusão falsa, embora alguns destes também possam ser do mesmo tipo. Evidentemente, pois, a primeira coisa que se deve perguntar com respeito ao argumento em si mesmo é: "ele tem uma conclusão?"; a segunda: "a conclusão é verdadeira ou falsa?"; e a terceira: "de que espécie de premissas consta?" Porque, se estas últimas, embora falsas, são geralmente

aceitas, o argumento é dialético; e, por outro lado, se, embora verdadeiras, são geralmente rejeitadas, é um mau argumento; e, se são falsas e, ao mesmo tempo, inteiramente contrárias à opinião geral, evidentemente o argumento é mau, quer de todo, quer em relação ao tema particular que se está discutindo.

As maneiras pelas quais o que formula as questões pode incorrer em petição de princípio, bem como postular contrários, foram expostas na Analítica em relação com a verdade; agora, porém, nos toca reexaminá-las no nível da opinião geral.

As pessoas parecem incorrer em petição de princípio de cinco maneiras: a primeira e a mais óbvia se dá quando alguém postula o próprio ponto que se propõe demonstrar: isso se detecta facilmente quando é expresso nas mesmas palavras, mas tem mais probabilidades de passar despercebido quando se usam termos diferentes, ou um termo e uma expressão, que significam a mesma coisa. Uma segunda maneira ocorre quando alguém postula universalmente algo que ele próprio deve demonstrar para um caso particular: suponha-se, por exemplo, que estivesse procurando demonstrar que o conhecimento dos contrários é um só e pretendesse levar o adversário a admitir que o conhecimento dos opostos em geral é um só: pois num caso desta espécie se pensa geralmente que ele está postulando, a par de uma porção de outras coisas, aquilo que deveria demonstrar em si mesmo. Uma terceira maneira é quando alguém postula em casos particulares aquilo que se propôs demonstrar universalmente: por exemplo, quando intenta demonstrar que o conhecimento dos contrários é sempre um só e postula isso de certos pares de contrários: pois também desse se considera que está postulando independentemente e em si mesmo aquilo que deveria demonstrar juntamente com uma porção de outras coisas. Também incorre em petição de princípio aquele que postula a sua conclusão por partes: supondo-se, por exemplo, que deva demonstrar que a medicina é a ciência do que conduz à saúde e do que conduz à doença, e postule primeiro uma de suas coisas e em seguida a outra; ou, em quinto lugar, se postulasse uma ou outra de um par de afirmações que, por necessidade, se implicam mutuamente: por exemplo, se devesse demonstrar que a diagonal é incomensurável com o lado e postulasse que o lado é incomensurável com a diagonal.

As maneiras pelas quais se postulam contrários são iguais em número àquelas pelas quais se incorre em petição de princípio. Pois tal aconteceria, em primeiro lugar, se alguém postulasse uma afirmação e uma negação opostas; segundo, se postulasse os termos contrários de uma antítese, por exemplo, que a mesma coisa é boa e má; terceiro, supondo-se que alguém afirmasse universalmente alguma coisa e depois passasse a postular o seu contrário em algum caso particular - por exemplo, se, tendo assegurado que o conhecimento dos contrários é um só, postulasse que o conhecimento do que promove a



saúde é diferente daquele que promove a doença; ou, em quarto lugar, supondo-se que, depois de ter postulado este último ponto de vista, tentasse assegurar universalmente a afirmação contraditória. E, em quinto e último lugar, suponha-se que um homem postule o contrário da conclusão que resulta necessariamente das premissas estabelecidas; e isso aconteceria se, por exemplo, mesmo sem postular literalmente os opostos, ele postulasse duas premissas tais que delas se seguiria essa afirmação contraditória que é o oposto da primeira conclusão. A postulação de contrários difere da petição de princípio no seguinte: nesta última o erro se relaciona com a conclusão, pois basta um relance de olhos dado a esta para nos mostrar que a questão originária foi postulada; ao passo que os pontos de vista contrários se encontram nas premissas, a saber, numa certa relação que elas guardam entre si.

A melhor maneira de adestrar-se na prática desta espécie de argumentação é, em primeiro lugar, contrair o hábito de converter os argumentos, pois assim estaremos mais bem aparelhados para fazer frente à proposição formulada, e, após algumas tentativas, conheceremos vários argumentos de cor. Por "conversão" do argumento entende-se o tomar o inverso da conclusão juntamente com o resto das proposições postuladas e refutar, dessa forma, uma das que haviam sido concedidas: pois da falsidade da conclusão segue-se necessariamente que alguma das premissas é refutada, uma vez que, dadas todas as premissas, não podia deixar de inferir-se a conclusão. Ao enfrentar qualquer proposição, deve-se estar sempre atento a uma linha de argumentação tanto a favor como contra; e, tão depressa esta for encontrada, trate-se de procurar a sua solução: pois desta maneira o aprendiz não tardará a perceber que se adestrou ao mesmo tempo em formular e em responder perguntas.

Se não podemos encontrar ninguém mais com quem argumentar, argumentemos com nós mesmos. Devemos também selecionar argumentos que se relacionem com a mesma tese e dispô-los lado a lado, pois assim teremos uma abundante provisão de argumentos para defender vigorosamente uma tese; e é igualmente de grande utilidade para a refutação o estar bem provido de argumentos a favor e contra, pois assim nos manteremos em guarda contra as afirmações contrárias àquela que desejamos provar.

Além disso, como contribuição para o saber filosófico, o poder de discernir e trazer diante dos olhos as conseqüências de uma e outra de duas hipóteses não é um instrumento para se desprezar: porque então só resta escolher acertadamente entre as duas. Para uma tarefa desta espécie requer-se uma certa habilidade natural; aliás, a verdadeira habilidade natural consiste precisamente no poder de escolher o verdadeiro e rejeitar o falso. Os homens que possuem essa habilidade são capazes disso, pois, graças a um instintivo agrado ou desagrado em face de tudo que se lhes propõe, eles escolhem corretamente o que é melhor.

O melhor de tudo é saber de cor os argumentos em tomo daquelas questões que se apresentam com mais freqüência, e particularmente das que são fundamentais, pois ao discutir essas os respondentes muitas vezes desistem, descoroçados.

É preciso formar, além disso, um bom estoque de definições e trazer nas pontas dos dedos as de idéias familiares e primárias, pois é por meio dessas que se efetuam os raciocínios. Deve-se tentar, igualmente, conhecer a fundo os tópicos em que tende a enquadrar-se a maioria dos outros argumentos. Pois, assim como em geometria é útil ter-se exercitado nos elementos, e em aritmética conhecer de cor a tábua de multiplicação até dez - e, em verdade, é de grande importância o conhecimento que também se possa ter dos múltiplos de outros números -, do mesmo modo, na argumentação, é uma grande vantagem dominar bem os primeiros princípios e ter ao alcance da mão um perfeito conhecimento das premissas. Pois, assim como numa pessoa de memória adestrada a lembrança das próprias coisas é imediatamente despertada pela simples menção dos seus lugares, também esses hábitos dão maior presteza para o raciocínio, porque temos as premissas classificadas diante dos olhos da mente, cada uma debaixo do seu número. É melhor gravar na memória uma premissa de aplicação geral do que um argumento, pois é difícil alcançar uma proficiência mesmo moderada no tocante aos primeiros princípios ou às hipóteses.

Além disso, deve-se adquirir o hábito de converter um argumento em vários e dissimular tanto quanto possível esse processo. A melhor maneira de conseguir tal efeito é conservar-se à maior distância que se puder dos tópicos afins ao tema do argumento. Isso é factível com argumentos que sejam inteiramente universais, como, por exemplo, a proposição de que "não pode haver um só conhecimento de mais de uma coisa": pois o mesmo sucede tanto com os termos relativos como com os contrários e os coordenados.

Os registros das discussões devem ser feitos de forma universal, mesmo que se tenha argumentado apenas sobre um caso particular, pois isso nos permitirá converter uma regra única em várias. Uma regra semelhante tem aplicação em retórica, assim como no que se refere aos entimemas. Quanto a nós mesmos, porém, devemos evitar tanto quanto possível universalizar os nossos raciocínios. Convém, além disso, examinar sempre os argumentos para ver se repousam sobre princípios de aplicação geral: pois, em realidade, todos os argumentos particulares também raciocinam universalmente, ou, em outras palavras: uma demonstração particular sempre contém uma demonstração universal, dado que é absolutamente impossível raciocinar sem fazer uso dos universais.

Deve-se mostrar o treinamento que se possui no raciocínio indutivo contra um moço e no dedutivo contra um homem experimentado. Deve-se tentar, além disso, assegurar suas premissas apoiando-se naqueles que são hábeis em

deduzir e os casos paralelos nos que são mais adestrados no raciocínio indutivo, pois essas são as coisas em que cada um deles se exercitou principalmente. E também, de um modo geral, é muito recomendável que, partindo de nossos exercícios de argumentação, procuremos estabelecer ou um silogismo sobre um tema qualquer, uma refutação, uma proposição, uma objeção, ou se alguém formulou uma questão de maneira adequada ou inadequada (quer esse alguém seja nós mesmos, quer um outro), e onde reside o motivo disso. Pois são tais exercícios que conferem habilidade, e todo o objetivo do treinamento é adquirir habilidade, em especial no que toca às proposições e objeções. Porque, falando de modo geral, o dialético é precisamente isso: o homem hábil em propor questões e em levantar objeções. Formular uma proposição é unir certo número de coisas numa só - pois a conclusão a que leva o argumento deve tomar-se, geralmente, como uma coisa só -, ao passo que formular uma objeção é dividir uma coisa só em muitas, porquanto o objetor ou distingue ou demole, em parte concedendo e em parte negando as afirmações feitas.

Não se deve argumentar com todo mundo, nem praticar argumentação com o homem da rua, pois há gente com quem toda discussão tem por força que degenerar. Com efeito, contra um homem que não recua diante de meio algum para aparentar que não foi derrotado, é justo tentar todos os meios de levar a bom fim a conclusão que nos propomos; mas isso é contrário às boas normas. Por isso, a melhor regra é não se pôr levemente a argumentar com o primeiro que se encontra, pois daí resultará seguramente uma má argumentação. Todos vemos, com efeito, que ao praticar umas com as outras as pessoas não podem refrear-se de cair em argumentos contenciosos.

É também muito recomendável ter argumentos prontos no que se refere àquelas questões em que uma pequena provisão nos fornecerá argumentos úteis para um grande número de ocasiões. São essas as questões universais, e com respeito às quais nos é bastante difícil encontrar, por nós mesmos, argumentos baseados em coisas da experiência cotidiana.